

Pedro Miguel de Sá Ramires

2º Ciclo de Estudos em Filosofia Contemporânea

Ontologia e Metodologia
O Pensamento de Tony Lawson

2013

Orientador: Prº Drº Paulo Tunhas

Classificação: Ciclo de Estudos:

Dissertação/relatório/Projecto/IPP:

| Agradecimentos

Estou grato a todas as pessoas com quem tive a oportunidade de discutir o meu trabalho. Entre elas, não posso deixar de nomear o professor Mário Graça Moura, o meu amigo Belmiro Oliveira e, especialmente, o meu orientador, o professor Paulo Tunhas.

| Resumo

A dissertação tem como propósito assimilar e dar a conhecer a obra de Tony Lawson e, através dela, o movimento filosófico em que se insere, o Realismo Crítico, cujo precursor é Roy Bhaskar. Num primeiro momento, apresentar-se-á a investigação encetada por Lawson no que diz respeito aos pressupostos metafísicos da metodologia hegemónica na ciência económica contemporânea e, nesse âmbito, defender-se-á uma filosofia da ciência, o Realismo Transcendental. Num segundo momento, delinear-se-á o estudo realizado por Lawson no que concerne à natureza da realidade social, com vista a compreender o objecto das ciências sociais. Por último, averiguar-se-á, à luz da ontologia social apresentada, por um lado, a justeza das diferentes metodologias que ao domínio social têm sido aplicadas e, por outro, expor-se-á, em traços largos, a proposta metodológica de Lawson. Tanto a avaliação que é feita como a proposta, são-no no campo da filosofia e metodologia da economia.

Palavras Chave: Tony Lawson; Realismo Crítico; Filosofia da Ciência; Ontologia Social; Filosofia e Metodologia da Economia.

| Abstract

This dissertation aims to assimilate and to introduce the work of Tony Lawson and Critical Realism, the philosophical movement initiated and established by Roy Bhaskar. In a first step, the research undertaken by Lawson in what concerns the metaphysical assumptions of the hegemonic methodology in contemporary economics is presented and in that domain a philosophy of science, Transcendental Realism, will be defended. In a second step, in order to understand the object of the social sciences, the study made by Lawson about the nature of social reality is outlined. Lastly, the pertinence and correctness of the different methodologies which have been applied to the social domain will be ascertained and Lawson's methodological proposal will be sketched. Both the evaluation and the proposal put forward fall into the field of the philosophy and methodology of economics.

Keywords: Tony Lawson; Critical Realism; Philosophy of Science; Social Ontology; Philosophy and Methodology of Economics.

|ÍNDICE

INTRODUÇÃO 	6
PARTE I Filosofias da Ciência	10
PARTE II Filosofia da Ciência Social – Ontologia Social	40
PARTE III Filosofia da Economia.....	80
Capítulo 1 Previsão. Idealização. Aproximação.	80
Capítulo 2 Proposta Metodológica de Lawson	93
CONCLUSÃO 	101
BIBLIOGRAFIA 	103

| INTRODUÇÃO

What I really wanted to advise the young [students of economics] to do was to avoid spending much time and thought on it. As for them learning philosophy, whatever next?

Frank Hahn¹

Neste trabalho procurarei demonstrar, seguindo essencialmente a obra de Tony Lawson² e em particular a sua crítica ao conjunto de métodos que caracterizam a Economia Neoclássica³, que é pertinente e indispensável interligar a análise metodológica com questões de natureza ontológica e epistemológica (ou seja, a Economia com a Filosofia). Fá-lo-ei questionando a teoria (e respectiva *estrutura*) da explicação científica que subjaz os métodos da corrente económica dominante; a concepção de Lei (da natureza) a essa teoria associada e da qual a viabilidade da explicação depende; a ontologia que neles está pressuposta; a teoria social que os acompanha; e a sua maior ou menor adequação ao estudo e compreensão do fenómeno social, que é o seu objecto.

Como tal, longe de se reduzir a um exame dos sistemas e modelos utilizados pela generalidade dos economistas aderentes à síntese neoclássica, mas não se eximindo de o fazer – a cada passo haverá a preocupação de relacionar claramente escolhas metodológicas com a respectiva base ontológica, de mostrar a contaminação daquelas por esta –, o empreendimento de Lawson distingue-se por atribuir como causa de ineficácia metodológica a negligência ontológica que ressalta dos métodos – e sugere, concomitantemente, uma sustentação ontológica na formação de novos métodos.

Com efeito, a sua crítica provém de um ponto de vista ontológico, fundamentando a crítica metodológica numa teoria geral da ciência (Realismo Transcendental) e na sofisticação de uma específica ontologia social (Naturalismo Crítico) – elaboradas em grande medida por Roy Bhaskar⁴, sendo a primeira encorajada

¹ ‘Answer to Backhouse: Yes’, cf. *Economics & Reality* (1997), p. 12. O artigo de Blaug é uma resposta ao artigo de Backhouse intitulado: ‘Should we ignore methodology?’.

² Concentrar-me-ei em: *Economics and Reality* (1997); *Reorienting Economics* (2003); *Ontology and Economics* (2009); bem como em diversos artigos que serão devidamente assinalados. Neste trabalho, utilizarei, para me referir a estes livros, as abreviaturas E.R., R.E. e O.E., respectivamente.

³ Por Economia Neoclássica Lawson refere-se à actual *mainstream economics*, que resume a investigação económica, o trabalho científico, a pouco mais do que «micro (mathematical) modelling, macro (mathematical) modelling and econometric modelling» (Lawson, 2003: 4).

⁴ As obras de Bhaskar em que essencialmente se fundamenta o trabalho de Lawson são: *A Realist Theory of Science* (1975) e *The Possibility of Naturalism* (1979). Lawson, contudo, nem sempre está de acordo com as conclusões de Bhaskar, e disso daremos conta.

e ancorada no trabalho de Rom Harré⁵ – que se opõem, uma e outra, quer à corrente positivista, que está na base do conjunto de métodos criticados, quer à corrente hermenêutica, que tem sido por assim dizer o porto de abrigo, a bolsa de resistência mais destacada ao positivismo – recusando também, obviamente, extravagâncias pós-modernas. A filosofia geral da ciência e a filosofia da ciência social – quando congregadas sob a mesma égide: *Realismo Crítico* –, pelas quais a crítica de Lawson à perspectiva económica dominante emerge, não é, contudo, fundacionalista, e com esta afirmação se pretende deixar claro que, delineando uma alternativa ao positivismo e à hermenêutica, distingue-se por evitar o erro muito comum de rejeitar por inteiro as correntes a que se opõe⁶. Pelo contrário, procura incorporar as intuições que julga verdadeiras e fundamentais, quer do momento analítico quer do *insight* hermenêutico na ciência.

Por fim, partindo do estudo da natureza da realidade social, isto é, da ontologia social que defende, e como objectivo último⁷ e razão inicial⁸ desse mesmo estudo, Lawson analisa possíveis limites da investigação científica, identificando armadilhas, prescrevendo e dando exemplos de métodos de investigação que julga virtuosos para a ciência social, sem cair nunca no dogmatismo⁹, que é o seu verdadeiro alvo, mas de facto preconizando um amplo *pluralismo metodológico* que é o traço mais notável do seu trabalho.

Lawson, convém por certo deixar claro, não rejeita a utilização de método algum, apenas nota que, dadas as características da realidade social, uns métodos são mais indicados para a análise de certas situações, e outros métodos mais adequados para o estudo de outras, denunciando a universalização ingénua e funesta de um único método (‘o’ método científico) no estudo de objectos distintos; e, de qualquer forma,

⁵ Cf. *As Filosofias da Ciência* (1972).

⁶ Não participando assim da atitude de deitar fora o bebé com a água do banho. Como assinala Fernando Gil: «Poder-se-ia mostrar que os grandes debates do século [XX] tiveram e continuam a ter em comum deitar fora o bebé com a água do banho.» (‘Ciências Sociais, Filosofia. Duas notas e uma avaliação’, in *Acentos*, p. 240).

⁷ Como de certo modo não podia deixar de ser, pois: «(...) theories are too important to the practice of science to be surrendered until alternatives are available. And alternatives are not easily generated.» (Daniel Hausman, “Introduction”, cf. *The Philosophy of Science*, p. 15).

⁸ Teoria da ontologia social que, de resto, tem como propósito exactamente isso. Usando as palavras de John Searle (2010): «We need not so much a philosophy of the social sciences of the present and the past as we need a philosophy for the social sciences of the future and, indeed, for anyone who wants a deeper understanding of social phenomena» (*Making the Social World*, p. 5).

⁹ Dogmatismo instalado na *mainstream economics* e bem expresso por McCloskey: «the discipline is: if you don’t use it [our methodology], I won’t listen» – fórmula que contudo considera virtuosa. (‘The Rhetoric of This Economics’, in *Philosophy of Economics*, p. 425).

relembra que a capacidade de qualquer método em gerar resultados válidos é uma questão empírica, a observar *a posteriori* (todas as conclusões do Realismo Crítico são *a posteriori*), e é daí, de resto, que nasce a sua própria investigação.

De facto, vale muito a pena realçar que o trabalho de Lawson, que começou por estudar matemática, não nasce de um qualquer capricho quando tudo estava a correr bem na ciência económica, antes se dá, por um lado, por ter verificado a aplicação de métodos formalísticos que conhece bem a objectos para os quais lhe pareciam totalmente inapropriados – «Tendo chegado à economia por via do estudo da matemática, fiquei imediatamente impressionado, como eu a vi, pela aplicação generalizada e um tanto acrítica de sistemas e métodos formalísticos a condições para as quais eles eram obviamente inadequados.»¹⁰ (Lawson, 1997: xiii) – e, por outro, pela constatação de que o projecto neoclássico, que se tornou dominante¹¹, não estava (e não está) de todo a produzir resultados aceitáveis¹², mesmo pelos seus próprios critérios, vendo Lawson neste falhanço uma consequência da carência ontológica e demais postura atrás assinalada: «A maioria dos economistas parece simplesmente tomar por garantido que os métodos escolhidos necessariamente se vão ajustar a situações e problemas do mundo real que se pretende estudar» (Lawson, 1997: xii).

A sua obra argumenta precisamente no sentido de que, apoiando-se numa concepção insustentável do que faz a ciência, numa ideia pobre e superficial do que é a sociedade, e na escolha *a priori* e acrítica de um método (os modelos matemáticos são encarados como uma *necessidade*), o ramo que, hoje, é o tronco da economia enquanto ciência, não poderia no fundo ter resultados diferentes.

Termino esta breve introdução acrescentando que toda a crítica metodológica (bem como a construção ontológica), tendo como pedra angular o pensamento de Lawson, é feita nesta dissertação em articulação com a obra de outros autores – por exemplo, ficando-me por autores contemporâneos: Nancy Cartwright, John Searle,

¹⁰ Todas as traduções são da responsabilidade do autor desta dissertação.

¹¹ Lawson traça uma fascinante explicação desse fenómeno: cf. ‘An explanation of the mathematising tendency in modern mainstream economics’, R. E., capítulo 10.

¹² Que a ciência económica ainda é hoje vista como a *dismal science* que Carlyle nela entreviu penso ser da ordem da evidência: no dia em que escrevo, 29 de Abril de 2013, John Cassidy, na revista *The New Yorker*, num artigo (“THE REINHART AND ROGOFF CONTROVERSY: A SUMMING UP”) em que aborda uma querela recente, termina a sua reflexão perguntando: “How Seriously Should We Take Economics?”, e conclui afirmando que se a Economia é uma ciência, é uma ciência “soft” and “squishy”. Porém, seja qual for a perspectiva, como afirma Lawson, a ‘economic theory’ or ‘pure theory’ *não está numa condição muito saudável*, e, bem entendido, dessa *evidência* se dará conta no trabalho. Como registo, é pela procura do seu diagnóstico que nasce o interesse de Lawson.

Daniel Hausman e Roy Bhaskar – que se debruçam transversalmente sobre tópicos comuns, como de resto se espera que fique bem patente ao longo do trabalho.

PARTE I

FILOSOFIAS DA CIÊNCIA

Todas as práticas científicas são sustentadas por uma orientação teórica ou substantiva, que por sua vez é elaborada ou inspirada por uma concepção filosófica da realidade. Quando um programa científico falha consecutivamente os objectivos do seu empreendimento – a compreensão e explicação do seu objecto de estudo –, é no mínimo recomendável avaliar a adequação dos métodos utilizados ao domínio a que estão a ser aplicados, o que naturalmente passa pela análise da filosofia que os sustenta e da noção da natureza da realidade que esta pressupõe ou em que se inspira.

Um candidato que preenche, *par excellence*, este requisito, é o projecto *mainstream* na Economia – também conhecido por teoria económica <*economic theory*> ou teoria pura <*pure theory*> ou moderna economia matemática <*modern mathematical economics*>. Perante acusações de que o projecto está sustentado em ideias superficiais ou premissas falsas, os seus aderentes mais célebres invocam em sua defesa esse facto ser irrelevante ou mesmo um mérito, dada a correcção das previsões¹³ – argumento largamente rebatido dado as previsões estarem longe de ser as mais precisas, bem pelo contrário¹⁴. E, perante a teimosa ausência de explicações significativamente melhores do fenómeno abordado, reclamam, seguindo o grupo *Bourbaki*¹⁵, a prossecução acrítica do mesmo método enquanto adiam a procura de uma melhor interpretação do mesmo, distinção possibilitada pela clara separação entre i) a

¹³ Esta postura é bem captada pela resposta de Lucas: «To observe that economics is based on a superficial view of individual and social behaviour does not seem to me to be much of an insight. I think it is exactly this superficiality that gives economics much of the power that it has: its ability to predict human behaviour without knowing very much about the make up and lives of the people whose behaviour we are trying to understand.», in E.R., p. 304 e R.E., p. 20. Cf. também ‘The Methodology of Positive Economics’, M. Friedman, in *The Philosophy of Economics*.

¹⁴ «Economic forecasters [examining the record of thirty-four UK groups, including the most quoted ones] do not speak with discordant voices; [keeping an eye on each other] they all say more or less the same thing at the same time. And what they say is almost always wrong. The differences between forecasts are trivial relative to the differences between all forecasts and what happens.», John Kay, ‘Cracks in the Crystal Ball’ (1995:19), E.R., p. 301.

¹⁵ Cf. Lawson, 1997: 4.

sofisticação da teoria, ii) a sua interpretação e iii) a respectiva aplicação, que se verifica no método axiomático¹⁶, como se a construção de modelos e sistemas se tratasse de um mero jogo intelectual¹⁷ cuja aplicação prática pode aguardar a sua hora – com a agravante suplementar de nem os aderentes do projecto saberem onde é que este por fim os conduz¹⁸, e mesmo os mais dotados de entre eles parecerem desligados do conhecimento e estudo do objecto a que os métodos são aplicados¹⁹.

É pois ante este cenário que nasce o trabalho de Lawson²⁰, através da investigação das *causas* da crise do projecto *mainstream*, bem como pelo contacto com novos desenvolvimentos na filosofia da ciência, alinhando pelos que criticam a

¹⁶ Com a introdução do método axiomático, cujo principal expoente é a *Theory of Value* (1959) de Debreu: «No longer was mathematics seen as the language of nature, abstracted from the study of nature. Rather it was conceived as a practice concerned with formulating systems comprising sets of axioms and their deductive consequences, with these systems in effect taking on a life of their own. The task of finding applications was henceforth regarded as being of secondary importance at best, and not of immediate concern» (Lawson, 2003: 271). A este propósito Lawson (1997: 292) cita ainda uma excelente observação de Miller. «Many economists elaborate the internal logic of some general model, serenely accepting that their work makes no appreciable contribution to explaining specific episodes of inflation or unemployment, or specific international economic relations. The intellectual justification is, basically, that the elaboration of general models is the most promising route to the discovery of general laws, an essential aspect, in turn, of explanations.»

¹⁷ Fazendo cair num completo desencanto até os seus mais acérrimos defensores. Lawson (2003: 10) cita Blaug: «*Recently, Blaug, perhaps the foremost methodologist of the mainstream, formulates matters at least as starkly: Modern economics is sick. Economics has increasingly become an intellectual game played for its own sake and not for its practical consequences for understanding the economic world. Economists have converted the subject into a sort of social mathematics in which analytical rigour is everything and practical relevance is nothing.*».

¹⁸ Observe-se, por exemplo, o desabafo de Ariel Rubinstein: «Predictions from economic theory are not nearly as accurate as those by the natural sciences, and the link between economic theory and practical problems, such as how to bargain, is tenuous at best. (...) Economic theory lacks a consensus as to its purpose and interpretation. Again and again, we find ourselves asking the question ‘where does it lead?’», cf. R.E., p. 306; R.E., p. 9.

¹⁹ Lloyd Shapley, prémio Nobel da Economia em 2012, mostrou-se surpreendido com a atribuição do prémio, uma vez que, afirma, a sua área é a matemática, não a economia. «*Even Prof. Shapley was surprised by the honour. “I consider myself a mathematician and the award is for economics,” he told the Associated Press on Monday. “I never, never in my life took a course in economics.”*», in *The Globe and Mail* (www.theglobeandmail.com/report-onbusiness/economy/economy-lab/practical-game-theory-proves-the-perfect-match-for-nobel-prize-winners/article4614185/).

As declarações de Shapley espelham exemplarmente o que Lawson (1997: 320; nota 7) considerou ser o maior problema da investigação económica (*mainstream*) contemporânea: «Indeed, a major problem with contemporary economics generally is that it attempts to render science far too easy. As it currently stands, with its almost exclusive reliance on computer packages, official data, and sanctioned statistical, or other mathematical procedures, economics can be pursued, or so it is clearly supposed, without any knowledge of, or thought to, the economy at all. No wonder, then, that so many senior posts in economics faculties are being taken by engineers and applied mathematicians without previous experience of studying features of actual economies. No wonder, too, the current disarray within contemporary economics discipline and the fast growing suspicion of its affairs by those who remain on the outside.»

²⁰ Cf. Lawson, 1997: 45-46.

suposição de que a estrutura do raciocínio científico é essencialmente dedutiva e pelos que põem em causa a visão positivista do desenvolvimento da ciência como monista²¹.

|Dedutivismo

Será possível detectar, entre as inúmeras variantes do projecto *mainstream* (ex: teoria dos jogos <*game theory*>; teoria do equilíbrio geral <*general equilibrium theory*>; modelização econométrica <*econometric modelling*>; modelização matemática axiomático-dedutiva <*mathematical axiomatic-deductive modelling*>; teoria da escolha racional <*rational choice theory*>; etc.), uma característica essencial a que todas elas estejam comprometidas?

Tony Lawson pensa que sim: é possível identificar uma insistência metodológica na formulação de modelos matemático-dedutivos e, em geral, uma redução da investigação científica a técnicas de modelização formalística²². No resumo lapidar de Diana Strassman: «a teoria significa modelos, e modelos significam ideias expressas matematicamente» (Lawson, 2003: 6).

O uso e aplicação destes métodos tem como suporte, segundo Lawson²³, uma colecção de «teorias da ciência, da explicação e do progresso científico» que designa como *dedutivismo*²⁴, e a concepção de leis que lhe está associada e do qual em último caso dependem – falamos, primordialmente, do modelo nomológico-dedutivo <*deductive-nomological model*>, também conhecido, entre outros nomes, como modelo da lei de cobertura <*covering law model*>, a teoria de explicação de Popper- Hempel <*the Popper-Hempel theory of explanation*> ou o modelo D-N <*D-N model*>; a reformulação probabilística de Reichenbach, indução probabilística <*inductive-probabilistic*> ou modelo I-P <*I-P model*>, também é incluída, por Lawson, sob a égide nomológico-dedutiva.

²¹ Cf. Lawson, 1997: xvi.

²² Cf. Lawson, 2003: 3-8.

²³ Para conferir os três parágrafos seguintes (expressões inclusive): Lawson, 1997: 16-18.

²⁴ Lawson (1997: 293), consciente que «it is a standing joke in some quarters that there are nearly as many versions of positivism as there are critics» designa por *dedutivismo* a estrutura de explicação científica que tem por base a concepção de lei que Cartwright (1999: 49) caracteriza como «the liberalised Humean empiricism of most post-logical-positivist philosophy of science», e o próprio Lawson (1997:19) como «Hume's analysis of causality, or at least from Hume's arguments as they are usually interpreted».

A concepção de Lei que subjaz a este modo de explicação – leis de cobertura <covering laws> – é a expressão de *conjunções constantes de acontecimentos ou estados de coisas*, isto é, a afirmação de *regularidades* da forma ‘sempre que o acontecimento x, então o acontecimento y’ <whenever event x, then event y>. A associação entre os parâmetros pode ser interpretada como probabilística («e então y pode ser interpretada como a média ou o limite de uma série» (Lawson, 1997: 18)) ou determinista, e ‘acontecimento x’ pode representar, e normalmente representa, um conjunto de acontecimentos de um determinado tipo <type> ou condições iniciais, e não apenas um único acontecimento <token>. A respectiva validade da lei deve ser averiguada (corroborada, testada, falsificada) através das suas instanciações.

Deste modo, explicar propriamente um fenómeno, acontecimento ou coisa – o *explanandum* – é deduzi-lo do conjunto das condições iniciais ou premissas – o *explanans* – mais uma lei geral da forma ‘sempre que o acontecimento x, então o acontecimento y’. Normalmente o modelo é apresentado da seguinte forma:

1. Condições iniciais <Initial conditions>: $I_1, I_2, \dots, I_n$
2. Leis ou teorias <Laws or theories>
3. Fenómeno explicado e/ou previsto.

No ponto 3 está indicado explicar e/ou prever uma vez que neste modelo a explicação e a previsão são simétricas. Trata-se da famosa tese da simetria: uma vez que as ‘leis da natureza’ são regularidades entre acontecimentos, explicar é tornar previsível o acontecimento do ponto de vista das condições iniciais, e torná-lo previsível consiste exactamente em explicá-lo, isto é, em identificar a ‘covering law’ – a regularidade *enquanto* lei – por detrás da sua ocorrência.

Como refere Lawson²⁵, não merece qualquer dúvida séria a atribuição deste modelo de explicação (e concepção de lei associada) à corrente *mainstream*: a econometria é caracterizada «pela persistente procura de regularidades do tipo probabilístico» (1997: 18), e o conteúdo substantivo da modelização micro e macro, grosso modo consiste em pouco mais do que a postulação de «estritas conjunções

²⁵ Cf. Lawson, 1997: 18.

constantes de acontecimentos, usualmente interpretadas como ‘axiomas’ ou ‘suposições’» (1997:18).

Embora a explicação dedutivista não figure de modo explícito nas caracterizações do projecto fornecidas pelos seus proponentes, não se pode duvidar da sua centralidade. Enquanto o requisito de dedutibilidade, que o explanandum é deduzido do explanans, é mais ou menos transparente, o aspecto da cobertura nomológica [*covering-law*], nomeadamente que pelo menos uma lei universal (da forma ‘sempre que o evento x, então o evento y’) tem que ser especificada, é geralmente atendido pelos axiomas. [nota 8: Eu não estou a negar, claro, que os requisitos da dedutibilidade e da cobertura nomológica podem ser satisfeitos, de uma forma não trivial, um sem o outro. Ambos são, porém, parte do que se tornou conhecida como a teoria da explicação científica de Popper-Hempel, a que me estou a referir como, ou a subsumir ao, dedutivismo, teoria de explicação que estou a imputar à ‘teorização’ da ortodoxia económica.] (Lawson, 1997: 91; nota: 305)

Como veremos, a introdução de axiomas a um nível básico, micro, atomístico, é exactamente uma característica da ortodoxia económica contemporânea. Mas já iremos analisar os axiomas ‘evidentes’ e respectiva sustentação teórica. O importante é reter que a ideia de uma teoria da inferência não matemática²⁶, que será essencial no projecto científico desenvolvido por Lawson, fica sempre por considerar.

Segundo o *dedutivismo*, como o próprio nome indica, a explicação propriamente científica é feita pela subsunção dedutiva <*deductive subsumption*> de um acontecimento a partir das suas condições iniciais. O que está aqui em causa, como já dissemos, é a *estrutura* da explicação²⁷ e a necessidade da ocorrência de *regularidades* do tipo indicado – assim, a sua descrição não é minada, por exemplo, entre outras circunstâncias²⁸, pelo facto de as condições iniciais serem fictícias, ou as regularidades,

²⁶ Cf. Lawson, 2003:11.

²⁷ Cf. Lawson, 2003:5. Exactamente como diz Cartwright (1999: 3-4): «Nevertheless we want our treatments to be rigorous and our conclusions to follow deductively. And the way you get deductivity when you do not have it in the concepts is to put enough of the right kind of structure into the model. That is the trick of building a model in contemporary economics: you have to figure out some circumstances that are constrained in just the right way that results can be derived deductively.»

²⁸ Como especifica e alerta Lawson (2003: 5): «Of course, a closure is not restricted to the case of a correlation between just two events or ‘variables’; there can be as many of the latter as you like. Nor is a closed system avoided by assuming a non-linear functional relationship or by pointing out, as in chaos theory or some such, that what happens may be extremely sensitive to initial conditions. If, given the

em vez de procuradas em «relatórios de observação ou dados estatísticos» (Lawson, 2003: 5), serem pura e simplesmente inventadas/fabricadas num sistema apropriado – aquilo que Cartwright (1999: 50) designa como «máquina nomológica» *<nomological machine>*²⁹.

Os sistemas em que regularidades deste tipo³⁰ ocorrem são ditos sistemas fechados *<closed systems>*³¹, e aqui referimo-nos sempre a sistemas desenhados para captarem/produzirem *fechamentos de sequência causal* *<closures of causal sequence>* e não *fechamentos de concomitância* *<closures of concomitance>*³², isto é, sistemas fechados de sequência causal, e, como dissemos, sistemas fechados de sequência causal que sejam probabilísticos (também ditos *estocásticos*) ou determinísticos. Assim, sempre que de seguida referirmos *fechamentos* *<closures>*, salvo indicação em contrário, é em *fechamentos de sequência causal* que pensamos.

Com vista a deixar bem claro sobre o que estamos a falar quando nos referimos a regularidades *enquanto* ‘leis da natureza’, a concepção de Lei por detrás do *dedutivismo*, julgamos fazer sentido elaborar uma taxonomia de regularidades que, não ambicionando ser abrangente, esperamos que traga rigor à linguagem³³ e, conseqüentemente, à discussão.

exact same conditions, the same outcome does (or would) follow (or follows on average, etc., in a probabilistic formulation) the system is closed in the sense I am using the term».

²⁹ Para que ocorra o tipo de regularidades pretendidos é necessário uma *máquina nomológica*: «What is a nomological machine? It is a fixed (enough) arrangement of components, or factors, with stable (enough) capacities that in the right sort of stable (enough) environment will, with repeated operation, give rise to the kind of regular behavior that we represent in our scientific law.» (Cartwright, 1999: 50).

³⁰ A existência de regularidades, aquilo que Whitehead (1948: 33) chamava de «*notion of periodicity*», é essencial à descoberta científica e naturalmente também ao projecto de Lawson, por isso convém deixar claro qual o *tipo* de regularidade que estes sistemas produzem, as regularidades no sentido de lei, como exposto acima. Isso ficará evidente na taxonomia que iremos apresentar; mas como a exposição de lei *enquanto* regularidades descrita por Lawson e reproduzida acima possa não ser a mais evidente, cito de novo Cartwright (1999: 49), que o explica com toda a clareza: «(...) in any case, it takes what I call a nomological machine to get a law of nature. Here, by law of nature I mean what has been generally meant by ‘law’ in the liberalised Humean empiricism of most post-logical-positivist philosophy of science: a law of nature is a necessary regular association between properties antecedently regarded as Ok. The association may be either 100 per cent – in which case the law is deterministic, or, as in quantum mechanics, only probabilistic. Empiricists differ about what properties they take to be OK; the usual favourites are sensible properties, measurable properties and occurrent properties. My objections do not depend on which choice is made.»

³¹ Cf. Lawson, 1997: 19; Lawson, 2003: 5.

³² Cf. Lawson, 2003: 15-16.

³³ Em qualquer ramo mas imperiosamente em filosofia, é profilático seguir o conselho de Hume (1985: 81), até porque se está a analisar e rebater uma interpretação do conhecimento científico que se inspirou largamente na sua obra: «Em virtude da circunstância apenas de uma controvérsia se ter mantido viva tanto tempo e permanecer ainda indecisa, podemos presumir que existe alguma ambiguidade na expressão e que os contendores afixam ideias diferentes aos termos utilizados na controvérsia.» (*Investigação sobre o Entendimento Humano*)

Assim, é necessário distinguir pelo menos 5 tipos de regularidades:

1. Regularidades artificiais ou institucionais. Por exemplo: parar no sinal vermelho. Originam em regra o tipo de regularidade 5, mas é aqui destacada por ser criada de forma totalmente artificial.
2. Regularidades acidentais. Por exemplo: devido à destruição provocada por um sismo e pelo temor de que o mesmo se repita, assistirmos à descida acentuada das receitas de turismo do país x durante y anos. O acidente pode pois originar o tipo de regularidade 3, 4 ou 5, mas merece uma categoria própria em virtude de a regularidade ser causada por um acidente.
3. Regularidades de concomitância. Por exemplo: por norma, quando o preço de um jornal ou do combustível sobe numa zona do país x, sobe também nas restantes zonas do país x. O sistema fechado <closed system> que as pressupõe é, tal como referido acima, um sistema fechado de concomitância, que capta a ideia de fechamento sobre determinado espaço <closing over>³⁴.
4. Regularidades parciais mas claras, evidentes, patentes (nas palavras de Lawson: “regularidades grosseiras e patentes” <rough and ready regularities> ou “semi-regularidades” <demi-reg>³⁵). Alguns exemplos, no Reino Unido: «‘As mulheres cuidam das crianças mais tempo do que os homens’; ‘uma percentagem relativamente pequena de crianças oriundas de famílias pobres atinge uma educação elevada, no Reino Unido’; ‘as taxas de desemprego médio em países ocidentais industrializados são mais altas nos anos 90 do que nos anos 60’; ‘nos anos 90 as empresas britânicas externalizam ou deslocam mais partes do seu processo produtivo do que há vinte anos atrás’; ‘em todas as escolas, as raparigas começam a ultrapassar os rapazes academicamente, enquanto até recentemente os rapazes tinham performances académicas significativamente melhores do que as raparigas’; ‘os homens geralmente são melhores pagos do que as mulheres por um trabalho idêntico’.»
5. Regularidades estritas (determinísticas) ou fortes, ou seja, conjunções regulares de acontecimentos determinadas ou definidas sob «bem comportadas, isto é, [matematicamente] tratáveis, ‘leis’ probabilísticas» <‘well behaved’ i.e. tractable, probability ‘laws’>³⁶. Ou seja, conjunções probabilísticas ou estocásticas entre

³⁴ Cf. Lawson, 2003: 41.

³⁵ Cf. Lawson, 1997: 206-207; Lawson, 2003: 101, 105-106. Sigo os exemplos fornecidos por Lawson nestas mesmas páginas.

³⁶ Cf. Lawson, 1997: 321, nota 10.

parâmetros: $Y = F(X_1, X_2, \dots, X_n)$, em formulação matemática. Lê-se: para cada acontecimento ou estado de coisa quantificável <measurable> Y, existe um conjunto de condições ou acontecimentos, $X_1, \dots, X_n$, em que Y e X «são regularmente conjugados sob alguma (ou um conjunto de) formulação probabilística ‘bem-comportada’» <are regularly conjoined under some (set of) ‘well-behaved’ probabilistic formulation(s)>³⁷; e, portanto, qualquer que seja a circunstância «se x variar (e é possível variar x), y irá variar; a forma como y varia é mapeada por F, e então temos uma teoria causal» <if we change x (and it is possible to change x), y will change. And the way y will change is mapped by f, so we have a causal theory>, como explica Hendry³⁸. Alguns exemplos de relações usualmente postuladas: «‘Consumo e rendimento disponível’, ‘salários e preços dos consumidores’, ‘importações e despesa total final’, ‘investimento e taxas de juro’»³⁹. Recentemente: «‘crescimento económico e inflação em relação a diferentes níveis do défice e dívida pública’»⁴⁰.

Como é evidente, o tipo de regularidades que o *dedutivismo* necessita e procura descobrir, postular ou construir é o de tipo 5, é esse que reconhece e nomeia como *leis*, que se verificam sempre ou cuja probabilidade está rigorosamente definida. Não é certamente em busca de regularidades patentes, de concomitância ou artificiais – muito menos de regularidades acidentais –, que os aderentes do projecto *mainstream* desenvolvem e testam <run> os seus modelos em «literalmente dezenas de milhares de regressões num conjunto de dados estatísticos» (Lawson, 2009: 145), com vista a encontrar, por assim dizer, a rede nomológica na floresta. Os *dedutivistas* certamente necessitam de identificar ou construir sistemas fechados onde regularidades estritas ou fortes naturalmente ocorram ou sejam despoletadas, pois é esse o requerimento essencial para a aplicação daquilo que, como dissemos, julgam ser a estrutura da explicação científica; isto é, só assim um fenómeno é cientificamente explicado. Dito claramente: «Eles necessitam de construir as suas teorias de uma forma tal que a regularidade de acontecimentos esteja garantida, permitindo o raciocínio dedutivo» (Lawson, 2003: 15).

*

³⁷ Cf. Lawson, 1997: 76.

³⁸ Cf. Lawson, 1997: 301.

³⁹ Cf. Lawson, 2003:15.

⁴⁰ Referimo-nos ao polémico artigo ‘Growth in a time of debt’ (2010) de Reinhart e Rogoff.

O exemplo paradigmático do conhecimento científico, em que o *dedutivismo* está na verdade fundado, são as regularidades verificadas na Astronomia, mais propriamente no sistema planetário, que Lawson nomeia como sistema fechado celeste <celestial closure> (Lawson, 1997: 29). O método que caracteriza o projecto *mainstream* – modelização matemático-dedutiva de um fenómeno, assim explicando-o –, tanto quanto ainda mantém alguma relação com a realidade, foi elaborado e é aplicado exactamente por ser o mais adequado a modelizar este tipo de regularidades (tipo 5), e assim propriamente explicar (como dissemos, a explicação é feita por subsunção dedutiva, mais propriamente por subsunção matemático-dedutiva) determinado fenómeno. É daí, com base nesse exemplo, que se julga uma condição necessária do conhecimento científico a existência e identificação de *fechamentos* <closures>, ou, na sua ausência, a construção de *máquinas nomológicas* – o sistema planetário é, por assim dizer, uma *máquina nomológica natural*, ou seja, está lá, na natureza, existe, na realidade⁴¹, sem a nossa intervenção. Esta ideia está bem manifesta nas declarações de Allais, prémio Nobel da Economia em 1988 (citado por Lawson⁴²):

A condição essencial de qualquer ciência é a existência de regularidades que possam ser analisadas e previstas. É o caso da mecânica celeste. Mas também é verdade de uma boa parte do fenómeno económico. Realmente, a sua análise exhibe a existência de regularidades tão impressionantes como as das ciências físicas. É por isso que a Economia é uma ciência, e é por isso que esta ciência assenta nos mesmos métodos e princípios gerais da física. (Allais, 1992: 25)

Portanto, como faz notar Lawson, a condição necessária para a justa universalização do método *mainstream*⁴³, para que seja legítimo e adequado estender a aplicação desse método a todos os fenómenos e para que o conhecimento científico

⁴¹ Ou seja, é necessário que as estáveis estruturas que são a condição para que regularidades de tipo 5 ocorram, existam e se mantenham: «Sometimes the arrangement of the components and the setting are appropriate for a law of nature [in the liberalised Humean empiricism of most post-logical-positivist philosophy of science] to occur naturally, as in the planetary system; more often are engineered by us, as in a laboratory experiment. But in any case, it takes what I call a nomological machine to get a law of nature.» (Cartwright, 1999: 49).

⁴² Cf. Lawson, 1997: 285; Lawson, 2003: 13.

⁴³ «Their [striking event regularities as in celestial mechanics] prevalence is a precondition for the mathematical-deductivist methods that economists emphasise having relevance», nota Lawson (1997: 13), que, naturalmente, refuta e combate a ideia de que a ciência depende desses *closures* e se resume à aplicação do método matemático dedutivo, e como tal acrescenta «but the application of these methods cannot be equated to science.» (*idem*). Cf. também: (Lawson, 1997: 19).

(como entendido pelos *dedutivistas*) seja possível no domínio económico e social, a condição necessária é que a realidade seja caracterizada pela ubiquidade destes *fechamentos*⁴⁴. Nas palavras de Allais, é necessário que existam *impressionantes regularidades no fenómeno social*, que exista uma ubiquidade de, por assim dizer, *máquinas nomológicas naturais*, ou seja, que os acontecimentos a explicar estejam de facto governados por uma *lei-de-cobertura* <covering-law> (mesmo que geral); só dessa forma, no modo de explicação requerido, estaremos propriamente a explicar o acontecimento, pois isso só se dá quando se instancia uma ‘lei da natureza’.

|Realismo Empírico

A concepção da ciência, isto é, a perspectiva da explicação científica, do método científico, do que é uma ‘lei da natureza’, e portanto das condições necessárias para fazer ciência, da qual decorre o método acima exposto, como de certo modo já vimos

⁴⁴ Nancy Carwright (1999: 9-10) é uma das pessoas que tem defendido o método que classifica como analítico (isto é, a construção de modelos matemáticos (máquinas nomológicas que produzam regularidades) para explicar fenómenos, quer sejam naturais quer económicos/sociais) mas fá-lo contra a ortodoxia vigente (contra o *deductive-nomological account* (1999: 9-10) – numa frase: contra a interpretação de que as ‘leis da natureza’ devem ser levadas a sério, isto é, como regularidades que se verificam em concreto), contra o modelo teórico considerado nesta parte da tese, propondo uma interpretação sofisticada do método que diríamos próxima de Menger (que Lawson (1997:113) classifica como *Theory of One-Sided Understanding*) ou mesmo de Hodgson (o famoso *Method of Successive Approximation* (Lawson, 1999: 127)) que vê os axiomas (e/ou suposições) como «*heuristic assumptions*» ou «*heuristic devices*»; Cf. “On the problem of formalism in economics”, Hodgson, in *Ontology and Economics* (2009). Estas interpretações (arriscáramos a dizer, *tentativas de salvação*) do ‘método analítico’ serão abordadas, e a sua pertinência refutada, na parte III, capítulo 1, desta dissertação. Contudo, adiantámos, seguindo Lawson (2003: 12), que seja qual for a interpretação dos modelos matemáticos, eles não são apenas uma outra linguagem, devendo ser vistos como uma ferramenta <tool> com características e constrangimentos próprios, que devem ser estudados para averiguar da sua adequação ao material (neste caso, a realidade social) sobre o qual vão ser aplicados: «I might also emphasise that this conception [of the ‘economic theory’] does not preclude a number of interpretations of how models are usually, or might best be, employed. Models may be viewed as alternatives to narratives or story-telling (about the world). This is (or was) McCloskey’s position (McCloskey 1990). Or storytelling may be treated as an essential aspect of the modelling process, as Mary Morgan maintains (e.g. Morgan 2001). Morgan’s account perhaps best captures the practices of the majority. I believe too that it gives the most charitable interpretation of what takes place. But if, with Morgan, we accept that there can be different stories told with a given model structure, and allow that economists can be concerned to explore ‘the full range of features and outcomes compatible with the structure’ (2001: 369–70) it nevertheless remains the case, as Morgan indeed recognises, that the ‘structure constrains and shapes the stories that can be told with a model’ (366). Specifically, it remains always the case that the ‘story is deductive because it uses the logic of the mathematics or materials ... of the model to answer the question’ (370).» (Lawson, 2003: 284)

atrás (cf. nota 24 e 41), é uma «uma versão do positivismo cuja raiz é a análise de Hume da causalidade, ou pelo menos foi gerada a partir dos argumentos de Hume tal como eles são usualmente interpretados» (Lawson, 1997:19) – o que Cartwright, como vimos, considera ser *a filosofia da ciência pós-positivismo lógico*. O positivismo, na leitura de Lawson, é fundamentalmente uma teoria do conhecimento, da sua natureza e limites, que recusou, nas palavras de Desidério Murcho, «a tentativa kantiana de resistir às ideias de Hume [e] adoptou a ideia empirista de que todo o conhecimento resulta dos sentidos» (2002: 38). Aqui, note-se, ‘sentidos’ deve ser lido em sentido lato, comportando também «amplificadores dos sentidos»⁴⁵. Esta é a tese do *fenomenismo*.

Como qualquer teoria do conhecimento, esta pressupõe uma ontologia – faço notar, aliás, que a mera adopção de uma teoria da inferência⁴⁶ pressupõe uma metafísica. A do positivismo é o que Lawson (1997: 19) (segundo o próprio, seguindo Bhaskar e outros) denomina de Realismo Empírico <*empirical realism*>, que suporta uma concepção da realidade constituída unicamente por objectos de experiência ou impressões, constituindo estes acontecimentos atomísticos.

Como a realidade apenas é composta por acontecimentos atomísticos⁴⁷, a possibilidade do conhecimento geral, e, concomitantemente, do conhecimento científico, fica restrita à elaboração de padrões de, e associações entre, acontecimentos: as regularidades de tipo 5. Porém, para sustentar a aplicação generalizada do método, isto não basta; como vimos, falta a *crença* suplementar na ubiquidade de sistemas fechados de sequência causal que dão origem a esse tipo de regularidades, condição que, se não é necessária, facilita e encoraja a ideia de uma adequação universal da modelização matemático-dedutiva, pois esta, de facto, é pertinente quando aplicada àquele tipo de situações, e fundamenta as previsões econométricas. De outro modo,

⁴⁵ Como Harré (1988: 31) observa: «(...) o objecto sensível não é só a pessoa, mas sim esta e um instrumento, do género especial a que darei o nome de «amplificador dos sentidos», tal como, por exemplo, o telescópio, o microscópio, a sonda, o estetoscópio ou outro equipamento idêntico, aparelhagem esta que nos permite sentir algo para além do alcance da ponta dos dedos ou ver qualquer coisa de outro modo invisível, ou seja, que não veríamos sem o auxílio de óculos ou do telescópio.»

⁴⁶ Como Whitehead, guiado por boas razões, faz questão de apontar recorrentemente. Por exemplo, expressa-o de forma precisa quanto à indução (1948: 45): «Induction presupposes metaphysics. In other words, it rests upon an antecedent rationalism. You cannot have a rational justifications for your appeal to history till your metaphysics has assured you that there is a history to appeal; and likewise your conjectures as to the future presupposes some basis of knowledge that there is a future already subjected to some determinations.»

⁴⁷ Nesta e nas observações que se seguem, sigo Lawson (1997: 19-20).

estaremos a aplicar métodos formalísticos na explicação de situações para as quais eles não são indicados.

Esta *crença* é a tese metafísica que Lawson (1997:76) nomeia como Regularidade Estocástica <*Regularity Stochasticism*>⁴⁸ (e o seu caso especial, a Regularidade Determinista <*Regularity Determinism*⁴⁹>), que se baseia na ideia de uma *lei-de-cobertura*⁵⁰ que está lá, na natureza, bem escondida mas à espera de ser descoberta, *fé*⁵¹ que é o esteio fundamental da uniformização⁵² metodológica da ciência. Segundo Cartwright (1999: 6), que se classifica, por assim dizer, como uma empirista *qualificada*⁵³, o positivista lógico Neurath, a certa altura considerou a crença no determinismo universal como a crença n’ “O Sistema” <The System>, e classificou-a como “a grande mentira científica” <*the great scientific lie*>.

Bem podemos, contemplando a teoria económica e a sofisticação metodológica *mainstream*, citar Wittgenstein (2008, I. F., I, 115): «Estávamos presos a uma imagem. E dela não podíamos sair, porque ela própria estava na nossa linguagem, a qual nos parecia repeti-lo implacavelmente.» Pois é sempre na tenaz busca desta *imagem* do mundo que quase todo o esforço científico tem sido dirigido.

É então sobre esta tese metafísica, baseada no paradigmático caso da Astronomia, que, reivindica Lawson, se ergue e sustenta filosoficamente a universalização de um método, de ‘o’ método. Ou seja, como sustenta Cartwright (1999: 9), o método serve esta crença: «A explicação [<account>] nomológico-dedutiva serve a crença na construção de um grande sistema científico, um sistema derivado de um pequeno conjunto de princípios bem coordenados, que permita uma formulação

⁴⁸ Cf. Lawson, 1997: 76.

⁴⁹ Cf. Lawson, 1997: 98.

⁵⁰ «The (...) account of laws as regularities goes naturally with a covering law theory of prediction and explanation» Cartwright (1999: 138).

⁵¹ Após fundamentar a insustentabilidade do *D-N Model* como teoria unificada da explicação científica, Newton-Smith (‘Explanation’, in *A Companion to the Philosophy of Science*, pp.127-133) interroga-se sobre a causa da resiliência do mesmo. Uma das que sugere é o embaraço da filosofia da ciência em não ser capaz de gerar uma teoria da explicação científica que torne inteligível todas as explicações conhecidas. Esta incapacidade, segundo o mesmo, tem como consequência não ser possível encarar explicações científicas como reivindicações epistemológicas. Compara este embaraço ao que Kant viu o ceticismo ser para a epistemologia. Talvez a *fé* que refiro acima seja uma consequência deste embaraço.

⁵² E, não, sejamos bem rigorosos, unificação, pois esta pode ser plural.

⁵³ Cartwright (1999: 6) assume-se como empirista, mas uma empirista que «departs from a number of empiricisms by rejecting a host of philosophical constructs that are ill-supported by the mottled world in which we live, from Hume’s impressions and the invert occurrent properties that replace them in contemporary philosophy to the pseudo-rationalist ideal of universal determinism».

simples e elegante, a partir da qual tudo o que ocorre, ou tudo o que ocorre de um certo tipo ou de uma certa categoria, pode ser derivado.»

*

Há vários problemas, aponta Lawson⁵⁴, que resultam deste paradigma da explicação científica e da concepção do mundo que lhe está implícita.

O principal é que os fechamentos de sequência causal, onde se geram conjunções constantes de acontecimentos tidas por necessárias para se fazer ciência (neste paradigma, são a própria definição de *leis da natureza*), são raros fora da Astronomia – as regularidades de tipo 5 restringem-se, com raras excepções, às que ocorrem em condições de experiência laboratorial⁵⁵. Ora, conclui Lawson (2003: 21), esta constatação (*a posteriori*) sugere-nos uma boa explicação do falhanço do projecto *mainstream* na Economia: «os métodos de modelização matemático-dedutiva ou sistemas fechados são frequentemente aplicados a um material para o qual são inadequados» *<mathematical-deductivist or closed-systems modelling methods are often applied to materials for which they are unsuited.>*; e, mais: exige uma investigação sobre as condições que estão por detrás dos sucessos alcançados por via deste método (discutiremos o assunto na Parte III).

Porém, por outro lado, ficamos sem compreender como é que os resultados da experiência laboratorial, onde se verificam regularidades de tipo 5, são aplicados com sucesso fora do laboratório, onde as regularidades deste tipo raramente ocorrem.⁵⁶ Se o conhecimento que resulta da experiência laboratorial não é a postulação de uma regularidade, qual é a sua forma? Afirmar que leis são regularidades, note-se, carrega a implicação totalmente contra-intuitiva de que as ‘leis da *natureza*’, que as regularidades denotam, dependem da intervenção *humana* para se verificarem⁵⁷. Tudo se resume à pergunta chave: como é que podemos fazer sentido da aplicação eficaz (fora do laboratório) do conhecimento adquirido nas experiências laboratoriais? Esta pergunta é a que, como lemos em Cartwright⁵⁸, liga a análise metodológica à ontológica.

⁵⁴ Cf. Lawson, 1997: 27-28.

⁵⁵ Lendo Cartwright (1999: 46), vemos que esta observação de Lawson, não só não é contenciosa como é um lugar comum: «With a few notable exceptions, such as the planetary systems, our most beautiful and exact applications of the laws of physics are all within the entirely artificial and precisely constrained environment of the modern laboratory. That in a sense is a commonplace».

⁵⁶ Cf. Lawson, 1997: 19.

⁵⁷ Cf. Lawson, 1997: 20.

⁵⁸ Cartwright (1999: 102) afirma: «My argument in this chapter hinges on a not surprising connection between methodology and ontology. If you want to find out how a scientific discipline pictures the world,

Para derrubar a concepção da ciência que suporta a universalização dos métodos formalísticos na Economia, é preciso forjar uma teoria da explicação científica que, por um lado, torne verdadeiramente inteligível a experiência laboratorial – prática incontestada no campo da ciência –, e, por outro, que esta explicação seja afim, que esteja em harmonia, ou pelo menos não esteja em contradição, com o facto epistemológico de as regularidades de tipo 5 serem a excepção. Lawson não acompanha Newton-Smith (cf. nota 51) no embaraço perante a ausência de uma teoria da explicação científica que consiga abarcar todas as explicações realmente científicas e que esteja de acordo com factos epistemológicos largamente aceites (como as regularidades de tipo 5 serem raras); e não o acompanha porque tem uma para propor – o Realismo Transcendental <*Transcendental Realism*> de Bhaskar⁵⁹.

|Realismo Transcendental

Uma teoria realista⁶⁰ – e esta definição aplica-se tanto ao *realismo* empírico como ao *realismo* transcendental – postula que os objectos últimos da ciência existem e actuam de um modo *independente* das práticas científicas que os investigam e descrevem. O realismo transcendental, contudo, vai ainda mais além. É uma intersecção entre o que Mäki⁶¹ chamou de realismo científico – que considera que as variáveis *não observáveis* das nossas melhores teorias científicas (electrões, fótons, campos electromagnéticos, genes, etc.) são reais – e realismo “modal” – pois também considera que o que é *possível* tem influência no actual estado de coisas <*state of affairs*>, logo também é real (por exemplo: é, entre outras coisas, a *possibilidade* de o polícia puxar da arma, etc., que põe o ladrão em sentido). Iremos desenvolver, no decorrer do nosso trabalho, esta tese metafísica.

you can study its laws, its theories, its models, and its claims – you can listen to what it says about the world. But you can also consider not just what is said but what is done. How we choose to look at the world is just as sure a clue to what we think the world is like as what we say about it.»

⁵⁹ Delineado em *A Realist Theory of Science* (1975). Sigo, porém, o trabalho de Lawson. Parece-nos que Lawson faz uma boa resenha da teoria de Bhaskar. Somente aqui e ali, quando, por qualquer razão, julgarmos que faz sentido citar Bhaskar ou até Harré, o faremos.

⁶⁰ Cf. Lawson, 1997: 19, 48.

⁶¹ Cf. ‘Realism’, Uskali Mäki, in *The Philosophy of Economics*, p. 432-433.

Uma teoria transcendental⁶², neste caso, é uma teoria que privilegia o (mas não se reduz ao) modo de investigação <*mode of enquiry*>, de inferência (ou raciocínio) transcendental: o método que, perante aspectos significativos da nossa experiência, pergunta quais as condições de possibilidade, quais as condições necessárias para esses aspectos poderem ser como são. Como é que o mundo tem de ser para *x* se estar a verificar? A designação, dada por Bhaskar, de *transcendental* a este modo de raciocínio, diz-nos Lawson (1997:49), é uma referência ao empreendimento de Kant, mas fica-se por aí: o enquadramento individualista/idealista kantiano é um caso particular (indevidamente classificado como dedução) de um raciocínio mais geral, o raciocínio ‘retrodutivo’ <*retroductive*>, como o nomeou Aristóteles, ou ‘abductivo’ <*abduction*>, como lhe chamou Peirce⁶³. É a aplicação desse modo de inferência a diferentes procedimentos e a diferentes esferas que nos guiará na investigação ontológica, pois é ele que permite a descoberta⁶⁴.

O *Realismo Metafísico Transcendental da Ciência* de Bhaskar, caracteriza-se, então, por investigar o modo como o mundo é pressuposto nas nossas melhores práticas científicas – especialmente na mais notável de todas, a configuração experimental <*experimental set-up*> – e como é que ele tem de ser para o desenvolvimento das actividades e do conhecimento científico evoluírem e serem de todo possíveis, como se verifica. Não se trata, note-se, de adoptar uma qualquer teoria substantiva, mas de analisar e definir os critérios de comprometimento ontológico das nossas melhores

⁶² Cf. Lawson, 1997: 48-49. Lawson, 2003: 34.

⁶³ É, de facto, este o modo adoptado por Lawson ao longo do seu trabalho, quase na totalidades dos objectos sobre os quais se debruça, por isso vale a pena citar a nota em que o explica de modo rigoroso (Lawson, 1997: 294, nota 14): «This (Aristotelian) mode of inference is interpreted as retroduction by, for example, Peirce (1867), Hanson (1958), Bhaskar (1978), McMullin (1984), and as abduction by Peirce (1867) and various Institutional economist. Peirce is probably the most important contributor here. Adopting a scientific realist perspective which in many ways is consistent with the position to be developed below (for an overview see Hoover, 1994) Peirce divides inference into ‘explicative inference’, including deductive logic and mathematics, and ‘ampliative inference’, including induction and abduction. Concerning the latter (which he also terms hypothesis and presumption) Peirce observes ‘abduction is Original in respect of being the only kind of argument which starts an idea’ (1867:2:96). Elsewhere he expands: [Induction] never can originate any idea whatever. No more can deduction. All the ideas of science come to it by the way of Abduction. Abduction consists in studying the facts and devising a theory to explain them. Its only justification is that if we are ever to understand things at all, it must be in this way. (Peirce, 1867:5:145).»

⁶⁴ Como refere Paulo Tunhas (‘Akribeia, Maneiras de Pensar e Objectos de Pensamento. o Exemplo da Descoberta’), resumindo o pensamento de Peirce: «Nas palavras de Peirce [Charles Sanders Peirce, Collected Papers, vol. V, # 171.]: «A dedução prova que alguma coisa tem de ser; a indução mostra que algo é efectivamente operativo; a abdução sugere meramente que alguma coisa pode ser”. Este “poder ser” tem, no entanto, uma força extraordinária, já que exprime, como se disse, uma espécie de tendência natural para a verdade no espírito humano.»

práticas e assim proporcionar *insight* filosófico sobre a natureza do mundo e sobre o processo e explicação científica⁶⁵.

*

O Realismo Transcendental⁶⁶ afirma que, ao contrário do que é sustentado pelo Realismo Empírico, o mundo não se reduz apenas a acontecimentos e estados de coisas <*events and states of affairs*> e às nossas experiências ou impressões deles. Para compreendermos o que é real tal como está implícito na ciência, é necessário incluir na concepção do mundo as *estruturas, poderes, mecanismos e tendências* que *existem e possibilitam* ao mesmo tempo que *restringem*, isto é, que estão subjacentes <*underlying*> ao curso dos acontecimentos.

Com vista a atenuar ao máximo o relativamente elevado grau de abstracção e manter o rigor analítico, procuraremos, seguindo Lawson, não postular uma determinada categoria – por exemplo: *estruturas* e *poderes* – sem dar um exemplo que clarifique a sua necessidade ou pertinência ontológica e o seu respeito pelos factos básicos da Física.

Estruturas e Poderes. A intuição básica é que o mundo é composto por sistemas (e situações) complexos que, em virtude das suas *estruturas*, possuem determinados *poderes* – ou *potencialidades, capacidades* para agir de determinada forma e/ou possibilitar certas consequências. Exemplos: em virtude da sua estrutura, uma bicicleta facilita o deslocamento; o sistema linguístico, os actos de discurso; a pólvora tem a capacidade de gerar uma explosão; uma arma, de disparar uma bala; o cobre, devido à sua estrutura atómica, tem o poder de conduzir electricidade. Em muitos casos, a partir do conhecimento da estrutura podemos inferir as potencialidades/capacidades/poderes da coisa estudada: é o que acontece quando construímos pontes ou paraquedas; certamente a capacidade de um paraquedas de cumprir a sua função foi inferida (mas não corroborada) antes do primeiro aventureiro ter saltado de um avião; a não ser assim, provavelmente nunca nenhum desgraçado o teria tentado. Estas estruturas e capacidades existem, são reais, quer estejam ou não a ser exercidas, quer sejam *actuais* ou não: a capacidade do cobre em conduzir electricidade, que provém da sua estrutura atómica,

⁶⁵ Cf. Lawson, 1997: 48-49.

⁶⁶ Sigo, na descrição do Realismo Transcendental: Lawson, 1997: 20-26; Lawson, 2003, 143-146. Procurarei não fugir muito dos exemplos e da descrição de Lawson. Tenho de fazê-lo: é essencial, para a compreensão do ponto teórico que a dissertação pretende atingir, expor rigorosamente as linhas mestras desta filosofia da ciência, os exemplos em que se funda e a sua mobília teórica. Qualquer descrição que fuja destas páginas está devidamente assinalada em nota de rodapé.

não depende de ter alguma vez conduzido electricidade – muito menos de a sua estrutura e potencialidade ter sido descoberta ou não; a pólvora tem o poder de explodir e causar grandes estragos quer esse poder tenha sido alguma vez despoletado ou não; o sistema de linguagem facilita (e restringe) as possibilidades de uma conversa quer tagarelemos quer nos mantenhamos todos calados. Resumindo: certas coisas têm certas estruturas que lhes concedem certas capacidades; podemos, através do estudo das suas estruturas, inferir (ou intuir) esses poderes, e de seguida testar a inferência de forma a averiguar da sua correcção.

Mecanismo. O *mecanismo* é a forma de actuar de uma determinada estrutura, o que determina o seu poder causal <causal power>. Exemplo: a bicicleta, como vimos, devido à sua *estrutura* tem o *poder* de nos facilitar o deslocamento; mas esse poder só passa de potencialidade a actualidade quando despoletado pelo nosso pedalar (ou um processo semelhante que gire os pedais); *girar os pedais* é pois o *mecanismo* que quando despoletado exprime o poder que a estrutura da bicicleta lhe concede. O mesmo acontece, e é fácil de ver, com o mecanismo que nos permite ligar um computador. Esta é uma característica frequente nas coisas estruturadas. Em linguagem analítica: os seus poderes são usualmente exercidos em virtude de algum *input*. As coisas estruturadas possuem então poderes causais que quando despoletados funcionam como *mecanismos generativos* que determinam a actualidade dos fenómenos. Na esfera natural, é precisamente a noção de mecanismo generativo a trabalhar que sustenta a necessidade natural (isto é, independente da vontade das pessoas e das suas acções)⁶⁷.

Antes de avançarmos para a definição e constatação da pertinência da categoria *tendência*, é prudente assinalar que o que a cada momento acontece é co-determinado por inúmeros mecanismos, muitas vezes com poderes causais cujos efeitos se contrabalançam <countervailing>; logo, a acção de *um* mecanismo, mesmo que real e expressando uma necessidade natural, pode não ser manifesta ao nível dos acontecimentos ou, na linguagem do realismo transcendental, ‘actualizada’. Por exemplo: a atracção causada pelo mecanismo da gravidade não implica que uma folha, devido a mecanismos opostos, não esteja a sobrevoar os nossos telhados.

⁶⁷ Cf. Lawson, 1997: 319, nota 8.

Através deste raciocínio, vemos já que o mundo é composto por mais do que o actual curso dos acontecimentos e estados de coisas. Para compreender o que realmente existe é necessário distinguir pelo menos três domínios do mundo:

- O **Empírico**: isto é, aquilo que em cada momento é captado pelas nossas experiências e impressões;
- O **Actual**: o actual curso dos acontecimentos ou estado de coisas, que inclui evidentemente as nossas experiências, ou seja, o Empírico;
- O **Real**: constituído pelas estruturas, potencialidades, mecanismos e tendências, pela totalidade das coisas que existem (mesmo que não estejam a ser actualizadas), e que inclui naturalmente o *Actual* e o *Empírico*.

Deste modo, a queda da folha de uma árvore não está de acordo com uma regularidade empírica, exactamente porque é governada – e governada <*govern*> deve ser entendido, nota Lawson, no sentido lato de influenciar, ser produzido ou facilitado – pela acção de um conjunto de mecanismos justaposto, descoordenado e mesmo de efeitos opostos: não apenas a folha é atraída à terra pela gravidade, como também é influenciada por mecanismos aerodinâmicos, térmicos, etc⁶⁸.

Daqui, já é possível inferir duas características fundamentais do realismo transcendental: uma condição para compreendermos o mundo, é verificarmos que os três domínios ontológicos são naturalmente *irredutíveis* – o Real não se pode reduzir ao Actual nem o Actual ao Empírico – e que os seus componentes (mecanismos, acontecimentos e experiências) estão dessincronizados – *não* há um isomorfismo entre o Empírico, o Actual e o Real. Tal como um acontecimento pode ser apreendido de imensas formas pela experiência – possibilitando assim várias experiências diferentes do mesmo acontecimento – um acontecimento pode estar dessincronizado com os mecanismos que o governam. Um exemplo, extremo mas por isso mesmo evidente, da independência dos acontecimentos em relação às experiências ocorre quando observamos uma falta num jogo de futebol: não apenas pessoas de pontos opostos experienciam o mesmo acontecimento de forma diferente, como essas mesmas pessoas

⁶⁸ Cf. Lawson, 2003: 224.

podem ainda experienciar de forma diferente o mesmo acontecimento a partir da repetição televisiva. A independência dos mecanismos em relação aos acontecimentos, é patente no exemplo dado acima, a propósito da queda de uma folha: há, de facto, uma dessincronização entre a *tendência* do *mecanismo* ‘gravidade’, e o que está *actualmente* a acontecer a uma folha que voa em direcção aos céus por estar sofre influência de muitos outros mecanismos.

Tendência. Como dissemos, um acontecimento pode ser determinado por muitos mecanismos. A forma característica de actuar de um mecanismo – que pode ou não ser actualizada, e, sendo actualizada, pode ou não ser manifesta ao nível dos acontecimentos, pelo facto de o mundo, tanto quanto sabemos, ser fundamentalmente um sistema aberto – é conceptualizada como uma *tendência*⁶⁹. A ideia que se pretende captar com a noção de tendência – e distingui-la de um *poder* ou *mecanismo* – é a *actividade contínua*, isto é, pretende-se reforçar que o mecanismo de uma potencialidade pode estar a ser exercido, não ser manifesto, e *ainda assim* estar sempre a influenciar, num determinado sentido, o curso dos acontecimentos. Usando um exemplo de Nancy Cartwright⁷⁰ (1999: 140): o comprimido ‘aspirina’, em virtude da sua *estrutura*, detém um certo *poder*, chamemos-lhe ‘aliviar as dores de cabeça’, que é despoletado por um certo *mecanismo*, digamos ‘dissolver-se no estômago’; ora, a tendência da aspirina no sentido de aliviar dores de cabeça *continua a actuar*, mesmo que as dores de cabeça não se atenuem, qualquer que seja a razão. Mas como talvez o exemplo não seja claro o suficiente para tornar evidente a diferença para o modo como normalmente é compreendida a noção de tendência, convém deixar claro o que ela *não* é.

Uma tendência⁷¹ *não* é uma afirmação daquilo que normalmente, usualmente, no *longo prazo*, ou em *média*, ocorre ao nível dos acontecimentos; e também, em geral, *não* é a instanciação de um contrafactual <*counterfactual*>, aquilo que iria acontecer se o mundo se reduzisse àquele *mecanismo*⁷². Estas são interpretações devedoras da noção de leis como *associações regulares ao nível dos acontecimentos* e, de resto, podem

⁶⁹ Cf. Lawson, 1997: 22.

⁷⁰ Cf. *The Dappled World* (1999).

⁷¹ Cf. Lawson, 1997: 23. Neste importante parágrafo, sigo Lawson quase à letra.

⁷² Mas pode ser: nos raros casos em que um único mecanismo é suficientemente forte para contrabalançar todos os outros, a descrição dos efeitos da tendência é semelhante à eventual descrição de um contrafactual. Voltaremos a este tema.

fazer muito pouco sentido⁷³. Uma tendência, em vez de ser uma afirmação contrafactual ao nível dos acontecimentos, é uma afirmação “*transfactual*” <*transfactual*>, incondicional, ao nível do Real. Não é uma afirmação de necessidade *lógica* sujeita a restrições *ceteris paribus*, mas uma afirmação de necessidade real/natural sem qualquer qualificação anexa. É sobre um *poder* que está a ser exercido independentemente do que se está a passar ao nível dos acontecimentos. Para concluir com o exemplo de Lawson: o campo gravitacional actua sobre a caneta que está na minha mão, *e continua a fazê-lo* quer atire a caneta ao ar quer continue a escrever ou a atire para o vácuo. As tendências *têm sempre efeitos*, quer nós os captemos ou não. É, de resto, exactamente porque têm sempre efeitos que a ciência é possível (de outro modo não teríamos como identificar mecanismos *não observáveis*), e é por geralmente uma tendência não dominar as outras que a ciência não é trivial.

Modo de Inferência. Como dissemos atrás, o modo de inferência típico do Realismo Transcendental é a *retrodução* ou *abdução*. Lawson diz que o debate metodológico entre os méritos e as limitações da indução ou dedução, com a variante *falsificacionista* de Popper, foi encorajado pela postulação de conjunções constantes de acontecimentos, mesmo que a um nível geral: afirmada a *generalidade*, tratava-se depois de avaliar (ou medir) *instanciações*. Contudo, o modo de inferência que o realismo transcendental afirma como *essencial* ao processo científico é a *retrodução* ou *abdução*, que consiste no movimento – com base na *analogia*, na *metáfora*, no *contraste*, entre outras intuições – que parte da observação de um fenómeno de interesse, que nos chama a atenção, nos surpreende ou espanta, para a concepção de um mecanismo ou estrutura responsável (para as condições de possibilidade), em parte ou na totalidade, pelo fenómeno em questão. Lawson explica do seguinte modo: enquanto a *dedução* parte da constatação *geral* de que ‘todos os corvos são pretos’ para a inferência *particular* de que o próximo corvo também será preto; e a *indução* parte da

⁷³ Lawson (2003: 289, nota 29) cita uma passagem de Nancy Cartwright que demonstra bem o absurdo em que pode cair: «Let us turn next to the idea of a mechanism operating on its own. We may conceive of the demand mechanism in terms of individual preferences, goals and constraints or as irreducibly institutional or structural. In either case on the regularity account of laws the law of demand records the regular behavior that results when the demand mechanism is set running alone. This paradigmatic case... shows up the absurdity of trying to describe the capacities of mechanisms in terms of regularities. No behavior results from either the supply or the demand mechanism operating on its own, and that is nothing special about this case. In general it will not make sense to talk about a mechanism operating on its own.» (Cartwright 2001: 280).

observação *particular* de que cada um dos corvos encontrados é preto, para a inferência *geral* de que ‘todos os corvos são pretos’; o raciocínio *abduativo* ou *retroductivo* expressa-se pelo movimento que, da observação de que muitos corvos são pretos, elabora uma teoria do mecanismo intrínseco (e talvez extrínseco) dos corvos, que faz com que inúmeros deles sejam pretos – isto é, traduz-se num movimento que parte do fenómeno registado à superfície <*surface phenomena*> para um mais profundo mecanismo causal.

Explicação. Em que consiste então *explicar cientificamente* um fenómeno para o Realismo Transcendental? Já vimos que para o Realismo Empírico explicar significa subsumir dedutivamente um acontecimento numa lei universal, vê-lo como uma instanciação particular da lei geral, entendida como ‘sempre que acontecimento (ou tipo de acontecimento) X, então o acontecimento (ou tipo de acontecimento) Y’. Para o Realismo Transcendental, o que a ciência ambiciona é descobrir, identificar e descrever as estruturas e os mecanismos, os poderes e as tendências, que governam (facilitam e restringem) o curso actual dos acontecimentos, e desse modo explicar cientificamente. O seu objectivo é compreender como funcionam estruturas relativamente estáveis <*enduring*> e perceber a sua maneira de agir. Por outras palavras, a ciência tem como objectivo desvendar as causas dos acontecimentos e não, uma vez que o mundo é essencialmente um sistema aberto, encontrar associações com vista a prevêê-los.

Leis. Sendo assim, leis <*laws or law-statements or law-like statements*>, para o Realismo Transcendental, *não* são afirmações sobre experiências ou acontecimentos e as suas regularidades – esteja ou não anexada a cláusula *ceteris paribus*⁷⁴ – mas precisamente a elucidação de estruturas e dos modos de funcionamento. Por conseguinte, não há, nesta perspectiva, um fim da investigação científica: depois de verificada a capacidade do cobre em conduzir electricidade, e de localizar a razão na estrutura atómica do cobre, a estrutura atómica do cobre requer também ela uma

⁷⁴ A introdução da categoria da tendência tem como consequência natural a queda desta cláusula, como explica Lawson (1997: 294, nota 15): «Thus, in this framework usage of a *ceteris paribus* clause, the qualification that other things are (or must be) equal, does not apply to a law’s application, properly interpreted. If a mechanism is triggered, a tendency is in play, and a law can be cited, unconditionally. The satisfaction of the *ceteris paribus* clause, rather, is a condition for the actualisation of the tendency designated in the statement. It acts as a reminder that the system in question may not be closed, that the tendency postulated in a law-statement may not act in isolation and so be fulfilled. Once we use the category of tendencies to denote the activity of transfactual mechanisms, and not events that would come about if things were different, it is clear that, in principle, the *ceteris paribus* clause can be dispensed with entirely».

explicação, podendo-nos levar a uma revisão do conhecimento que tinha sido dado como adquirido, procedendo assim, a ciência, como diz Lawson (1997: 25), numa espiral de descoberta e entendimento do mundo, onde uma descoberta requer uma revisão do entendimento até nova descoberta – o conhecimento *produzido* é, então, encarado como um *meio de produção* de mais conhecimento <knowledge as a produced means of production>.

Domínios Intransitivo e Transitivo. Esta observação culmina no reconhecimento de um *domínio intransitivo* e de outro *transitivo*, como condição necessária para tornar inteligível o progresso científico. Para o Realismo Transcendental⁷⁵, o realismo ontológico (os objectos de conhecimento existem e actuam independentemente do nosso conhecimento deles) está intimamente ligado ao relativismo epistemológico (o conhecimento é inerentemente transitório⁷⁶). Para tornar inteligível o facto patente (*a posteriori*) de que existe progresso científico, ou seja, que compreendemos melhor o mundo, é necessário defender que os objectos de estudo da ciência, por pior descritos que estejam, não são nem meras criações subjectivas, visão que provém do idealismo e se concretiza nas diversas variantes pós-modernas da ciência, nem são, por outro lado, uma função mecânica do mundo, visão esta que vê o progresso científico como monista, isto é, o processo de conhecimento como a acumulação de factos incorrigíveis, e que tem como resultado deixar «pouco espaço para a crítica científica, filosófica, ou de qualquer tipo. O status quo é sempre preservado. O que resulta é uma ideologia conservadora que serve para racionalizar as práticas ortodoxas contemporâneas; uma perspectiva notoriamente expressa dentro do próprio positivismo, através da negação generalizada da utilidade da metodologia/filosofia.» (Lawson, 1997: 41).

Como veremos, nem do realismo se segue a *reificação* dos objectos ontológicos, nem do relativismo se segue a redução do nosso conhecimento a mera *conversa*. A ciência pode conhecer *cada vez melhor* objectos cuja principal característica seja a *mudança constante*, até eventualmente desaparecerem.

Repare-se que a *imagem* do mundo que daqui resulta é já muito diferente da que está implícita na filosofia da ciência que Lawson nomeou como *dedutivismo* – cuja

⁷⁵ Cf. Lawson, 1997: 239.

⁷⁶ O relativismo epistemológico do Realismo Transcendental é desenvolvido mais à frente. Cf. pp. 49-50.

imagem do mundo é o Realismo Empírico – e Carwright como *fundamentalismo*⁷⁷. Determinado acontecimento, quando o pretendemos explicar, não é diluído ou integrado numa ‘lei universal ou geral’ estabelecida e entendida como uma regularidade ao nível dos acontecimentos, de tal forma que não podia (<*regularity determinism*>), ou sabemos exactamente qual a probabilidade (<*regularity stochasticism*>) de, ter emergido um acontecimento (ou *tipo*) diferente de Y, dado X. Esta visão pós-humeana e positivista de um mundo que consiste numa rede nomológica, isto é, numa rede de regularidades que nos cabe descobrir é totalmente abandonada. Essa interpretação, à luz do que nos diz a ciência, é insustentável. Vale a pena citar Bhaskar:

É verdade que o trajecto da minha caneta não viola nenhuma lei da física. Mas também não é determinada por nenhuma. As leis não descrevem os padrões nem legitimam as previsões de tipos de eventos. Na verdade, parece que elas devem ser concebidas, pelo menos no que às coisas habituais do mundo diz respeito, como estabelecendo limites e impondo constrangimentos quanto ao tipo de acção possível para cada tipo de coisa.

(...) Leis atribuem possibilidades que podem não ser efectuadas e impõe necessidades ou constrangimentos que não determinam; elas atribuem as primeiras aos novos tipos de coisas e impõem os últimos nas coisas familiares. Estas características não podem ser explicadas como uma imperfeição do conhecimento; devem ser vistas como estando enraizadas na natureza do mundo. Elas são portanto inconsistentes com a tese do determinismo regular que sustenta a doutrina da actualidade das leis causais. (Bhaskar, 1995: 95-96)

O último argumento é importante. O facto das leis da Física não determinarem a movimentação da minha caneta, não é uma insuficiência epistemológica, mas deriva, tanto quanto sabemos, da natureza do mundo, da forma como ele é, e não temos nenhum razão, com a excepção da fé positivista, para supor o contrário. Posto de outro modo: dado o comportamento X, dizer que ele está de acordo com os factos básicos <*basic facts*> ou leis da Física, não significa dizer que X as segue, mas que X *não as viola*: há, em cada momento, inúmeras possibilidades de agir igualmente compatíveis com as leis da Física (a multiplicidade dos *modos* de

⁷⁷ Carwright (1999: 23) penitencia-se por se ter iludido quanto ao inimigo em *How the Laws of Physics Lie* (1983): «That book was generally perceived to be an attack on realism. Nowadays I think I was deluded about the enemy: it is not realism but fundamentalism that we need to combat.»

determinação⁷⁸ será abordada na Parte II). Esta diferença subtil, atropelada pelo positivismo (e pela generalidade das versões materialistas) é essencial para compreender o mundo. Cartwright reivindica amiúde ser uma empirista (qualificada) para salientar este aspecto, e na passagem seguinte é muito clara:

Sei que posso obter um carvalho de uma bolota, mas não de uma pinha; que uma boa educação fará o meu filho mais seguro; que alimentar os famintos e receber os sem abrigos diminuirá a miséria; e que fazendo mais testes do Papanicolau irá diminuir as ocorrências do cancro da cervical. Aproximando-nos da física: (...) eu sei que posso atirar uma moeda do segundo andar para a minha filha que está em baixo, mas provavelmente não terei o mesmo sucesso com lenço de papel; que me posso dirigir para norte, seguindo a minha bússola (tanto quanto eu esteja a pé e não no meu carro); que... eu conheço estes factos mesmo sendo eles vagos e imprecisos, e não tenho nenhuma razão para assumir que o seu conhecimento pode ser aperfeiçoado. Nem, em muitos casos, estou certa da robustez e da frequência que liga a causa ao efeito, nem o alcance da sua fiabilidade. E certamente que não sei em nenhum destes casos, que plano ou política constituiria uma estratégia óptima. (Cartwright, 1999: 23-24)

*

Estamos agora em condições de ultrapassar a nossa dificuldade inicial, que consistia, recordemos, em fazer sentido de duas reivindicações⁷⁹:

- i. Nas ciências naturais, as regularidades de sequência causal estão esmagadoramente restritas às condições de controlo experimental;
- ii. Contudo, os resultados da experiência laboratorial são frequentemente aplicados com sucesso fora do laboratório, onde as regularidades desse tipo são raras.

Voltemos ao exemplo da queda de uma folha no Outono. Sabemos que a sua trajectória está sujeita à pressão gravitacional, mas também que a queda é governada por mecanismos aerodinâmicos, térmicos, de inércia, entre outros. Por conseguinte, para o Realismo Transcendental, a actividade experimental deve ser entendida como uma

⁷⁸ Cf. Lawson, 1997: 64.

⁷⁹ Cf. Lawson, 2003: 23.

tentativa de configurar a realidade de forma a isolar um mecanismo particular (ex: atracção gravitacional) que despertou interesse, através da blindagem deste a potenciais forças (ex: aerodinâmicas ou térmicas) que o contrariem. O objectivo é conceber um sistema que permita que a acção de um mecanismo seja mais facilmente identificada. Quando é realizada com sucesso, em consequência de um mecanismo ter sido isolado é verificada uma regularidade estrita ou forte⁸⁰; mas a actividade experimental *não* deve ser entendida como a produção de uma situação rara em que uma lei empírica (regularidade) é colocada em prática, antes como o desenho de circunstâncias especiais em que uma lei vê os seus efeitos ou tendências identificados empírica e cristalinamente, e desse modo nos permite abduzir um mecanismo causal (e real), possivelmente não observável. Este movimento ou modo de raciocínio tipicamente aristotélicos⁸¹ (ou *peirciano*), que parte de um fenómeno observado à superfície para as causas subjacentes ao mesmo, através da metáfora ou da analogia ou outras intuições, é, como vimos, o que define em regra o processo científico.

Critério Científico de Existência. Fica deste modo também claro qual é o critério da ciência natural para atribuir realidade ou existência a uma entidade: o critério causal. Isto não quer dizer, evidentemente, que a ciência não postule e descreva mecanismos observáveis; apenas que esse não é o seu critério de atribuir realidade a uma entidade, como se pode verificar pelo comprometimento ontológico com a existência de *electricidade*, com a atribuição de *radioactividade* a um material, ou pela admissão de campos magnéticos e gravitacionais; nenhuma destas entidades é captável pelos sentidos ou por objectos que os potenciam; para serem detectados, é necessário,

⁸⁰ Julgar que estas regularidades estritas não têm uma relação com o isolamento a que os mecanismos estão sujeitos em laboratório, isto é, julgar que o mecanismo irá produzir os mesmos efeitos – regularidades fortes ou estritas – fora do laboratório, é cometer, diz-nos Lawson (2004: 301, nota 32), um erro que Whitehead (1948) nomeou como *the fallacy of misplaced concreteness*, que consiste em tomar uma abstracção por mais concreta do que ela realmente é.

⁸¹ Nancy Cartwright (1999:81), mais uma vez, com toda a organização e rigor analítico, define bem a experiência científica e as semelhanças e as diferenças entre esta, por assim dizer, *descrição aristotélica da ciência*, e a doutrina filosófica original de Aristóteles: «Three important differences to Aristotle. First: We assign natures [or capacities] not to substances but rather to collections or configurations of properties [like atoms], or to structures. Second: We no longer expect that the natures that are fundamental to physics will exhibit themselves directly in the regular or typical behaviour of observable phenomena [they are hidden behind phenomena and what appears on the surface is a result of a complex interaction of natures]. It takes the highly controlled environment of an experiment to reveal them. Three: having made the empiricist turn, we no longer identify natures with essences.»

respectivamente, um electroscópio, um contador Geiger, uma bússola e (ironizando com Lawson) literalmente folhas ou maçãs a cair⁸².

Este facto é tão evidente que Daniel Hausman⁸³ afirma mesmo, contra a proposta de Tony Lawson, que os debates sobre a realidade (ou falta dela) da entidade X, isto é, debates ontológicos ou metafísicos, só têm sentido na Física, porque, ao contrário da Economia, a Física, avança Hausman, está sempre a postular novas entidades não observáveis e estranhas ao senso comum, que na sua experiência não as detecta. A afirmação de Hausman, em relação à teoria económica, não é rigorosa (mesmo se nos restringirmos à ‘*economia pura*’), mas é sintomática da forma como o projecto *mainstream* na Economia, do qual Hausman é um aderente, ainda está ligado à visão empirista do mundo e, pelo menos no que à ciência económica diz respeito, pretende mantê-la.

Falácia Epistémica e Antropológica. O erro primordial, segundo o Realismo Transcendental⁸⁴, foi Hume ter dado uma tarefa ontológica a uma categoria epistemológica: a *experiência* como definidora do Real. Este é um exemplo específico de um erro generalizado, que Bhaskar nomeou como falácia epistémica <*epistemic fallacy*>, isto é, julgar que se pode reduzir questões de existência a questões de conhecimento, ou seja, que questões ontológicas podem sempre ser traduzidas para termos epistemológicos. Esta postura tem como consequência, não uma ausência de ontologia – como vimos, a dos que seguem Hume é o Realismo Empírico – mas um preconceito antropológico⁸⁵, em que se julga que toda a realidade pode ser captada à luz de certos atributos humanos (os sentidos), o que não é mais do que dizer que uma propriedade *essencial* do que é real é poder ser experienciado pelos seres humanos, caindo assim na falácia antropocêntrica <*anthropic fallacy*>.

|Por que se preocupar?

Por que é que estas questões relativas à explicação científica, à natureza da realidade, à imagem do mundo que suportamos, por que é que estas questões filosóficas são importantes?

⁸² Cf. Lawson, 1997: 31.

⁸³ ‘Problems with realism in economics’, citado por Lawson em “What Has Realism Got to do with It?”, cf. *The Philosophy of Economics*, p. 448.

⁸⁴ Cf. Lawson, 1997: 33.

⁸⁵ Cf. Lawson, 1997: 34.

A resposta vimo-la na análise do *dedutivismo*: a *imagem* que nós temos do mundo está intimamente ligada ao que é o processo científico: o que é *explicar* cientificamente; o que é uma *lei* da natureza; o que é fundamental e necessário para que uma prática seja *científica*; etc. E uma interpretação enviesada ou errada do que são as práticas e a explicação científica vai afectar negativamente a metodologia que vamos elaborar (ou adoptar) em áreas que pretendem ser científicas. Numa palavra: os paradigmas metodológicos que vamos seguir. Tanto Cartwright⁸⁶ como Lawson⁸⁷ estão bem cientes desta ligação.

Como nos demonstra o Realismo Transcendental, a metodologia da corrente *mainstream* na Economia, a sua insistência de que a modelização matemático-dedutiva e os modelos formalísticos em geral devem ser aplicados para explicar qualquer que seja o fenómeno em causa, é encorajada e suportada por uma teoria da explicação científica redutora (baseada em casos que, *a posteriori*, se verificam ser raros), que por sua vez é alicerçada por uma imagem insustentável do mundo (como um sistema fechado), e é precisamente esta teoria da explicação científica (e implícita ontologia) que fornece as *condições* teóricas para a suposta validade da *universalização* (ou aplicação generalizada) do método matemático-dedutivo.

⁸⁶ «Why then choose at all? Or, why not choose the risky option, the world of unity, simplicity and universality? (...) The problem is that our beliefs about the structure of the world go hand-in-hand with methodologies we adopt to study it. The worry is not much that we will adopt wrong images with which to represent the world, but rather that we will choose wrong tools with which to change it. We yearn for a better, cleaner, more orderly world than the one that, to all appearances, we inhabit. But it will not do to base our methods on our wishes. We had better choose the most probable option and wherever possible hedge our bets.» (Cartwright, 1999: 12-13).

⁸⁷ Onde Lawson articula melhor esta ligação é no artigo “Hayek and Keynes, A Commonality”: «Why indeed bother with conceptions of realism, ontology and the realist orientation, so understood? Let me ask the reader to imagine a situation in which an instrument of some sort has been useful for a specific task. Let us suppose that a big stick is used successfully to beat and thereby to clean a dusty old mat. Imagine also that the inference is automatically made that if such an instrument is found to be useful for one job it must be thereby useful for any jobs. Specifically, let us suppose that it is inferred from the success of the big stick in helping to clean the dusty old mat that it must also be of use in cleaning a dusty glass window – and that the window is duly beaten. (...) Imagine, furthermore, that the ‘stick-cleans-window’ theory is put to the test and consequent upon repeated instances of broken glass the inference repeatedly drawn is that it is necessary to ‘try a little bit harder’ – perhaps on the grounds that it is the wrong windows so far that have been beaten, and/or it is simply imagined that success is (always) just around the corner. No doubt the perpetrator of the theory would be dismissed as a rather unreflective dogmatism. Now this example in outline, I suggest, is quite analogous in relevant respects to the situation that is found in contemporary orthodox economics. (...) It is supposed that certain methods of reasoning, aims and criteria that have proven to be efficacious in particular natural science contexts, must thereby be equally appropriate to all other scientific contexts including, specifically, the analysis of society and economy. (...) The point that I am wanting to emphasise in all this, of course, is that just as insights into the nature of glass should be brought to bear upon the choice of materials that are used in the attempt to clean the window so insights into the nature of social reality should be brought to bear upon the modes of reasoning and techniques employed in the endeavor to illuminate the economy.»

As consequências não se resumem à desordem, confusão e incapacidade da teoria económica em compreender e consequentemente em explicar os fenómenos relevantes do seu objecto de estudo, alastram-se a todas as áreas do conhecimento⁸⁸, mas é no caso particular da ciência económica que Lawson se concentra e esta dissertação também.

É possível uma ciência social no mesmo sentido em que é possível uma ciência natural? Dito de outro modo: há objectos tipicamente *sociais*? Há, na formulação do Realismo Crítico, um domínio intransitivo relativamente autónomo que se possa caracterizar como *social*? O nosso argumento em favor do Realismo Transcendental como leitura da ciência e da sua explicação resumiu-se às ciências naturais, mas, como vimos, uma condição necessária para uma posição realista transcendental da ciência, do seu progresso e desenvolvimento, é a existência de um domínio intransitivo – sem esse domínio não é possível fazer ciência: sem objectos *sociais* não pode haver ciência *social*. A existência de uma esfera legitimamente social, que não se reduz à natural, ainda está portanto por fazer – e ainda mais longe estamos de perceber se, para lá do social, há uma esfera económica dentro do domínio social que justifique uma ciência autónoma.

E, com efeito, a existir um domínio social, será necessário, para sermos coerentes, delinear-mos uma concepção da natureza desses objectos antes de se elaborar os métodos adequados – a metodologia é condicionada à adequação da natureza dos objectos. Como refere Lawson (1997: 53): «A questão ‘pode haver uma ciência, ou de facto uma forma de investigação, de XYZ?’ não pode sequer ser abordada sem uma concepção prévia de XYZ. A metodologia está condenada a ser irrelevante sem uma concepção prévia do putativo objecto de estudo. A metodologia necessariamente, repito, é condicionada na prática.»

Falta-nos, pois, uma Filosofia da Ciência Social ou Teoria da Ontologia Social <*Theory of Social Ontology*>.

*

⁸⁸ Cf. Cartwright, 1999: 17-18.

Gostaria de acrescentar uma nota antes de terminar esta parte. É natural que o Realismo Transcendental, como toda as corrente filosófica, tenha os seus pontos fracos, as suas incoerências, as suas teses insustentáveis. No entanto, as críticas mais usuais costumam não compreender bem qual o ponto fulcral da posição de Lawson.

O Realismo Transcendental, por denunciar a universalização insustentável do modelo de explicação mais famoso na filosofia da ciência, o modelo nomológico-dedutivo, e a concepção empirista ou *humeana* de lei que lhe está associada, e, em especial, por parte de Lawson, o seu eco matemático-dedutivo na Economia, é visto ora como um ataque à matemática, ora à lógica dedutiva, ora ao empirismo, etc., quando a sua verdadeira oposição é à universalização de um método adequado apenas a casos particulares (e sabemos, *a posteriori*, particularmente raros), ao mesmo tempo que se afirma, de modo dogmático, que esse é que é o método científico e portanto é nesse método que temos de insistir, que é assim que deve ser interpretada a investigação e explicação científica (o que Cartwright chama de *fundamentalismo*).

O realismo transcendental defende a aplicação da matemática⁸⁹ e da lógica dedutiva⁹⁰ onde são apropriadas – de forma alguma propõe o seu afastamento *a priori* no estudo de

⁸⁹ Cf. ‘On the nature and roles of formalism in economics. Reply to Hodgson.’, by Lawson, in *Ontology and Economics*, p. 227-228: «Notice, too, that I do not suggest that the methods of mathematic-deductive modelling which mainstream economists wield can never have an appropriate application. To the contrary, I suggest in *Reorienting Economics* that the perspective I adopt can identify the sorts of conditions in which success is likely and so explain such successes as occur (see e.g. p. 20). And nor do I suppose that mainstream economists do nothing but mainstream economics; indeed I expressly deny that this is so (see e.g. p. xxi) [. . .] Let me . . . [stress] that I fully agree that “there is no necessary link between mathematics and bad practice”. Indeed, I cannot emphasise my agreement with this statement too strongly. My argument is not at all an anti-mathematics one; and it never has been. I have only ever criticised the way (certain) mathematical methods tend to be used in modern economics. Indeed it is precisely the belief that mathematics ought not to be applied without due care and consideration, coupled with a conviction that in modern economics it too often is so, that explains the direction of much of my writing. If you like, my concern is that much of economic modelling appears somewhat analogous to a violin being used as a drumstick. To suggest that this may be “bad practice” is in no way to devalue the violin, or to deny it a place in the orchestra.

Nor do I limit mathematics to deductivist modelling. Actually if what economists do is mathematics, it is a form of applied mathematics; it is the application of mostly already worked out mathematical systems. And if it is ever appropriate to “associate” a method with an ontology I see no reason to suggest that some mathematical methods could not be associated with a causalist ontology. If I do not, then, limit mathematics to methods of deductivist modelling I do contend that the sorts of modelling methods mostly utilised by modern economists are deductivist in nature».

⁹⁰ «Certainly, any application of the retroductive, including transcendental, form of reasoning requires an explicit prior statement of the premises which are used to initiate the analysis. Nor, of course, is deduction per se ruled out in the latter, or in any other general approach to reasoning. The employment of deductive logic, where it is appropriate, is not the same thing as accepting the deductivist form of analysis (whereby the object always is to deduce specific claims about actualities from accepted ‘laws’ and initial conditions, possibly including its axioms and assumptions). But the essential point here is that if clarity and precision are not the preserve of formal modellers nor are they anything like sufficient for an understanding of real social phenomena.» (Lawson, 1997: 112).

qualquer caso –, bem como a recolha empírica⁹¹ de dados de forma generalizada – o denominado por esta filosofia da ciência como momento *analítico*, que é fundamental ao processo científico.

Estas considerações, se ainda não estão, ficarão no decurso desta dissertação bem claras.

⁹¹ Cf. “Provisionally grounded critical ontology”, in *Ontology and Economics*, p. 336-337: «The problem is atomism not empiricism. (...) The problem is the structure of mainstream explanation.»

PARTE II

Filosofia da Ciência Social – Ontologia Social

Antes de nos ser lícito descrever objectos sociais, teremos de enfrentar a condição prévia de fundamentar essa esfera ou domínio e demonstrar com razoabilidade a existência das respectivas estruturas. Apresentemos a cascata lógica que Lawson usa para a vindicar.

A realidade *social*⁹² é aquele domínio dos fenómenos cuja existência depende, pelo menos em parte, do ser humano⁹³, e, como tal, a partir deste terá de ser inferida.

Uma característica reconhecida por todas as escolas da ciência económica é que as pessoas fazem escolhas – os economistas *mainstream* até se referem frequentemente a um ramo do seu projecto como teoria da escolha <*choice theory*>⁹⁴. Lawson (1997: 8) acrescenta que Duesenberry distinguiu mesmo a Economia da Sociologia definindo a primeira como estando intrinsecamente ligada às pessoas fazerem escolhas (<*economics is all about people make choices*>). A capacidade de escolher significa que se na situação X, o agente Z escolheu Y, podia realmente ter escolhido não Y, isto é, podia ter agido de um modo diferente. A escolha pressupõe, então, um sistema aberto, uma vez que o actual curso dos acontecimentos poderia ter sido diferente, ou seja, o agente Z, de novo no contexto X, *não* tem necessariamente de seguir Y.

Mas a possibilidade de levarmos a cabo uma acção num determinado contexto pressupõe também, nas palavras de John Searle (2010: 25), «*aquela capacidade da mente que é dirigida a, ou sobre, objectos e estados de coisas do mundo, tipicamente independentes dela própria*» – ou seja, intencionalidade, e a intencionalidade está

⁹² No que se segue, cf. Lawson, 1997: 30-35, 56-58; Lawson, 2003: 16-17 e 34-35. Qualquer afirmação não sustentada nestas páginas será indicada.

⁹³ Esta definição é pacífica: no *The Routledge Companion to Metaphysics* (p. 545), Amie L. Thomasson, define do mesmo modo entidades sociais: «Social entities (...) are, in some sense, human constructions and would not exist without human habits, practices, beliefs, and/or agreements».

⁹⁴ É, de resto, a primeira característica (<*rational choice*>) apontada por Daniel Hausman, na entrada sobre Filosofia da Economia na Enciclopédia (online) de Filosofia da Stanford.

inextricavelmente ligada a uma certa concepção do objecto, do contexto, da actividade, que se pretende realizar.

Obter uma concepção só é possível se existir alguma *estabilidade* <enduring> nos objectos de conhecimento: se um agente no dia n assinar um cheque com uma caneta e em $n+1$ passar a ser necessário assinar com um lápis e em $n+2$ com sangue, e assim sucessivamente, e em todas as actividades, não estaríamos perante objectos com estabilidade suficiente para serem conhecidos e possibilitar o seu uso adequado.

O critério para uma entidade/objecto ser *social* consiste então em depender, pelo menos em parte, da acção humana, e o critério de *existência* de uma entidade/objecto para o Realismo Transcendental, como vimos na primeira parte (cf. pág. 36), não é a observação directa mas a capacidade para fazer a diferença no mundo, isto é, possibilitar e constranger estados físicos, actividades, que sem essas entidades/objectos teriam sido diferentes ou não teriam sido possíveis: o critério não é, pois, a percepção directa, mas a causalidade de estruturas que sabemos existirem pelos efeitos que detectamos no curso actual dos acontecimentos, como por exemplo, no domínio natural, a radioactividade ou a gravidade.

Estruturas Sociais. Quando conjugamos os dois critérios, é difícil negar que há estruturas propriamente sociais, que de facto não são directamente detectáveis pela observação mas possibilitam e/ou regulam, ou seja, subjazem, *estruturam*, um conjunto de acções intencionais, a partir das quais nasceram. *Regras, relações, posições e sistemas*, por exemplo, como as regras da gramática, o código da estrada, o sistema bancário, a instituição ‘presidente da República’, as relações professor-aluno, as regras de um jogo, claramente são condições materiais *necessárias* para escrever de um modo inteligível aos outros, o ordenamento do trânsito em vias públicas, emitir um cheque, produzir ordens para iniciar uma guerra, dar aulas e jogar xadrez, respectivamente.

Para verificar se há estruturas sociais, utiliza-se o mesmo tipo de inferência *retrodutiva* ou abductiva que da observação do Actual infere o Real – exactamente da mesma forma que nas ciências naturais.

Deste modo, concluímos que os objectos indicados são *sociais* – dependem, pelo menos em parte, da acção humana – e *reais* – fazem a diferença no desenrolar do mundo.

Domínio Intransitivo. Mas não se resumem, as estruturas sociais, aos modos generalizados, *estruturados*, de agir? Dito de um modo filosófico: existe mesmo um

domínio *intransitivo* (real) que não se reduz ao (actual) curso dos acontecimentos? A resposta de Lawson é afirmativa: há, também no domínio social, um intervalo ontológico <*an ontological gap*>, uma irreducibilidade do Real ao Actual, tal como vimos existir na esfera natural.

O argumento segue do seguinte modo⁹⁵: são as regras que tornam inteligíveis atitudes de desconformidade ou rebeldia intencional, pois o rebelde necessita de ter conhecimento das regras em desafio das quais se posiciona. Mas por que não concluir que o rebelde está apenas a opor-se contra a forma generalizada de agir? O problema desta definição é que é incapaz de abarcar um sem número de casos em que o modo generalizado de agir vai *contra* as regras. Lawson dá o exemplo dos condutores britânicos, e é patente que o podemos estender aos condutores lusitanos: em estradas nacionais, a generalidade dos indivíduos conduz acima do limite de velocidade e naturalmente que o sabe, pois abrandam quando avistam um carro da polícia. Ou seja, há também aqui uma dessincronização entre estruturas sociais e acontecimentos, em que as regras não podem ser reduzidas à generalidade das acções, apesar de as condicionarem (seguindo o exemplo: os condutores normalmente não ultrapassam muito o limite de velocidade) e muitas vezes se basearem nelas (como no caso do rebelde, que se baseia nas regras para as desafiar).

Assim, como explica Lawson⁹⁶, enquanto para vindicarmos que a esfera natural (isto é, que não depende de todo da acção humana para existir) é aberta e estruturada partimos das premissas (verificadas *a posteriori*) de que i) as regularidades (de tipo 5) raramente se verificam fora das condições laboratoriais mas que ii) ainda assim o conhecimento adquirido em laboratório (onde as regularidades de tipo 5 se verificam) é utilizado com sucesso fora dele, no caso das regras sociais, verificamos que i) as rotinas, os padrões regulares de comportamento são reproduzidos pela generalidade dos indivíduos, mas que ii) ainda assim é necessário a compreensão das regras que subjazem esses padrões para muitos modos de agir que não são nada padronizados – por exemplo: para fugir à lei sem ser apanhado convém *conhecer* a lei; para desestabilizar a produção de uma fábrica, convém saber em que sistema organizativo de regras ela funciona; etc.

É claro que há, desde logo, algumas diferenças notórias: a categoria da *escolha* permite ao ser humano ter um comportamento que vá consistentemente contra uma

⁹⁵ Cf. Lawson, 1997: 160-161.

⁹⁶ Cf. Lawson, 1997: 161-162.

regra <*radical disconformity*>. Por exemplo: alguém que nunca conduz abaixo ou no limite de velocidade, antes conduz sistematicamente contra esta regra de trânsito –, enquanto um mecanismo natural, estando normalmente dessincronizado do curso dos acontecimentos, tem um efeito mais *consistente* sobre eles – por exemplo: o efeito da gravidade, por muito que uma folha esvoace pelos telhados das casas, tende a *levá-la*, de um modo ou de outro, em direcção ao solo. Dito de outro modo: a necessidade *física* é mais forte do que a força *normativa* ou *legitimadora*. De qualquer forma, não é de todo possível viver actuando sistematicamente contra as regras, instituições, convenções, etc., sociais. E, como vimos, tanto as acções intencionais de conformidade como a acção intencional de rebeldia pressupõem quer um domínio relativamente autónomo (irreduzível) quer uma eficácia causal das regras sociais sobre a agência humana⁹⁷.

Background. Este moldar das acções pelas estruturas verifica-se, convém deixar claro, quer as regras estejam legisladas, quer sejam meras convenções: uma acção rebelde intencional que consistisse em um professor ir dar aulas de saia (supondo que *não* há um código de vestuário), pressupunha que ele tivesse conhecimento de uma série de convenções sociais que lhe permitissem enquadrar a acção como rebelde, e mesmo que a generalidade dos professores fosse dar aulas de saia isso não os faria serem menos alvos de troça – a mera convenção, como a regra (legisladas), não se *reduz* ao modo generalizado de agir. Penso que Searle (1999: 190) capta bem esta ideia com a noção de *background*: um conjunto de pressuposições pré-intencionais, práticas e hábitos sociais⁹⁸ (cujas ideias tanto quanto sabemos se realiza e configura no nosso cérebro⁹⁹), com as quais nos comprometemos *tacitamente* <*tacit knowledge*>¹⁰⁰ na actividade diária. É algo, diz-nos Searle (1999: 203-204), que não se pode *demonstrar* teoricamente, seria enveredar por um empreendimento semelhante à velha tentativa de se provar o *realismo dos objectos*, isto é, algo cuja influência causal não se pode provar, apenas se pode inferir pelas inúmeras maneiras como funcionam os conteúdos intencionais e respectivas acções em contextos diferentes.

Mas, então, as estruturas sociais são reais *apenas* no nosso cérebro? Não. Uma ressalva importante para vindicar também aqui o domínio social como *intransitivo*,

⁹⁷ Cf. Lawson, 1997: 160.

⁹⁸ A obra de Searle mais importante em relação a este tema é *Intencionalidade* (1999).

⁹⁹ Cf. Searle, 1999: 199.

¹⁰⁰ Cf. Lawson, 1997: 177-178

ressalva feita quer por Lawson¹⁰¹ quer por Searle¹⁰², é que o *background* que vamos adquirindo pode *não* estar correcto, ou seja, as ideias, os conceitos, os significados, que vamos tomando posse e fixando e que, por assim dizer, temos na nossa cabeça, podem estar errados e ao longo da nossa interacção em sociedade vão sendo sistematicamente ajustados, corrigidos, consoante uma melhor compreensão que tenhamos do contexto ou do objecto. A sociedade sul-africana, quando o *apartheid* estava em vigor, por exemplo, era uma sociedade racista e segregacionista, mesmo que ninguém tivesse uma concepção correcta da situação ou sequer alguma vez tivesse entendido que o era.

Os objectos sociais, portanto, *já estavam* incorporados ou embebidos <embedded> na *sociedade* – isto é, no conjunto de regras, convenções, hábitos, práticas, relações, posições sociais, instituições, sistemas, etc., que governam as nossas acções – quando adquirimos uma concepção deles, ou seja, eles pré-existem as acções intencionais que os têm como meio ou fim; estas tornar-se-iam ininteligíveis se não pressupusessem, ao agir, estes objectos. E é esta característica que vincula a sua relativa autonomia.

*

Acções Intencionais e Sistemas Abertos. Começamos a vislumbrar, através do estabelecimento de um domínio legitimamente *social* e *intransitivo*, algumas características dos seus objectos. Como estabelecemos, os objectos sociais existem como resultado da acção humana. As pessoas fazem escolhas – a sua acção pode, nas mesmas circunstâncias, ser totalmente diferente. A escolha pressupõe intencionalidade e uma certa concepção – correcta ou não – do objecto, portanto alguma estabilidade do mesmo, para que possa ser conhecido. Mas da categoria da escolha também se segue que os objectos sociais só existem com real significado em sistemas abertos¹⁰³. Desenvolvamos este ponto.

Os objectos sociais, em regra, são normativos – possibilitam e restringem –, ou, como diz John Searle¹⁰⁴, trazem consigo poderes deontológicos: a partir do momento

¹⁰¹ Lawson (com base em Bhaskar) julga que este é o erro da tradição hermenêutica: «The hermeneutic tradition is correct, of course, to point out that social science deals with a pre-interpreted reality, a reality already brought under concepts by individual agents. It is also correct to insist, as Hayek does, that the methodological implications of this be elaborated and acted upon in science. Its error, however, lies in reducing social reality to these concepts, and so social science to little more than their unproblematic grasping.» (Lawson, 1997: 149).

¹⁰² Cf. Searle, 1999: 255-258.

¹⁰³ Cf. Lawson, 1997: 32.

¹⁰⁴ Cf. Searle, 2010: 9, 81-84,

em que reconhecemos os objectos, eles concedem-nos razões para agir que são *independentes* dos nossos desejos ou inclinações. Como tal, eles pressupõem, para fazerem sentido, que o agente *pode ou não* seguir as regras: se estiver predeterminado, num sistema formal, que perante o estímulo X, o agente/robot Y, vai seguir o comportamento Z, sempre ou quase sempre (podemos definir uma elevada percentagem ou programar uma distribuição de probabilidades), então estaremos perante uma concha formal onde, por um lado, está totalmente vazio o carácter substantivo/normativo/deontológico¹⁰⁵ e, por outro, o, como lhe chama Searle, *ersatz* da acção é um mero acontecimento, a que falta intencionalidade. Um exemplo pode ajudar a compreender esta intuição: se estiver determinado onde X vai cruzar estradas – apenas e só na passeadeira, ou 90 % das vezes na passeadeira – todo o código deontológico que o penaliza quando ele não o faz torna-se absurdo, porque ele não poderia ter feito diferente, uma vez que estava programado para actuar de determinada forma.

Deixamos então de poder falar propriamente de acções intencionais e as estruturas sociais perdem significado. O que Lawson e Searle – com este a acrescentar a *consciência* – afirmam claramente é que toda a nossa estrutura institucional só ganha realmente sentido quando pressupomos a categoria da *escolha*, o princípio da *liberdade* ou, como diz Searle, a sensação do *gap*, a sensação de que cada um de nós escolhe realmente o seu caminho.

Resumindo: o que *justifica* as instituições sociais é a sua normatividade, a sua concessão de razões para agirmos de forma independente dos nossos desejos, que se esvaziaria caso fôssemos meros robots que reagem a estímulos; falar em *domínio social* não teria qualquer sentido (seria *<meaningless>*) perante autómatos, por mais sofisticados que fossem.

Realismo Transcendental e Leis Económicas. Daqui também se segue, por um lado, que é pertinente aplicar o Realismo Transcendental – a teoria geral da ciência, respectiva ontologia e teoria de explicação científica, apresentada na Parte I – à esfera social tal como o era à esfera natural, pois, por um lado, ficou demonstrada a existência de objectos sociais através do mesmo critério (o critério causal) que se demonstrou ser o critério revelante no domínio natural¹⁰⁶; e, por outro lado¹⁰⁷, através da conclusão de

¹⁰⁵ Cf. Searle, 2010: 133-140.

¹⁰⁶ Cf. Lawson, 1997: 33.

¹⁰⁷ Cf. Lawson, 1997: 32.

que os objectos *qua* sociais apenas fazem sentido em sistemas abertos, ganha sustentação filosófica a constatação *a posteriori* de que as regularidades estritas de eventos (tipo 5) também no campo social são raras, quando não artificialmente induzidas (o equivalente ao que acontece, no domínio natural, em laboratório, é a ocorrência de férias anuais essencialmente nos meses de Julho e Agosto, em Portugal), e portanto a aplicação generalizada do projecto *dedutivista* à Economia fica desarmado filosoficamente.

Processual. Outra peculiaridade dos objectos sociais afim desta última, que já podemos entrever e que é essencial para se compreender bem a sua natureza, é o facto de serem inerentemente dinâmicos¹⁰⁸. As estruturas sociais dependem da acção humana para se *reproduzirem*; e a acção humana, devido à capacidade de escolha e à criatividade a ela inerente, é *sempre*, mesmo que superficialmente, *transformativa*, e isso tem como consequência os objectos sociais, grosso modo, serem relativamente menos estáveis, mais restritos espaço-temporalmente, que os objectos naturais. A Economia, então, deverá ser, por exemplo, uma ciência intrinsecamente histórico-geográfica¹⁰⁹ e que lidará com objectos, como dissemos, essencialmente dinâmicos¹¹⁰.

A partir deste facto Lawson introduz, na sua elaboração filosófica, a terminologia do *processo*, que considera fundamental para as ciências sociais. Por *processo*, no projecto de Lawson, não se deve entender a mera sequência de eventos, antes «denota (...) a génese, reprodução e declínio de alguma estrutura, mecanismo ou coisa, a formação, reforma e declínio de alguma entidade no tempo.» (Lawson, 1997:

¹⁰⁸ Cf. Lawson, 1997: 34.

¹⁰⁹ Como Nancy Cartwright (1999: 122) alerta, este é um facto que deve ser levado em conta mesmo para, ou se calhar principalmente para, os que interpretam leis como regularidades ou associações ao nível dos acontecimentos: «What could possibly guarantee the required kind of determinate relations between event-types of these kinds? You could think of reducing everything ultimately to physics in the hope that in fundamental physics unconditional laws of the usual kind expressed in generalisations will at last be found: proper causal laws and laws of association with modal operators and universal (or probabilistic) quantifiers in front. Apart from the implausibility of this downward reduction, this hope (...) is bound to be dashed. All the way down, laws [of association] are transitory and epiphenomenal, not eternal.»

¹¹⁰ Julgo que foi o que Searle (*Minds Brains and Society*, 1984: 83-84) intuiu na passagem seguinte: «Economics as a science presupposes certain historical facts about people and societies that are not themselves part of economics. And when those facts change, economics has to change. For example, until recently the Phillips curve, a formula relating a series of factors in industrial societies, seemed to give an accurate description of economic realities in those societies. Lately it hasn't worked so well. Most economists believe that this is because it did not accurately describe reality. But they might consider: perhaps it did accurately describe reality as it was at that time. However, after the oil crises and various other events of the seventies, reality changed. Economics is a systematic formalised science, but it is not independent of context or free of history. It is grounded in human practices, but those practices are not themselves timeless, eternal or inevitable.»

34-35). Lawson refere-se à típica heterogeneidade dos objectos sociais ao longo do tempo, seguindo, no fundo, Keynes quando este indicou que «ao contrário dos fenómenos naturais típicos, o material ao qual (a ciência económica) é aplicada é, em muitos aspectos, não homogéneo ao longo do tempo» (Lawson, 2003: 175).

Vale a pena sublinhar como a noção de mudança é *essencial* para o Realismo Crítico. Uma forma errada de ver a mudança, para Lawson¹¹¹, é fazer a divisão entre *ser* e *mudar*. A mudança não pode ser reduzida à diferença entre o estado de coisas hoje e o estados de coisas amanhã – seja no mercado, numa empresa ou num sistema político. Muito menos deve ser reduzida a um choque externo ou exógeno de um sistema mais ou menos estável, equilibrado ou fechado. Devemos obviamente distinguir mudanças acidentais: por exemplo, partir uma perna; mas não devemos pensar que, por exemplo, uma coisa é *ser* uma pessoa, e uma coisa à parte é *envelhecer*. Tal como a mudança do corpo humano é algo essencial a ele mesmo (faz parte do código genético), também faz parte da natureza dos sistemas e estruturas sociais, como por exemplo o sistema de linguagem ou educativo, ou as relações entre os homens e as mulheres, estarem sempre a evoluir. A mudança é endémica à vida social, tal como uma certa estabilidade – como veremos na análise das instituições – também o é. Há sempre *reprodução* e *transformação*.

Relativismo Epistemológico. O facto de uma característica essencial da sociedade ser que ela é processual, vindica e carrega de peso o relativismo epistemológico no domínio social (cf. domínio intransitivo e transitivo, p. 33). O *relativismo epistemológico*¹¹² é a tese segundo a qual todo o nosso conhecimento científico é histórico e socialmente situado, potencialmente transformável, sujeito a imperativos pragmáticos e dependente de práticas e material científico específico, e que em relação aos objectos *intransitivos* de conhecimento o próprio conhecimento científico é *transitivo*. Não se está aqui a afirmar ou a chamar a atenção para eventuais critérios *irracionais* na adopção de um qualquer paradigma ou prática científica – pelo contrário, a racionalidade é dada como adquirida, mas é apontado que todas as nossas descrições de objectos são falíveis, e mesmo quando acertadas, podem tornar-se caducas, devido aos objectos intransitivos eles próprios não só se poderem modificar extraordinariamente, como desaparecerem. Esta conclusão é igualmente válida para o

¹¹¹ Cf. Lawson, 1997: 170-171.

¹¹² Cf. Lawson, 1997: 58-59.

domínio natural e social, mas, dado o carácter *essencialmente* processual da sociedade, e tendo em conta o tempo de vida de cada ser humano, a estabilidade periclitante dos objectos é mais vincada na esfera social.

Ontologia, Metodologia e Cientismo. As conclusões que vimos escalonando, terão de ser tidas em conta por qualquer método que se pretenda aplicar ao estudo da sociedade. Citando Lawson (1997: 55): «Os prognosticadores, como realcei, não prevêem com particular sucesso; e os explicadores axiomático-dedutivos pouco explicam que tenha interesse ou valor»; e estes factos também explicam-se pela negligência ontológica do projecto científico *mainstream*.

O processo de conhecimento científico no campo social – a explicação de fenómenos pela identificação e elucidação de estruturas e mecanismos – terá de ter em conta que os objectos do domínio são intrinsecamente histórico-temporais. E esta conclusão, de que a realidade social é um processo inerentemente dinâmico, fornece pelo menos a intuição de que a transferência de métodos adequados a objectos mais estáveis, como certos objectos naturais, ou a configurações proscritas no campo social, como a experiência laboratorial, pode não ter como consequência os resultados pretendidos¹¹³ – como, de resto, vimo-lo na primeira parte, é o que tem vindo a acontecer. E julgar que essa transferência é essencial para se estar a fazer «ciência», é reduzir esta a um conjunto de métodos e cometer o que Lawson (1997:41) denominou de *falácia cientista* <*scientistic fallacy*>¹¹⁴.

¹¹³ Hayek (“Scientism and The Study of Society”, p. 19-21) classificou esta transferência acrítica como cientismo <*scientism*>: para ele, a ciência, que era um espírito de curiosidade guiado por uma atitude rigorosa com que se encarava a investigação, passou a ser nefastamente entendida como um método, ou um conjunto de métodos: «The term science came more and more to be confined to the physical and biological disciplines which at the same time began to claim for themselves a special rigorousness and certainty which distinguished them from all others. Their success was such that they soon began to exercise an extraordinary fascination on those working in other fields, and who soon began to imitate their teaching and vocabulary. Thus the tyranny commenced which the methods and technique of the Sciences in the narrow sense of the term have ever since exercised over the other subjects. These became increasingly concerned to vindicate their equal status by showing that their methods were the same as those of their brilliantly successful sisters rather than by adapting their methods more and more to their own particular problems. And, although in the hundred and twenty years or so, during which this ambition to imitate Science in its methods rather than its spirit has now dominated social studies, it has contributed scarcely anything to our understanding of social phenomena, not only does it continue to confuse and discredit the work of the social disciplines, but demands for further attempts in this direction are still presented to us as the latest revolutionary innovations which, if adopted, will secure rapid undreamed of progress.»

¹¹⁴ Vale a pena citar Bhaskar (*The Possibility of Naturalism*, 1979: 22): «According to the non-positivist naturalism developed here, the *predicates* that appear in the explanation of social phenomena will be different from those that appear in natural scientific explanations and the *procedures* used to establish them will in certain vital respects be different too (being contingent upon, and determined by, the

Não devemos confundir, diz-nos Lawson, a i) possibilidade do *naturalismo*¹¹⁵ – e a questão do naturalismo, quando bem formulada, refere Lawson, é a questão de se os objectos sociais podem ser alvo de um estudo científico como os objectos naturais, ou seja, se as estruturas sociais podem ser estudadas cientificamente, isto é, se as estruturas sociais podem ser identificadas, descritas, elucidadas como as naturais; ii) com a questão do *reducionismo*¹¹⁶ – a identidade entre os objectos sociais e naturais; nem iii) com a possibilidade da frutuosa aplicação à esfera social de um conjunto restrito de métodos que se utilizam com sucesso em algumas ciências naturais, ou seja, com o *mérito ou demérito do cientismo*. O facto de ser possível o estudo científico (o *naturalismo*, segundo Lawson) das estruturas sociais, não quer dizer que ele possa ser feito com os mesmos métodos com que se estuda cientificamente certas esferas do domínio natural (por exemplo, a experiência laboratorial parece estar proscriita no campo social). E, claramente, para Lawson, a convocação de mecanismos físicos e biológicos para o estudo do domínio social, apesar de necessária e saudável, não esgota, nem de perto nem de longe, o estudo deste domínio; fosse esse o caso e, de facto, a própria ideia de uma ciência realmente social, com objectos autónomos, estaria proscriita, e já vimos que isso não acontece quando vindicamos a existência de objectos autonomamente sociais, com características em regra diferentes dos naturais.

Mas antes de procedermos ao desenvolvimento de qualquer método adequado aos objectos, é necessário elucidar melhor a natureza das estruturas e mecanismos sociais, como *regras sociais, práticas sociais, relações sociais, sistemas e instituições*, bem como, uma vez que estas dependem das acções humanas, investigar a natureza do próprio agente, o ser humano, os seus poderes, limitações e características básicas. Só a partir de uma boa concepção quer dos objectos quer de quem os reproduz e transforma, poderemos inferir qualificadamente os métodos adequados para, e os próprios limites da, investigação social.

properties of the objects under study); but the *principles* that govern their production will remain substantially the same. It is the argument of this book that although, because social objects are irreducible to (and really emergent from) natural objects, and so possess qualitatively different features from them, they cannot be studied in the same way as them, they can still be studied ‘scientifically’. Indeed, it is only because social objects possess such a ‘non-natural surplus’ (as it were), differentiating them from purely natural ones, that it makes sense to suppose that they can be studied scientifically, as social objects, at all. There can be identity of essence here, only because there is difference in substantial form.»

¹¹⁵ Cf. Lawson, 1997: 46; Lawson 2003: 34.

¹¹⁶ Cf. Lawson, 1997: 60.

|Realismo Crítico: a natureza da Realidade Social

Como referimos na introdução, quando conjuga a teoria (ou filosofia) realista e *geral* da ciência (Realismo Transcendental), com a *específica* teoria da ontologia social (ou filosofia da ciência social), que já entrevimos e que vamos desenvolver agora de forma mais sistemática, Lawson, seguindo Bhaskar, denomina o empreendimento de Realismo Crítico <*Critical Realism*>¹¹⁷.

Procuraremos, à medida que vamos expondo o Realismo Crítico e tal como o fizemos na exposição do Realismo Transcendental, dar nota da pertinência das categorias ontológicas postuladas e fornecer exemplos que atenuem o elevado grau de abstracção e demonstrem a compatibilidade da teoria com os factos básicos da Física.

*

Quando iniciámos a análise das implicações ontológicas nas práticas da ciência natural, focámo-nos na experiência laboratorial, uma prática sólida e largamente aceite, com resultados frutíferos indiscutíveis. Ora, práticas igualmente indiscutíveis nas ciências sociais não existem. Pelo contrário, são altamente contenciosas, e por razões concretas: os seus resultados, quando comparados às das ciências naturais, são parcos. Esta foi, aliás, uma das alavancas da obra de Lawson e da nossa própria dissertação.

Por onde, então, começar? Lawson começa por um fenómeno evidente da vida¹¹⁸: ela é altamente rotinizada <*highly routinised*>¹¹⁹. Este facto não se verifica, diz-nos, apenas nas sociedades industrializadas; em qualquer comunidade tribal acontece o mesmo. Reflecte-se ao nível da comunicação (como nos cumprimentamos: aperto de

¹¹⁷ Faço notar, seguindo Lawson (1997: 158), que é possível – e é o que na prática acontece – diferentes teorias sociais aceitaram a análise transcendental apresentada na Parte I desta dissertação. A ontologia social que vamos descrever, nomeadamente as estruturas sociais, é dependente da agência humana, é reproduzida e transformada pelas práticas que os agentes desenvolvem; mas, naturalmente, essas práticas podem ser profundamente afectadas pela *crítica* dos conceitos e entendimentos a partir dos quais as pessoas agem; essa *crítica* pode ser feita pelas Ciências Sociais e pela Filosofia, que por sua vez também são práticas sociais sujeitas a *crítica social*; logo, é natural que, sob a mesma teoria da geral da ciência, existiam diversas ontologias sociais, todas elas *críticas* (mas de ângulos diferentes) dos conceitos sobre os quais os agentes laboram, mas sem reduzirem as estruturas sociais quer aos conceitos quer aos agentes. O próprio Lawson tem ideias diferentes de Bhaskar sobre os limites das Ciências Sociais. Ainda assim, optou por manter o rótulo de Realismo Crítico na sua própria teoria.

¹¹⁸ Faço de novo notar que o raciocínio filosófico de Lawson continua a caracterizar-se, como se vê neste caso e se verá nos seguintes, por um raciocínio que começa no *a posteriori*.

¹¹⁹ Cf. Lawson, 1997: 159-160. Nos exemplos seguintes sigo Lawson.

mão; olá; bom dia; a forma correcta de manter uma conversa: uso de expressões adequadas e de um tom de voz admissível; etc.); ao nível do transporte (mantermo-nos do lado direito ou esquerdo da estrada); da economia (do regateio no mercado ou feira, à troca de mercadorias por notas ou moedas, até ao uso de sacos plásticos para transportar uma compra); e assim sucessivamente.

Regras Sociais. Perante esta característica generalizada da experiência, a reprodução de práticas sociais e rotinas ao longo do tempo, do espaço e de várias gerações de pessoas, coloca-se a questão transcendental (ou *retrodutiva* ou abductiva): «O que deve ser o caso para uma tal rotinização da vida social ser possível?»¹²⁰. A condição de inteligibilidade desta situação, segundo Lawson, é a existência de «procedimentos de acção (maneiras de agir) largamente conhecidos e partilhados» – esta estrutura é aqui referida como regras sociais <*social rules*>.

Como vimos aquando da legitimação do domínio intransitivo, as regras não se reduzem nem aos seres humanos que as seguem nem às acções em si: as regras são uma condição necessária para a inteligibilidade do comportamento humano rotinizado mas *não* são a mesma coisa que o comportamento humano rotinizado (recordemos o nosso exemplo da *generalidade* dos condutores ultrapassarem o limite de velocidade), nem as regras existem somente no cérebro das pessoas, que podem ter concepções erradas de uma determinada prática e quando interagem com as estruturas sociais vão corrigindo as suas concepções do objecto (retomaremos em breve este tema).

As regras sociais, como nos explicou John Searle¹²¹, podem ser traduzidas em injunções da forma: ‘Se x, faz y, nas condições z’ <*if x do y under conditions z*>. Por exemplo: ‘Se conduzires, mantem-te do lado direito da estrada, se estiveres em Portugal no séc. XXI’. A cláusula ‘nas condições z’ está sempre implícita, porque todas as acções ocorrem em regiões delimitadas do espaço e em certos limites temporais. ‘Faz y’ é uma formulação geral e que, nota Lawson (1997: 162), se pretende aplicar «a regras semânticas, morais, constitutivas, regulativas, etc., igualmente, a formas ou aspectos de leis» <*to semantic, moral, constitutive, regulative, etc., forms, or aspects, of rules alike*>, e, portanto, deve ter uma interpretação alargada e englobar injunções da forma

¹²⁰ Cf. Lawson, 1997: 162-163. Todas as citações seguintes, no âmbito da descrição das regras, estão nestas páginas.

¹²¹ Cf. *The Construction of Social Reality* (1995).

«‘interpretar como’, ‘contar como’, ‘tomar como significando’ e assim por diante» <‘interpret...as’, ‘count...as’ ‘take...to mean’, and so on.>.

Mas, sendo assim, o que distingue as práticas sociais que seguem regras, das regularidades verificadas nas experiências laboratoriais? Afinal, as injunções que denotam esta última são: ‘Se o acontecimento x, então o acontecimento y, se *e* se verifica’ – em que *e* denota as condições da experiência laboratorial. A diferença, como notado acima, é que as regras apenas carregam consigo força normativa (ou, como diz Searle, *deontológica*) e/ou legitimadora (constitutiva, regulativa, moral, semântica), o que não legitima a previsão (aliás, mesmo que o mundo só tivesse uma regra, a conformidade desta com a acção depende do ser humano) nem sequer uma observação do modo generalizado de agir (que pode não estar de acordo com essa regra).

As regras são directivas, códigos de conduta, etc., que *devem* ser seguidos mas podem, a cada momento, ser contestados. Tudo isto é apenas outra forma de dizer que as regras *governam*, no sentido lato, isto é, possibilitam e delimitam, facilitam e constroem, mas *não* podem ser reduzidas ou identificadas com a acção. Isto não quer dizer, repare-se, que as pessoas tenham conhecimento das regras sempre de um modo codificado: que saibam mesmo o código da estrada ou as regras de etiqueta que descrevem a forma correcta de se comportar em determinada situação. Pelo contrário¹²², as pessoas geralmente aprendem regras por tentativa e erro, pela socialização, seguindo outros, pelo conflito que a inconsistência da sua conduta com as regras traz, etc. Uma única conduta individual contra um conjunto de regras *não* irá levar à sua transformação, mas talvez lance em muitos problemas o agente da dita conduta, quer com as autoridades quer com outras pessoas – e aqui vemos o *impacto causal* da regra quando é *operativa*. De referir que inclusive muitas condutas contra a regra podem não a alterar (veja-se o caso do limite de velocidade).

Porém, dito isto, a sustentabilidade de muitas práticas sociais é em parte explicada pela sua consistência com um sistema prevalecente de regras. E os indivíduos apreendem-nas, mesmo que não através de um conhecimento directo.

Posições Sociais¹²³. Para lá de termos práticas sociais altamente rotinizadas, outra característica geral da experiência, nota Lawson, é essas práticas serem fortemente *segmentadas*: inúmeras regras aplicam-se a um número reduzido de indivíduos –

¹²² Cf. Lawson, 2003: 37.

¹²³ Cf. Lawson, 1997: 163-164; Lawson, 2003: 38-39.

concedem-lhes poderes e obrigações, privilégios e responsabilidades – estando longe de se aplicarem a todos. Assim, os professores seguem práticas diferentes dos estudantes; os governantes, dos governados; os empregadores, dos empregados; e assim sucessivamente. Ao mesmo tempo, prerrogativas e obrigações parecem existir *independentemente* de quem esteja a ocupar o lugar de professor, de aluno ou de governante. Ou seja, as práticas *continuam*, enquanto os indivíduos que as realizam *mudam*.

Uma condição necessária para a existência desta constatação são as diversas posições sociais <*social positions*>, que têm associadas a si específicas *regras sociais*, sem se confundirem com elas – as *regras* estão sempre a mudar e a *posição*, por exemplo, de professor, mantém-se. As *posições* são o ponto de contacto privilegiado entre a agência humana e a estrutura social. A cada posição está associado um conjunto de direitos e deveres, o que Searle classifica como *deontic powers*¹²⁴, que nos concedem razões para agir independentemente dos desejos que tenhamos.

Concluindo, a constatação da existência de *posições* permite tornar inteligível a segmentação sistemática de rotinas e explicar a resistência de uma determinada organização da vida social face à mudança dos indivíduos que a compõem.

Posições e Relações Sociais¹²⁵. Outro aspecto importante da realidade social é o modo como as posições estão *relacionadas*. Dois objectos estão *externamente* relacionados quando para nenhum deles a relação é um elemento constitutivo dele mesmo. Seguindo os exemplos de Lawson: o pão e a manteiga, o café e o leite ou dois turistas a deambularem pela cidade. Pelo contrário, dois objectos estão *internamente* relacionados quando a relação que têm é parte constitutiva do que eles são: eles não seriam o que são sem a relação que têm com o outro objecto. A relação entre os professores e os alunos, os empregados e os patrões, ou, no campo natural, a relação entre o magnetizador e o seu campo magnético, são exemplos evidentes.

Em correspondência com cada uma destas noções de relação estão conceitos bastante diferentes, e, de certo modo, estereotipados, da natureza da realidade social: o *atomismo* e o *organicismo*¹²⁶. O atomismo diz-nos que os objectos existem e agem independentemente das relações que mantêm – por conseguinte, todas as relações são

¹²⁴ Cf. Searle, 2010: 8-9, 81-83.

¹²⁵ Cf. Lawson, 1997: 163-164; Lawson, 2003: p. 39.

¹²⁶ Cf. Lawson, 1997: 166.

externas. O organicismo afirma que a toda a realidade é composta por relações internas e que portanto o conhecimento de aspectos essenciais ou constitutivos de um qualquer objecto apenas pode ser averiguado tendo em conta as relações que ele tem com outros objectos. Lawson associa o *atomismo* a Hume (e, naturalmente, ao projecto *mainstream* na Economia) e o organicismo a Hegel e doutrinas que lhe são devedoras.

Lawson considera que as relações ao nível social são em geral internas¹²⁷, mas que as relações são internas primordialmente ao nível das *posições sociais* e não ao nível dos *indivíduos*. A *posição* de professor, enquanto, por assim dizer, figura institucional, está numa relação interna com os alunos inscritos nas suas cadeiras; mas o respectivo professor que assume, no ano X, essa posição, está numa relação externa com os alunos que assumem, no ano X, a posição de alunos. Isto também quer dizer, como nota Lawson¹²⁸, que as relações podem ser *ao mesmo tempo* internas e externas: internas entre *posições sociais*, mas externas entre os *indivíduos* que ocupam as respectivas posições. De qualquer forma, vistas pelo monóculo *social*, as relações nunca serão puramente externas.

Estabilidade: Instituições e Colectividades¹²⁹. As posições sociais são, então, essencialmente definidas em relação a outras, criando uma rede <network> de posições caracterizadas por regras e logo por práticas que são determinadas em relação a outras regras e práticas associadas a outras posições, assim criando sistemas sociais e colectividades: a Economia; o Estado; companhias nacionais e internacionais; escolas; hospitais; etc. Deste modo compreendemos a razão de também existir, apesar da endémica mudança, uma certa estabilidade na vida social.

Quando estamos perante um sistema social estruturado que denota alguma estabilidade ao longo do tempo, chamamos-lhe *instituição*. Mas como se sustêm as instituições se as acções humanas são inerentemente transformativas? Antes de abordarmos com profundidade a relação entre a agência humana e a estrutura social, podemos referir que Lawson apela para a diferença entre o abstracto e o concreto. Por exemplo: a Universidade de Cambridge, num certo sentido, é a mesma instituição fundada há sete séculos atrás, que se sedimentou pela necessidade da continuidade das práticas a ela associadas – é através de instituições que fazemos sentido das práticas

¹²⁷ Cf. Lawson, 1997: 163-164.

¹²⁸ Cf. Lawson, 1997: 166.

¹²⁹ Cf. Lawson, 1997: 165-166.

reproduzidas ao longo de vastos períodos de tempo. Porém, a um nível mais concreto, ao nível dos departamentos, da organização, etc., a Universidade transformou-se por completo e está sempre a transformar-se: uma simples mudança tecnológica pode acabar com um departamento e dar origem a outro. Dentro da própria universidade, há cursos tradicionais dentro de departamentos tradicionais dentro de faculdades tradicionais que estão dentro da universidade como um todo – a instituição torna-se um «*nested concept*» (Lawson, 2003: 43).

Para lá das instituições, outro símbolo de estabilidade no domínio social são as *colectividades*. Por *colectividade*, Lawson denomina um conjunto de pessoas que se distinguem por actualmente ocuparem um conjunto de posições sociais específicas. Por exemplo: os polícias. No entanto, fazemos notar que um mesmo indivíduo pode ocupar diversas posições sociais ao mesmo tempo: ser pai, professor, empregador, imigrante, membro de uma comunidade religiosa ou de uma organização política, etc. O ponto a registar é que a vinculação a uma colectividade cria ela mesma uma certa estabilidade social, não só pelo vínculo institucional como pelo sentimento de pertença.

Pertinência da Ontologia Social. Com vista a não alargar em demasia a análise da natureza da realidade social sem ficar clara a sua pertinência para qualquer ciência que a estude, vamos fazer notar, desde já, algumas conclusões que podemos tirar.

1. Como vimos, a sociedade deve ser entendida de um modo *relacional*. Quando lhe adicionamos a noção de *colectividade*¹³⁰, a ideia de que cada pessoa pode pertencer a grupo específico de *posições sociais*, podemos fazer sentido 1) da sensação de *pertença* a um grupo, isto é, de *interesse colectivo*, que é a base de qualquer *teoria da acção colectiva*, e também tornamos inteligível 2) a noção de *conflito de interesses*. Por um lado, uma colectividade deve ser entendida em relação a outros grupos; por outro, como um complexo de relações internas ela mesma. Ou seja, os interesses de um indivíduo, quando afrontados, podem não se reduzir à afronta desse mesmo indivíduo, mas do interesse colectivo do grupo (várias posições sociais) a que pertence, que vê nesse indivíduo um elemento do grupo: quando desejamos intervir na sociedade, convém perceber a noção de *corporação* (e ter conhecimento da existência e relevância

¹³⁰ Cf. Lawson, 1997: 165.

de sindicatos, etc.). Assim também um indivíduo, devido às posições sociais que ocupa e por mais idóneo que seja, pode confundir o seu desejo individual com o interesse de um dos grupos a que pertence, ou não ser de todo o indicado para um acto de arbitragem por pertencer a uma das colectividades em confronto. Ignorar ou desvalorizar estes factos no estudo do fenómeno social não os torna menos importantes.

2. Esta concepção relacional da realidade social também nos permite chamar a atenção para problemas¹³¹ como a distribuição de recursos entre os diversos grupos e a distribuição das pessoas pelas posições sociais – contrastes vinculados e surpreendentes na distribuição quer de recursos (produzindo situações obscenas de desigualdade social) quer de pessoas pelas posições (as mulheres terem salários sistematicamente mais baixos que os homens (em posições idênticas) ou raramente serem encontradas em posições de chefia, é um caso evidente) são um alerta para situações de injustiça e/ou preconceito que podem resultam do *poder causal* das estruturas sociais, e que naturalmente devem ser combatidos. Lawson considera que a configuração do projecto *mainstream*, que quando aborda problemas económicos, aborda apenas questões de *produção* e *troca*, desvaloriza questões de distribuição de riqueza. É necessário, como reconhecem Daniel Hausman e McPherson¹³², acabar com a «esperança fútil» de que as «questões “económicas” podem ser nitidamente separadas de questões de distribuição» ou seja, é necessário acabar de vez com a ideia de que é possível «extrair um domínio ou esfera de avaliação “puramente económica”, em que questões morais sobre distribuição podem ser deixadas de lado”».

3. A relação interna entre posições sociais, quando levada a sério, também permite ter presente que as práticas de investimento, emprego e as relações laborais¹³³ estão internamente ligadas com o ambiente *local*, quer através das oportunidades e *skills* proporcionadas pela oferta de trabalho quer através da possibilidade de relações sinérgicas com actividades (indústrias) complementares. A compreensão desta relação ilumina ainda mais uma diferença que já tinha sido notada: o facto de os objectos sociais, ao contrário dos naturais, serem fortemente sensíveis ao contexto <*highly space-time specific*>. Um exemplo dado por Lawson¹³⁴ em que este contraste aparece de

¹³¹ Cf. Lawson, 1997: 165.

¹³² ‘The Philosophical Foundations of Mainstream Normative Economics’, in *The Philosophy of Economics*, p. 248.

¹³³ Cf. Lawson, 1997: 64-65.

¹³⁴ Cf. Lawson, 1997: 223.

modo transparente, é a descoberta de campos gravitacionais ou da estrutura molecular do cobre. O cientista natural que as realizou sabe que elas têm relevância em Cambridge e em Beijing, hoje e daqui a 100 anos. Ora, acrescenta Lawson, um cientista social que analise a natureza das relações industriais de uma empresa de Cambridge, pode concluir que os seus resultados, apesar de importantes e fecundos para a empresa em questão, não são sequer relevantes para as empresas que operam ao fundo da rua, quanto mais para uma empresa em Beijing ou para empresas em Cambridge e em Beijing daqui a 10 anos.

Tudo isto acentua a conclusão que Lawson intuiu aquando da identificação da realidade social como *processual*: uma ciência social que seja a-histórica e/ ou a-geográfica só pode ser em grande medida irrelevante¹³⁵.

As relações entre a Estrutura e a Agência¹³⁶. Os pontos privilegiados de contacto entre as estruturas sociais e a agência humana são, como dissemos, as *posições sociais*. Mas qual a *forma* da sua interacção e qual a pertinência da forma no estudo da Economia?

Voluntarismo ou Subjectivismo. Um dos erros típicos na análise da sociedade, avança Lawson, é o *voluntarismo*. Este caracteriza-se por reduzir as estruturas sociais, a realidade social em geral, aos indivíduos e às suas concepções. Bhaskar¹³⁷ atribui a Weber esta concepção da sociedade (Modelo I), e Lawson¹³⁸ vê o *subjectivismo* de Hayek como o seguidor de Weber na Economia (não, segundo Lawson, o *último* Hayek, mas o Hayek de ‘*Scientism and the Study of Society*’).

Sociedade



Indivíduo

Modelo I: O ‘Voluntarismo’ estereotipado de Weber

¹³⁵ Cf. ‘History, causal explanation and “basic economic reasoning”. Reply to Caldwell’, in *Ontology and Economics*, p. 21-22.

¹³⁶ Cf. Lawson, 1997: 166-170.

¹³⁷ Os diagramas seguintes foram retirados de *The Possibility of Naturalism*, p. 34-40. A tradução é, como todas as outras, da responsabilidade do autor desta dissertação.

¹³⁸ Cf. Lawson, 1997: 167.

Quando os economistas procuram enfatizar o efeito de más decisões políticas, Lawson afirma que eles normalmente caem no erro do *voluntarismo*, que é desvalorizar o poder *relativamente* autónomo das estruturas sociais (ou, mantendo-nos no exemplo, diremos nós que são muitas vezes os políticos que desvalorizam essa autonomia sobrestimando a maleabilidade das estruturas), isto é, a necessidade de reconhecer que nenhuma acção se dá no vácuo, todas são estrangidas (sem serem determinadas) pelas estruturas, que são reais precisamente por que fazem a diferença – fazer reformas sociais *contra* o interesse de pessoas estruturalmente organizadas costuma não ser tarefa fácil, e já explicámos de onde nasce esse sentido de colectividade. O voluntarismo enquanto modelo da realidade social deve então ser rejeitado porque, como vimos, as práticas padronizadas pressupõem as estruturas sociais (como regras ou meras convenções), embora por sua vez também as mantenham – esta é a denominada (por Bhaskar) dualidade da *praxis*; e, por conseguinte, as estruturas também são ao mesmo tempo uma condição e uma consequência das acções, ou seja, também há, diz-nos Lawson (1997, 169), seguindo Giddens, uma dualidade das estruturas.

O que se quer relevar é que a realidade social não é nem criada nem independente das acções humanas, mas, citando Lawson, “a condição não motivada de todas as produções motivadas, a condição não criada mas implícita e reproduzida/transformada pelas nossas actividades económicas/sociais diárias” (1997: 169). Ou, como diria Marx, as pessoas «fazem a sua própria história, mas não o fazem simplesmente como querem; elas não fazem em circunstâncias por elas mesmas escolhidas, mas em circunstâncias directamente encontradas, fornecidas, transmitidas pelo passado.» (1997, xiv).

Reificação e/ou Determinismo Estruturalista. Outro erro típico na abordagem à natureza da realidade social é reduzir a acção dos seres humanos aos poderes coercivos da estrutura ou sistema onde ela ocorre, como se as estruturas sociais ganhassem uma vida por elas mesmas e comandassem violentamente os pobres indivíduos entregues à sua sorte. Este é o erro da *reificação* ou *determinismo estruturalista* que Bhaskar¹³⁹ afirma descender de Durkheim e Lawson¹⁴⁰ identifica em algumas análises de Veblen, em que este reduz as acções às condições em que elas decorrem.

¹³⁹ Cf. *The Possibility of Naturalism*, p. 33-34.

¹⁴⁰ Cf. Lawson, 1997: 167.

Sociedade



Indivíduo

Modelo II: A ‘Reificação’ estereotipada de Durkheim

Quando os economistas julgam poder prever o futuro através de modelos econométricos, estão precisamente a cair nesta tendência determinista, que sustenta pelo menos três problemas. Em primeiro lugar, convém recordar que se os seres humanos desaparecerem os sistemas e estruturas sociais em que eles efectuam as suas acções também desapareceriam ou perderiam o seu sentido. Em segundo lugar, que os seres humanos, se não escolhem as condições em que agem, têm, em regra, diversas possibilidades para definir o seu futuro e a capacidade de fazê-lo. E, em terceiro lugar, a reificação toma as estruturas como fixas, quando, como também vimos, a realidade social, e por conseguinte os seus objectos, é *processual*: a mudança é algo *essencial* aos objectos sociais. Mesmo instituições sumamente estáveis como a Universidade de Cambridge estão sempre em transformação, e é essa a razão por que se reproduzem: um objecto social reificado é um objecto morto.

Unificação de Voluntarismo e Determinismo. Uma maneira sofisticada de *não* descrever adequadamente a forma como evolui a realidade social é, perante estes problemas, procurar explicá-la como, segundo Bhaskar¹⁴¹, a ingénua combinação de voluntarismo com determinismo: haveria, por assim dizer, um idealismo voluntarista no que diz respeito às estruturas sociais – estas seriam vistas como a *objectivação* das acções humanas – e, por outro lado, um determinismo mecânico em relação ao entendimento do ser humano, que *internalizaria* na consciência a sociedade. A relação é concebida como dialéctica, como se os indivíduos e a sociedade constituíssem dois *momentos* diferentes no mesmo processo.

¹⁴¹ Cf. *The Possibility of Naturalism*, p. 34-35.



Modelo III: A 'ilícita' identificação da concepção 'Dialéctica'

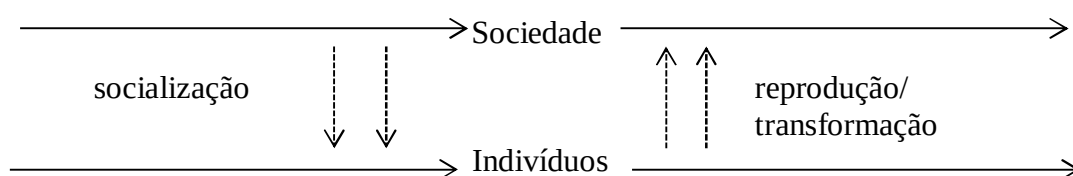
Lawson¹⁴² vê este erro ser encorajado pela nova corrente *mainstream* chamada «novo institucionalismo» <*new institutionalism*>, que i) ao mesmo tempo que promove análises locais e desenvolve o «modelo de saída única» <*single exit model*>, que, por sua vez, tem implícita uma perspectiva determinista sobre o comportamento humano (<*situational determinismo*>) – como o próprio nome indica, as decisões económicas são vistas como o resultado de uma situação cujas características e constrangimentos só permitem um único resultado possível (ou *óptimo*) –, ii) também transmite a ideia de estruturas sociais repetidamente *criadas* a partir das crenças e/ou das acções dos indivíduos, e a agência dos indivíduos como sendo repetidamente determinada pela sociedade.

A sociedade não é criada, mas reproduzida e transformada. O modelo de interacção entre a sociedade e os indivíduos, proposto por Bhaskar e aplicado por Lawson à Economia, é bem capturado pela expressão «as pessoas não criam a sociedade» <*people do not create society*> (Bhaskar, 1979:39), que pretende transmitir a ideia de que, se a sociedade apenas está presente quando os indivíduos agem, a acção nunca se exprime sem utilizar uma ou outra forma social¹⁴³, ou seja, a agência humana não é tipicamente *criadora* mas *transformadora e reprodutora*. Bhaskar (1979: 35) cita Durkheim: «o sistema de signos que uso para expressar os meus pensamentos, a moeda que utilizo para pagar os meus débitos, os instrumentos de crédito que utilizo nas minhas relações comerciais, as práticas que sigo na minha profissão, etc., funcionam

¹⁴² Cf. Lawson, 1997:168.

¹⁴³ John Searle, partindo e guiando-se por princípios essencialmente diferentes dos de Lawson ou Bhaskar, no fundo acaba a afirmar que a partir do momento em que temos uma linguagem comum, ou seja, quando comunicamos com sucesso, já temos uma sociedade, pois já partilhamos um objecto (social) e, segundo Searle, um objecto que é necessário para a existência de uma sociedade: «The point I will be making, over and over, is that once you have a shared language you already have a social contract; indeed, you already have a society. If by “state of nature” is meant a state in which there are no human institutions, then for language-speaking animals, there is no such thing as a state of nature.» (Searle, 2010: 62). Levando Searle a sério, podemos concluir que, se uma língua comum é uma condição suficiente para termos uma sociedade, e é a própria *matéria* a partir da qual se desenvolvem novas instituições sociais, sem uma língua comum não parece ser possível construir uma sociedade. Talvez isto explique algumas das dificuldades – para lá de todas as outras – da construção de uma União Europeia.

independentemente do meu uso delas.» Mas, como é evidente, Bhaskar e Lawson distanciam-se de Durkheim, quer da ideia, usando o primeiro exemplo, de que as regras da gramática existam *independentemente* do seu uso – o que seria reificá-las – quer que elas *determinem* o que afirmámos quando as usamos. Todo o nosso discurso em sociedade pressupõe regras da gramática e é *governado* por elas: tal como as estruturas naturais, elas possibilitam e constroem os (impõe limites aos) actos do discurso, sem os determinarem; e, naturalmente, é pelos actos de discurso que se reproduzem e evoluem (se transformam).



Modelo IV: O Modelo Transformacional da Sociedade

Lawson¹⁴⁴ relembra que Hayek estava certo quando afirmou que a sociedade, em último caso, é dependente da agência humana intencional e dos conceitos a partir dos quais ela ocorre. Mas, acrescenta Lawson, como o próprio Hayek mais tarde reconheceu, as estruturas sociais existem quer os agentes responsáveis por essa reprodução tenham uma concepção correcta das estruturas sobre as quais actuam, quer tenham um conhecimento pobre (apenas tenham um conhecimento tácito) ou falso sobre as mesmas – o que de resto é a regra –, ou seja, a noção de agência intencional deve ser entendida de um modo geral como “actividades” <*human doings*>: as *praxis* que são efectuadas pelos indivíduos, tipicamente sem uma consciência discursiva das estruturas sociais (i.e., sem serem capazes de elaborá-las explicitamente) que estão a utilizar. Deste modo, é necessário abandonar as ideias tradicionais de *criação* e *determinismo* e adoptar as noções de *reprodução* e *transformação*.

Claramente, como nota Lawson¹⁴⁵, apesar de por vezes reproduzirmos uma estrutura social com essa mesma intenção (por exemplo, quando ensinamos uma criança a falar), ou de, ainda menos frequentemente, existirem esforços colectivos para transformar intencionalmente uma estrutura (por exemplo, alterações ao código de trabalho), em regra a reprodução e transformação das estruturas sociais são um

¹⁴⁴ Cf. Lawson, 1997: 168.

¹⁴⁵ Cf. Lawson, 1997: 169.

resultado não motivado <*unintentionally reproduction*>. Para fornecermos um exemplo corrente: não deve existir uma única pessoa que tenha casado com o objectivo primordial de reproduzir a instituição *casamento*; e os homossexuais, quando reivindicam como legítimo o seu acesso a essa instituição, não o fazem com o objectivo primordial de a transformar, mas de combater uma discriminação que lhes impossibilita o acesso a ela; ainda assim, reproduzir e transformar essa estrutura é a natural consequência quer das acções de uns quer de outros¹⁴⁶.

A sedutora verdade do Individualismo. Quando, como o fazem Lawson e Bhaskar, defendemos que as estruturas têm poderes causais, quando se reclama que elas dependem de nós mas não se reduzem a nós, etc., há uma sensação paradoxal, como se estivéssemos perante um argumento ilusório, de alguma forma enganoso de um modo que não conseguimos detectar. Há então, diz-nos Bhaskar¹⁴⁷, primeiro, uma tentação de ceder ao reducionismo sociológico (a sociedade não é mais nada do que soma dos indivíduos) e, depois, uma tentativa de reduzir o indivíduo a um psicológico (ou *praxiológico*) atomismo lógico <*psycho- (or praxio-) logical atomism*> (para cada situação há uma só saída ou forma de agir), e assim desaguar, pela corrente do reducionismo social e do atomismo ontológico, num individualismo metodológico¹⁴⁸, que confirma uma vez mais a tese geral de que há uma ligação entre a interpretação do objecto e o método escolhido para o estudar. Toda a veia sedutora e plausibilidade desta tese provém do facto de, como diz Bhaskar (1979:32): «a presença material de efeitos sociais consistir unicamente em mudanças nas pessoas e mudanças levadas a cabo por pessoas em outras coisas materiais – objectos da natureza, tais como terra, e artefactos, produzidas pelo trabalho em objectos da natureza»; ou, como sintetiza e enfatiza Lawson (1997: 50): «São os seres humanos que fazem coisas. E tudo o que acontece no mundo social, acontece através da actividade humana.»

Os efeitos da sociedade. Mas, então, qual o *poder causal* da sociedade? As estruturas como as *posições sociais* delegam-nos poderes que, como é óbvio, não resultam da estrutura física dos indivíduos que as ocupam (um filósofo analítico diria que as posições contêm ou concedem *propriedades* novas): em regra, os jogadores não

¹⁴⁶ Este também é um bom exemplo da dualidade da *praxis*.

¹⁴⁷ *The Possibility of Naturalism*, p. 32-33.

¹⁴⁸ A expressão “individualismo metodológico” designa, para Bhaskar, a abordagem de problemas sociais tomando os indivíduos como os únicos objectos de estudo, e reduzindo estes a autómatos, isto é, a agentes que reagem sempre da mesma forma perante a mesma situação.

obedecem ao treinador, nem o cidadão ao polícia, por uma inferioridade física em relação a eles. Mas para compreender bem os efeitos da sociedade, talvez seja pertinente começar por recorrer à noção de totalidade.

Totalidade. Quando as estruturas se interligam por relações internas (e externas) numa grande rede institucional/estrutura/social, dão origem, diz-nos Lawson, a *totalidades*. Totalidades¹⁴⁹ são sistemas de elementos ou aspectos internamente ligados, onde uns aspectos constituem uma condição de existência ou de essência dos modos de actuar ou das características mais significativas de outros, em que a forma ou estrutura das combinações afectam causalmente os elementos e, portanto, o significado ou interpretação de cada elemento é dependente da compreensão da totalidade. Os casos paradigmáticos são melodias ou pinturas, mas Lawson sustenta que o mesmo acontece na realidade social: a partir da interacção dos indivíduos *emergiu* um tecido social e só à luz desse tecido é que as acções e práticas dos indivíduos ganham significado e sentido – analisar cada componente separadamente é um erro analítico. Lawson defende que essa foi a intuição que Piero Saffra transmitiu a Wittgenstein¹⁵⁰ (e que fez este mudar de posição¹⁵¹). É claro que a convocação ou não do efeito da totalidade sobre o elemento é uma questão de contingência epistémica: Lawson¹⁵² dá o exemplo de alguém que, em 1991, estivesse indeciso sobre ir ou não nadar para a costa do Kuwait; presumivelmente, bastaria a essa pessoa saber que petróleo está a ser bombeado para o mar para tomar uma decisão informada; mas se essa mesma pessoa desejasse *compreender* a razão pela qual o petróleo está a ser bombeado, seria necessário um profundo estudo de história económica, política, geográfica e religiosa, para revelar a totalidade social que ali estaria a actuar *causalmente* para a concretização do acontecimento – só assim perceberia o real significado do mesmo.

Este é já um aspecto evidente dos poderes da estrutura social. Porém, como é que essas estruturas actuam? Certamente que elas não têm uma vida própria. Para

¹⁴⁹ Cf. Lawson, 1997: 64.

¹⁵⁰ Lawson (2009: 229) ironiza com o facto de o impacto das opiniões de Saffra em Wittgenstein, e através deste na Filosofia, ter sido muito maior do que na Economia, apesar de não ter usado a matemática para transmitir as suas ideias a Wittgenstein: «Saffra's essential point is that the meaning/interpretation of an integral element of a system will (or can) depend on the system as a whole. He made the same point to Wittgenstein (in the context of language systems – and causing Wittgenstein to rethink significantly his position) but without the need/constraint of using mathematics to convey his message. Moreover, in the latter case Saffra seems to have had the more persuasive impact.»

¹⁵¹ Há um curioso artigo em que Amartya Sen conta esta história: 'Saffra, Wittgenstein, and Gramsci' (1965).

¹⁵² Cf. Lawson, 1997: 195.

explicar concretamente este ponto, Lawson¹⁵³ distingue dois aspectos na interacção entre agência humana e estrutura: o aspecto *sincrónico* e o aspecto *diacrónico*.

Um indivíduo é profundamente estruturado: possui capacidades, disposições, tendências, etc. Essas capacidades são físicas; mas o desenvolvimento ou não de cada uma depende do contexto natural e sociocultural específico em que o indivíduo cresce, é educado e vive – da *socialização* do indivíduo. Imaginemos agora, por um momento, que um indivíduo se desloca para um contexto sociocultural diferente: diferentes tradições, diferentes culturas, diferentes estruturas sociais. Ele vai procurar tornar-se conhecedor, nem que seja apenas ao nível prático, das regras e convenções que subjazem esse contexto e, mediado pelo seu entendimento, pela sua compreensão, as estruturas vão naturalmente constranger, limitar o seu comportamento, e porventura também permitir-lhe efectuar acções que no seu contexto de origem não seriam possíveis. Esta *adaptação* do comportamento do indivíduo às estruturas sociais em que opera é o aspecto *sincrónico*.

Continuando a mesma experiência mental, vamos imaginar que o indivíduo decide tornar a sua visita numa estadia permanente. Em breve, como faz notar Lawson, as estruturas sociais – relações, tradições, regras, hábitos, etc. – irão afectar não apenas os hábitos e actividades do indivíduo mas o próprio indivíduo (um *heidggeriano* diria, o seu *ser*), que vai esculpir as suas capacidades de modo a tornar-se localmente competente, por exemplo ao nível linguístico; isto é, a estrutura afecta a identidade social e a personalidade do indivíduo: a personalidade como que vai *corporizar* ou *incorporar* <embody> as estruturas em que está *embebida* <embedded>¹⁵⁴.

Convém realçar que o que se passa de modo *generalizado* num contexto sociocultural diferente, ocorre de modo *particular* com a ocupação de uma posição social diferente, sob regras e provavelmente convenções diferentes, etc. O que importa destacar e reter é que o *efeito* das estruturas é *real*: faz uma diferença física no mundo. E que para lá de reais os objectos sociais são em parte *autónomos*: não se reduzem à mera acção dos indivíduos – têm propriedades intrínsecas e uma deontologia própria.

*

¹⁵³ Cf. Lawson, 2003: 49-50.

¹⁵⁴ Em *Social Struture* (2000: 89-107), Jose Lopez e John Stuart atribuem à necessidade de explicar como é que as estruturas actuam num mundo em que só os indivíduos agem, o relativamente recente conceito de *embody struture* – que se juntou, assim, às anteriores características institucionais e relacionais da estrutura.

A predileção pelo individualismo metodológico, segundo Bhaskar¹⁵⁵, também resulta da ideia de que esse é o único método consonante com o liberalismo político. Mas esta avaliação não resiste a uma análise justa do modelo (IV) que Bhaskar e Lawson propõem. Penso poder explicar-se a sua visão da sociedade e dos indivíduos nela com uma bela imagem de Oakeshott¹⁵⁶ (entre parênteses rectos, observações nossas): «Na actividade política [na agência humana], os homens navegam por um mar [sociedade] ilimitado e sem fundo; não há nem um porto para abrigar nem uma enseada para ancorar [o indivíduo isolado é uma abstracção], nem um ponto de partida [a sociedade não se cria] nem um de chegada [enquanto existirem indivíduos, a sociedade sempre existirá]. Trata-se de permanecer flutuando numa quilha lisa; o mar é amigo e inimigo ao mesmo tempo [possibilita e constrange], e a habilidade náutica consiste em saber empregar os recursos de um comportamento tradicional [tornarmo-nos hábeis na interacção com a sociedade tal como esta nos chega a nós] de modo a transformar cada ocorrência hostil num amigo.»

O reconhecimento de que a sociedade é o contexto em que fazemos escolhas; que a forma como está organizada nos possibilita umas escolhas e restringe-nos outras; que o indivíduo é moldado pelas características sociais em que se desenvolveu; que o seu comportamento se vai adaptar à melhor forma de interagir com as estruturas sociais com que se debate; e que, nessa interacção, o indivíduo irá, intencionalmente ou não, quer reproduzir quer transformar a realidade social no seio da qual age, é uma objecção ao individualismo metodológico como metodologia geral, mas não, de todo, ao liberalismo político, como se constata pela concepção do agente que Lawson sustenta, onde a capacidade de escolha, a liberdade de agir, é um pilar fundamental.

|Realismo Crítico: Agência

O estudo do agente feito por Lawson visa (tal como o estudo das estruturas sociais) demonstrar que a concepção adequada da natureza do agente é fulcral para orientar a elaboração de métodos de uma eventual ciência social e para compreender a

¹⁵⁵ Cf. *The Possibility of Naturalism*, p. 31.

¹⁵⁶ Cf. *Moralidade e Política na Europa Moderna*, p. 11.

incapacidade dos métodos até aqui usados em gerar os resultados pretendidos. Mais uma vez, ganha primazia o concreto ao abstracto, o específico ao universal, o contexto ao sistema, o que neste momento conhecemos ao que eventualmente um dia saberemos.

Agência, Intencionalidade, Escolha¹⁵⁷. Lawson começa por vincular a *causalidade das razões*, e o raciocínio é de novo o abdutivo: como tornar inteligível a actividade dos economistas, dos operadores de marketing, dos políticos, de todo um conjunto de actividades que avaliam e procuram interferir nas crenças e desejos das pessoas de forma a definir, antecipar ou orientar a forma como irão agir? Como fazer sentido, qual a pertinência na actividade que é *pensar* – o momento em que por excelência contemplamos as razões? Que as razões sejam causas é pois um pressuposto do nosso modo de agir.

Os seus argumentos procedem de modo lógico. Um *agente* é alguém que possui poderes, dons, capacidades. *Agência humana* é a prosseguida por agentes detentores de poderes e capacidades específicas dos seres humanos. *Acto ou acções intencionais* são os que resultam do uso *intencional* da agência humana. Atribuir *intencionalidade* a uma acção significa afirmar que ela foi *causada por razões*, e as razões são *crenças* fundamentadas nos *interesses práticos da vida*¹⁵⁸. A *escolha* é o poder que cada ser humano possui e implica que, em cada situação, ele realmente podia ter optado por actuar de forma diferente.

Mas as capacidades de *escolha* e *intencionalidade*, que pressupõem a eficácia causal das razões (estas fazem uma diferença no estado físico do mundo que se obtém), não se reduzem, acrescenta Lawson, nem à capacidade transformadora de fazer a diferença, nem a um mais básico (i.e. físico-químico ou neurofisiológico) conjunto de mecanismos ou princípios de organização (aqui entra o fenómeno da emergência).

A singularidade das capacidades humanas. A capacidade de ‘fazer a diferença’ é característica de agentes inanimados (como o ácido clorídrico) e animados (como as abelhas) e não pressupõe nem que o agente, dadas as suas condições intrínsecas e as circunstâncias externas, podia realmente ter agido de forma diferente, nem que ele de facto teve intenção ou estava ciente do comportamento que levava a cabo. Já a

¹⁵⁷ Cf. Lawson, 1997: 174-175.

¹⁵⁸ Cf. Lawson, 2003: 296-297, nota 24. Não há nenhuma diferença substancial entre a concepção de intencionalidade de Searle e a de Lawson. Pelo contrário, elas complementam-se, como nota o próprio Lawson, apesar de partirem de pontos diferentes (Lawson das práticas realizadas no mundo para as razões (mentais) que as dirigem; Searle, de estados subjectivos da mente para o mundo). O que Lawson acrescenta é que as crenças, desejos, intenções, etc., estão sustentadas, nascem, resultam, da prática diária.

intencionalidade e a escolha requerem que toda a acção que decorra sob o controlo humano esteja aberta a um conjunto de possibilidades totalmente diferentes e que qualquer que seja o resultado obtido este poderia ser realmente diferente. Já vimos que só há luz desta capacidade ganha substância e sentido toda a rede institucional (por definição normativa).

Emergência. A emergência é um argumento contra o reducionismo materialista que espelha o argumento contra o reducionismo (metodológico) individualista¹⁵⁹, e estende-se quer às estruturas sociais quer aos poderes do agente.

Atrás demonstrámos, contra o individualismo metodológico, que a sociedade, enquanto objecto real, possuiu poderes irreduzíveis aos que caracterizam o estado físico dos indivíduos, e é, aliás, essa relativa autonomia dos seus objectos que legitima a existência de uma ciência propriamente social. A *emergência*¹⁶⁰ da realidade social – poderes e capacidades associados a certas estruturas sociais (como *regras* ou *posições*) – é expressa pela possibilidade de um acontecimento ser determinado por uma multiplicidade de modos ou tipos diferentes de leis entre as quais estão estruturas sociais¹⁶¹: a condução de um indivíduo é condicionada por princípios mecânicos e tendências gravitacionais, mas também pelo código da estrada, ou seja, é causada, é dependente de modos de determinação físicos e sociais, isto é, as estruturas sociais são reais porque influenciam causalmente as acções humanas, e são irreduzíveis porque são uma condição de possibilidade de estas se verificarem (possibilitam e restringe a actividade em questão tal como ela é actualmente desenvolvida).

O *emergentismo* em relação ao agente é a tese de que as capacidades e poderes da agência humana não são passíveis de serem totalmente explicados pelos princípios que governam níveis inferiores de complexidade da matéria – numa palavra: não são reformuláveis em termos meramente físicos. Bhaskar (1979: 107-108) denominou esta tese metafísica como «materialismo de emergência sincrónica de poderes» <*synchronic emergent powers materialism*>¹⁶² (SEPM). Esta não implica a existência de uma nova substância (diferente da matéria) que seja portadora ou base desses poderes – eles podem ser só o resultado histórico de uma organização extraordinariamente complexa

¹⁵⁹ Cf. Bhaskar, 1979: 107.

¹⁶⁰ Parece-nos um pouco abusivo falar de ‘emergência’, quando não há propriamente uma nova substância. Cf. *Making Sense of Emergence* (1999).

¹⁶¹ Cf. Lawson, 1997: 64.

¹⁶² De novo, emergência só significa irreduzibilidade. Cf. nota 160.

da matéria e estarem apenas ligadas a esta, e se assim for o SEPM será um monismo estratificado (i.e., de estratos irreduzíveis) –, mas afirma que, seja qual for a sua base, no estado de conhecimento actual (e é no estado de conhecimento actual que a avaliação tem de ser feita, e não com base numa fé ou convicção perene e deletéria) nada nos leva a concluir que os princípios que governam a *ordem-superior* de organização (por exemplo, o poder da *consciência*) possam ser totalmente explicados em termos de *ordem-inferiores* – e, portanto, no estudo da realidade social, esses poderes e capacidades devem ser princípios admitidos como poderes e capacidades reais e indiscutíveis. Bhaskar, aliás, alerta, neste tema da redução, para dois problemas recorrentes.

O primeiro é que a noção de *redução* é ambígua. Quando argumentamos que B pode ser *reduzido* a A podemos estar meramente a dizer que (1) A fornece uma *base* para B, (2) a reclamar que A *explica* B, ou (3) a sustentar que o conhecimento de A permite-nos *prever* o comportamento de B. O argumento (3) pressupõe um sistema fechado – hipótese descartada na parte I desta dissertação. Que o cérebro fornece uma base ou é o veículo, que é uma possibilidade da existência e do exercício dos poderes e capacidades mentais humanos, é incontroverso – logo (1) não oferece resistência. O argumento (2) pode querer sustentar dois tipos de reduções: i) a redução explicativa *diacrónica*, em que o *processo de formação* de entidades de ordem superior é reconstruído e explicado em termos de princípios que governam os elementos a partir dos quais eles foram formados – este é o tipo de redução a que os biólogos evolucionistas estão comprometidos –, é compatível com a emergência *sincrónica*, que afirma que os princípios que governam (em sentido lato) a ordem superior não podem ser completamente explicados pelos da ordem inferior – este é o tipo de redução pretendida pelos reducionistas.¹⁶³

O segundo problema, normalmente ignorado¹⁶⁴ ou propositadamente esquecido, é que «cada exemplo historicamente bem sucedido de uma redução (como a da química à física) dependeu da existência prévia de um bem desenvolvido corpo de conhecimento

¹⁶³ Numa palavra: o processo de complexificação da matéria, que conduziu à actividade neurobiológica que é condição necessária para, por exemplo, o fenómeno da consciência, é passível de ser explicado; reduzir fenómenos como a consciência a esse processo e aos princípios que o regem, não.

¹⁶⁴ Hilary Putnam dedicou todo um livro (*The Threefold Cord*, 1999) a alertar para esta situação: sem um corpo de conhecimento bem definido no domínio que se pretende reduzir, ninguém sabe o quê nem a quê que se pretende reduzir. Argumenta mesmo que nem os advogados do reducionismo sabem verdadeiramente do que estão a falar.

do domínio a ser reduzido, que, na redução, é então ‘explicado» (Bhaskar, 1979: 108) – e, como é evidente, as ciências sociais estão muito longe de ter produzido esse corpo teórico.¹⁶⁵

Concluindo, voltando a Lawson e determinando a importância da questão: a capacidade de *escolha, intencionalidade, consciência*, todo e qualquer elemento estrutural do ser humano deve ser levado a sério no estudo da realidade social em que ele é um elemento fulcral. Para lá disso, o que a emergência também nos pode chamar a atenção, aponta Lawson, é que os nossos mecanismos mentais, se são irredutíveis também são dependentes de mecanismos biológicos, e estes, por sua vez, não sobrevivem sem certos requisitos ambientais e ecológicos. Ora, aqui temos, diz, uma razão não meramente superficial para olharmos para o ambiente que nos rodeia não como uma *fonte de recursos* mas como uma *condição de possibilidade* das nossas capacidades mentais (e físicas), e é urgente, com vista à sustentabilidade ambiental necessária ao desenvolvimento saudável da espécie, que os economistas adotem esta nova forma de abordar uma velha categoria.

Consciência e Inconsciência¹⁶⁶. A consciência é o que nos permite conceber o comportamento humano como subjectivamente (na primeira pessoa) orientado¹⁶⁷. Ao realizar as nossas actividades diárias, não só monitorizamos e controlamos o nosso comportamento como temos consciência que o fazemos. E também nos é claro que em toda a actividade social, e portanto também económica, em que nos monitorizamos a nós e aos outros, em que nos adaptamos a formas de conduta específicas de cada actividade, a nossa conduta não é uma série discreta de actos, mas um fluxo contínuo, uma corrente de consciência, nem sempre reflexiva ou discursiva, antes levada a cabo de forma largamente tácita. Quando conduzimos no percurso habitual para o trabalho, muitas vezes não reflectimos uma única vez nas regras de trânsito – estamos a um nível de consciência tácita ou prática. Porém, quando temos de percorrer caminhos pouco habituais, o comentário reflexivo, por exemplo, “posso ou não virar à direita?”, por mais

¹⁶⁵ Bhaskar (1979: 109) nota que mesmo que as teses do individualismo e do materialismo reducionista sejam, «‘per impossibile’, verdadeiras, as sociedades teriam que ser primeiro identificadas e compreendidas como sociedades e as pessoas como pessoas antes de uma redução explicativa das mesmas ser cientificamente contemplada.»

¹⁶⁶ Cf. Lawson, 1997: 177-180.

¹⁶⁷ Cf. Lawson, 2003: 46.

raro que seja, acaba por sempre surgir como necessário – estamos a um nível de consciência discursiva¹⁶⁸.

O ponto que se pretende reclamar é que as pessoas seguem regras e práticas, não porque seja a forma mais eficiente ou racional de agir – o que não se verifica nem caso a caso nem como um todo¹⁶⁹ – mas porque essa é a única forma de cumprirem os seus objectivos diários. A sociedade é *constituída* por regras e práticas, a que nos moldamos para atingir o que *planeamos* diariamente, e este é o ponto importante¹⁷⁰: a nossa acção não é rotinizada apenas porque a sociedade está assim concebida mas também porque temos a capacidade de reflectir sobre os nossos objectivos e iniciar acções adequadas a cumpri-los – os seres humanos não são tanto reactivos *passivos* de estímulos como *activos* iniciadores de acções¹⁷¹: reflectem, planeiam, levam a cabo acções e projectos, falham, prosseguem, desistem, recomeçam, como seres *conscientes* possuidores de *intencionalidade*.

Mas a necessidade de prosseguir rotinas, a necessidade de estabilidade, continuidade, na nossa vida diária parece estar para lá da motivação diária, directa e pragmática de atingir objectivos específicos. Mesmo indivíduos que vivem sozinhos – para não falar de famílias – parecem seguir hábitos que, quando quebrados, aumentam o nível de tensão e *stress*. Ou seja, ao nível do inconsciente – isto é, ao nível onde não identificamos motivos para agir como agimos – também parecem actuar mecanismos que procuram sistematicamente ‘segurança ontológica’ e evitam situações de mudança

¹⁶⁸ Lawson (1997: 296, nota 21) faz notar que a consciência tácita não mina a reivindicação da existência ontológica das regras: não só temos inúmeros conhecimentos tácitos que não estão codificados (para seguir o exemplo de Lawson: enquanto passeamos a pé em ruas conhecidas, damos a volta ao quarteirão sem pensarmos no assunto) como seguimos inúmeras regras de um modo não tácito ou habitual.

¹⁶⁹ Cf. Lawson, 1997: 180.

¹⁷⁰ Cf. Lawson, 2003: 46.

¹⁷¹ O não reconhecimento deste facto pela projecto *mainstream* – a sua visão dos agentes humanos como autómatos passivos – é parodiado de forma suprema por Veblen, na sátira ao ‘homem hedonista’. Lawson (1997: 10-11) cita-o longamente: «The hedonistic conception of man is that of a lightning calculator of pleasures and pains, who oscillates like a homogeneous globule of desire of happiness under the impulse of stimuli that shift him about the area, but leave him intact. He has neither antecedent nor consequent. He is an isolated, definitive human datum, in stable equilibrium except for the buffets of the impinging forces that displace him in one direction or another. Self-imposed in elemental space, he spins symmetrically about his own spiritual axis until the parallelogram of forces bears down upon him, where upon he follows the line of the resultant. When the force of the impact is spent, he comes to rest, a self-contained globule of desire as before. Spiritually, the hedonistic man is not a prime mover. He is not the seat of a process of living, except in the sense that he is subject to a series of permutations enforced upon him by circumstances external and alien to him.»

que tendem a causar ansiedade¹⁷². Considerações desta natureza são essenciais para compreender a actividade económica.

Como recorda Lawson¹⁷³, Keynes, no capítulo 12 da sua Teoria Geral, detectou que mesmo em mercados de elevada liquidez é possível observar uma estabilidade apreciável, e isso não se deve a uma avaliação justa dos projectos de investimento mas a uma repugnância psicológica em projectar uma situação que não seja semelhante à actual. Ou seja, existe um mecanismo biológico que deseja continuidade, mesmo perante boas razões para que se efectue uma mudança drástica de conduta, e esse é o principal factor de estabilidade nos mercados financeiros. A admissão deste facto eleva para um novo nível a importância, por exemplo, da gestão psicológica de acontecimentos em momentos de instabilidade, bem como, obviamente, alerta para os danos mentais que trabalhar num contexto de permanente *stress* e ansiedade causa, pois vai contra aspectos básicos da natureza humana (o que deve ser levado em conta, por exemplo, ao nível da legislação laboral).

Individualidade e Racionalidade¹⁷⁴. O estudo da natureza do agente não poderia terminar sem a abordagem da racionalidade individual. Pode-se afirmar da racionalidade o que Santo Agostinho afirmou do tempo: se ninguém perguntar, sabemos o que é; mas quando nos interrogam, logo nos sentimos incapazes de fornecer uma resposta satisfatória. A de Lawson, que defende uma *teoria da racionalidade situada*, é coerente com as suas restantes posições, embora nos pareça que, para termos dela uma compreensão justa, é conveniente descrevê-la em contraponto à *racionalidade económica*¹⁷⁵ e convocar a divisão entre abstracto e concreto que Lawson novamente recorda na sua reivindicação, contra as extravagâncias pós-modernas, de que existe uma natureza comum entre as inúmeras peculiaridades dos indivíduos.

Cada indivíduo tem um perfil diferente; mas, argumenta Lawson, a um nível relativamente elevado de abstracção, há atributos comuns suficientes para se considerar que, de facto, existe uma natureza humana comum, fundamentada no código ou estrutura genética e manifesta em certas características da espécie. Relevantes para a nossa investigação, podemos apontar, por exemplo, a já notada necessidade de controlo

¹⁷² Cf. Lawson, 1997: 181-182.

¹⁷³ Cf. Lawson, 1997: 182-183.

¹⁷⁴ Cf. Lawson, 1997: 184-188.

¹⁷⁵ Tal como esta é entendida pela ortodoxia económica contemporânea.

de ansiedade, ou capacidades ou poderes como o uso e desenvolvimento particular das capacidades linguísticas¹⁷⁶.

Porém, ninguém fala ou revela ansiedade em abstracto: por maior que seja o fundo comum da natureza humana, esta é sempre expressa em formas inerentemente sociais: histórica, geográfica e culturalmente específicas e, por isso mesmo, altamente diferenciadas. O seu género, a sua educação, as posições que ocupa, as relações sociais que experimenta, são *modos de determinação* sociais que irão, como já vimos, esculpir diversamente capacidades, poderes e disposições comuns.

Deste modo, a racionalidade, que para o Realismo Crítico deve ser entendida como uma *capacidade*, está sujeita a constrangimentos semelhantes. Como vimos aquando da análise da consciência prática, esta assemelha-se a uma corrente em que os indivíduos monitorizam a sua conduta de uma forma em larga medida tácita. Cada indivíduo está associado a um conjunto de posições, sujeito às mais variadas regras e obrigações, em que necessita de lidar com interesses regularmente contraditórios e com estruturas sociais que podem não estar a ser de todo compreendidas; mas, ainda assim, os indivíduos demonstram uma habilidade notável na condução da sua vida. Numa palavra: são racionais, e a racionalidade significa exactamente a capacidade de sermos competentes e inteligentes na lida com os fenómenos diários com que nos defrontamos. Lawson cita, a este propósito, Oakeshott (1962: 109), que via a racionalidade como «o certificado que nós damos a cada conduta que mantém um lugar no fluxo de simpatia, a coerência de actividade, que constitui uma forma de vida».

Consequentemente, agir racionalmente na cultura *x* perante a situação *z*, pode significar agir de forma totalmente diferente do que é a conduta racional na cultura *y* perante uma situação idêntica, e estas variações não são evidentemente captáveis por variações num ranking de preferências, nem a sua estrutura é linear, nem o seu conteúdo é susceptível de ser expresso por uma fórmula geral¹⁷⁷.

¹⁷⁶ A linguagem, para um autor como John Searle, é o primordial *building block* da sociedade (cf. *Making the Social World*). Toda a rede institucional só o é e se mantém, porque é repetidamente representada como sendo o que é, pelas '*Status Function Declarations*'. A importância da linguagem na reprodução e transformação da realidade social para Searle é total. Mas o desenvolvimento desta perspectiva terá de ficar para outro trabalho.

¹⁷⁷ A teoria da racionalidade situada que Lawson defende, penso estar bem vertida numa passagem da genial descrição que Henry Adams fez da sua própria educação, onde, com suprema ironia, mostra que educação que obteve junto dos ingleses teve pouco uso fora da ilha, uma vez que a excentricidade tem um papel na lógica do raciocínio que escapa aos continentais: «Knowledge of human nature is the beginning and end of political education, but several years of arduous study in the neighborhood of Westminster led

De modo diferente, a racionalidade do agente, no projecto *mainstream*, não é tanto uma teoria da racionalidade como uma teoria normativa da acção eficiente¹⁷⁸. Vale a pena explicar como esta procede, de forma a tornar claro quando e como o seu sentido se torna difícil de sustentar.

A racionalidade, na ortodoxia económica¹⁷⁹, começa por ser entendida como a escolha que está de acordo com a hierarquização ordinal das *preferências*. Estas devem ser i) *completas* – ou seja, é suposto o agente elaborar um ranking de todas as alternativas que enfrenta – e ii) *transitivas* – as suas preferências são transitivas se o agente prefere x a z quando prefere x a y e y a z. O agente ordena então os objectos de escolha numa lista, com as suas preferências nas linhas superiores, e atribui números a cada linha (utilidade ordinal) de uma forma que exprima a sua preferência – maximizar a utilidade vai significar agir de acordo com as nossas preferências. Esta postura é a que se segue, recorda Lawson¹⁸⁰, de o agente, neste projecto, habitar um mundo composto unicamente por acontecimentos e estados de coisas mensuráveis, das quais, em grande medida, o agente se apercebe sem grandes problemas, e em que a racionalidade consiste em comportar-se como uma máquina calculadora de optimização da *utilidade* (isto é, do comportamento).

Porém, como notam Hausman e McPherson¹⁸¹, neste ponto surge um problema para o *dedutivismo*: sem uma atribuição de *conteúdo* às preferências das pessoas, pouco ou nada pode ser dito sobre o que elas vão escolher. Por outras palavras: «A Economia Positiva ganha conteúdo apenas quando o economista oferece generalizações sobre o

Henry Adams to think that knowledge of English human nature had little or no value outside of England. In Paris, such a habit stood in one's way; in America, it roused all the instincts of native jealousy. The English mind was one-sided, eccentric, systematically unsystematic, and logically illogical. The less one knew of it, the better.» (*The Education of Henry Adams*, Chapter xii. *Eccentricity* (1863)).

¹⁷⁸ Como argumenta Bhaskar (1979: 32): «To say that people are rational does not explain what they do, but only at best (that is, supposing that an objective function could be reconstructed for their behaviour and empirically tested independently of it) how they do it. But rationality, setting out to explain everything, very easily ends up explaining nothing. To explain a human action by reference to its rationality is like explaining some natural event by reference to its being caused. Rationality then appears as an a priori presupposition of investigation, devoid of explanatory content and almost certainly false. As for neo-classical economic theory, the most developed form of this tendency in social thought, it may be best regarded as a normative theory of efficient action, generating a set of techniques for achieving given ends, rather than as an explanatory theory capable of casting light on actual empirical episodes: that is, as a praxeology, not a sociology.»

¹⁷⁹ Cf. 'The Philosophical Foundations of Mainstream Normative Economics', in *The Philosophy of Economics*.

¹⁸⁰ E.R., p. 186.

¹⁸¹ Cf. 'The Philosophical Foundations of Mainstream Normative Economics', in *The Philosophy of Economics*, p. 236.

quê que as pessoas preferem».¹⁸² E esta é a porta de entrada das mais nefastas abstracções, como concluir que os indivíduos são materialmente egoístas e preferem sempre maximizar a sua riqueza – o que leva o mesmo Hausman a concluir placidamente que a Economia (tomando-a pelo projecto *mainstream*) é a ciência que estuda as consequências da ganância racional¹⁸³. Esta concepção, contudo, não é um acaso: favorece a representação das preferências numa função utilidade e a respectiva aplicação do método matemático-dedutivo; ou seja, como refere Hahn, as ficções «estão lá para permitirem a emergência de certos resultados e não porque devam ser tomadas como descritivas»¹⁸⁴.

É aqui, neste momento, por assim dizer, que Lawson¹⁸⁵ detecta o *atomismo*: as situações são construídas/modeladas de tal modo que apenas permitam um único ‘estado interno’ dos indivíduos, de forma a possibilitar a dedução; ou seja, perante a situação y , x é o que o indivíduo racional *deve* deduzir. Pois se numa situação y , existissem $x_1, x_2, \dots, x_n$, em que o agente é incapaz de ordenar os x ’s num ranking, o axioma da racionalidade deixa de servir o seu propósito de tornar previsível o comportamento humano e possibilitar a aplicação do *dedutivismo*. A racionalidade instrumental, conclui Lawson, deixaria então de ser uma visão dogmática e transformar-se-ia, no melhor dos cenários, numa hipótese que deve ser avaliada em contextos empíricos específicos – em alguns contextos é sem dúvida seguida; em outros não; e certamente que a transitividade nas escolhas e a omnisciência das alternativas por parte do agente é uma fábula.

Os economistas *mainstream* subestimam a criatividade dos agentes porque os tomam como passivos. O indivíduo, como vimos, deve ser reconhecido como alguém estruturado, dotado de consciência, de intencionalidade e da capacidade de escolher e de iniciar ele mesmo uma acção; e esta capacidade de interagir com o mundo está muito longe do homem calculador/otimizador de ranking de preferências que a teoria económica postula.

¹⁸² Cf. ‘The Philosophical Foundations of Mainstream Normative Economics’, in *The Philosophy of Economics*, p. 236.

¹⁸³ «‘Economic phenomena are the consequences of rational choices that are governed predominantly by pursuit of one’s own consumption and profit. In effect, economics studies the consequences of rational greed’ (1994:208).» (Lawson, 1997: 104.)

¹⁸⁴ Cf. Lawson, 1997: 18-19.

¹⁸⁵ Cf. Lawson, 1997: 185-186.

Este é um problema que decorre, diz-nos Lawson, de se endogeneizar variáveis não tendo em conta as capacidades da natureza humana (nem, de resto, da realidade social): endogeneizar decisões que cabe aos indivíduos fazer é na verdade negar a sua capacidade de escolher, a liberdade de decidir, da qual os modelos que a abarcam, por definição, se ‘abstraem’ – a liberdade, na senda de Hegel, torna-se o reconhecimento da *necessidade*¹⁸⁶.

O que Lawson propõe é exactamente uma concepção oposta à da racionalidade instrumental: não apenas não há uma só postura racional perante uma situação concreta, como uma postura racional pode significar modos de agir totalmente diferentes em resposta a estímulos idênticos.

Através da análise ontológica da realidade social e do indivíduo, fomos transmitindo algumas intuições que Lawson pensa que devem ser levadas em consideração em qualquer tentativa de forjar métodos indicados à compreensão da área, bem como à crítica dos métodos que actualmente lhe são aplicados.

Assim, vimos que a concepção da ciência tal como desenvolvida pelo Realismo Transcendental, podia ser estendida às ciências sociais. Há um domínio *intransitivo* legitimamente social e a forma, o raciocínio e os conceitos que vimos na parte I serem necessários para abarcar uma concepção da ciência natural, são igualmente requeridos para o estudo do domínio social.

A ciência é, assim, una em relação i) à forma que o conhecimento toma (epistemologia) – leis expressando as tendências das estruturas; ii) ao raciocínio através do qual é produzida (lógica) – a análise do conhecimento científico e da descoberta demonstrou-nos que as inferências não são simplesmente indutivas ou dedutivas, mas essencialmente abduativas e analógicas; iii) ao critério de *existência* – o critério causal :há objectos apenas conhecidos pelos seus efeitos; iv) e aos conceitos necessários a uma teorização adequada dos seus objectos (ontologia) – processo de produção de

¹⁸⁶ Lawson (1997:10), a este propósito, cita Reder: «Successfully to endogenize a new variable is to enhance the explanatory power of economics, and there is much interest in such achievements. However, it must be noted that where variables are made ‘endogenous’, they can no longer serve as objects of social choice. To the extent that variables are endogenized—choice is explained— ‘society’s’ freedom of choice is seen as illusory. Freedom appears to consist not in power of choice, but (pace Hegel) in recognition of necessity. This is not a likely conclusion for followers of Adam Smith, and surely not one they desire, but one from which they can be saved only by failure of this direction of research. (Reder, 1982:34–5)».

conhecimento que necessita de um sistema conceptual baseado na noção de capacidades, poderes, mecanismos e tendências¹⁸⁷.

Porém, o estudo da natureza da realidade social e do indivíduo também nos despertou para alguns erros típicos e nos revelou certas limitações metodológicas.

Erros. Se o erro do positivismo, como vimos na parte I, era reduzir a noção de leis a regularidades empíricas (ser ainda é ‘ser percebido’ e o conhecimento reduz-se à conjunção de acontecimentos), o erro de aplicar a sua manifestação metodológica – o *dedutivismo* – ao domínio social, caracteriza-se pela consecutiva falácia da universalização¹⁸⁸: a tentativa de elaborar o comportamento do ‘agente representativo’ (ou racional); ignorar a equivocidade dos objectos¹⁸⁹, que, de forma marcada, na esfera social, são não só ambíguos, difíceis de captar¹⁹⁰, como histórica e geograficamente específicos; e a posição metodológica reducionista de procurar derivar o efeito resultante de uma multiplicidade de causas a partir de uma esfera específica destas.¹⁹¹

Pelo seu lado, os erros mais patentes da tradição hermenêutica são: por um lado, ceder à versão positivista de que a noção de ‘causalidade’ está ligada a uma noção de lei enquanto regularidades ao nível dos acontecimentos, e daí, perante a ausência destas regularidades ao nível social, desistir de procurar explicar o comportamento humano em

¹⁸⁷ Resumimos a argumentação de Bhaskar exposta na nota 120 da presente dissertação.

¹⁸⁸ Cf. Lawson, 2003: 54-57.

¹⁸⁹ Esta talvez seja uma consequência da necessidade imperiosa de formalizar/matematizar típica do *dedutivismo*. Veja-se o relato da formalização da Teoria de Geral de Keynes, feito por Backhouse, e de como as intuições que Lawson considera importantes (as sociedades serem essencialmente dinâmicas e as expectativas dos agentes serem inconscientemente guiadas por uma desejo de estabilidade) foram precisamente as que se perderam: «The reason why Keynesian economics dominated the subject so completely is that it provided a framework that could be translated into a mathematical model that proved extremely versatile. In this sense, therefore, the outcome of the Keynesian revolution was the IS-LM model. Having said this, two important qualifications need to be made. The first is that, though it is arguable that the IS-LM model captures the central theoretical core of the General Theory [The General Theory of Employment, Interest and Money, 1936], much is left out. This is an inevitable consequence of formalizing a theory. In the case of General Theory, what is left out included Keynes’s discussions of dynamics and of expectations. As a result, there are many economists who argue that Keynes’s insights were lost, and that IS-LM model represents a ‘bastard’ Keynesianism, to use a Joan Robinson’s phrase. If we make the comparison between post-war economics and the entire business-cycle literature of the 1920s and 1930s, the amount that was forgotten appears even greater.» (*The Penguin History of Economics*, 2002, p. 236).

¹⁹⁰ Amartya Sen (‘Capability and Well-Being’) definiu rigorosamente a postura metodológica correcta perante objectos sociais: «This relates to a methodological point, which I have tried to defend elsewhere, that if an underlying idea has an essential ambiguity, a precise formulation of that idea must try to capture that ambiguity rather than hide or eliminate it.» (*The Philosophy of Economics*, p. 274).

¹⁹¹ Lawson (2003: 57) escreve contra todas as formas de universalização a partir do estudo de uma única parcela do domínio social: «This applies not only to methodological individualism but also to methodological holism (social wholes are always the main unit of analysis), methodological institutionalism (institutions are always the main unit of analysis), methodological evolutionism (evolutionary processes are always the main unit of analysis), and much else.»

termos causais¹⁹², através de uma ligação à noção de tendência; e, por outro lado, a partir da boa intuição de que os objectos de estudo da esfera social estão para as ciências sociais numa relação, pelo menos em parte, de conceito-conceito (os objectos sociais estão já *representados/conceptualizados* pelos indivíduos que os usam), e não apenas numa relação conceito-objecto (como acontece em regra nas ciências naturais), caem no juízo incorrecto de reduzir as ciências sociais às modalidades destas relações conceptuais, o que inviabiliza ou desvaloriza a confrontação desses conceitos com a realidade e a constatação da sua possível, e frequentemente notória, inadequação¹⁹³.

Deste modo, pelo facto das estruturas sociais serem processuais, histórica, geográfica e culturalmente específicas, de as instituições e os indivíduos serem mutuamente moldados, de os acontecimentos emergirem em inúmeros contextos e terem múltiplas formas de determinação, entre outras características ontológicas, o que o estudo da natureza da realidade social nos demonstra é que o *pluralismo metodológico*¹⁹⁴ não é uma manifestação superficial de tolerância ou boas intenções, muito menos um movimento agregador e descritivo dos vários métodos utilizados com mais ou menos sucesso pela ciência económica, antes surge como uma necessidade face à natureza complexa e características múltiplas da realidade social – é essa natureza que

¹⁹² Peter Winch, no prefácio à segunda edição (1990) da sua obra *The Idea of a Social Science and its Relation to Philosophy*, penitencia-se por ter cometido esse erro: «Unfortunately I undertook no serious investigation of the notion of cause. The background to what I wrote about the distinction between ‘cause’ and ‘motive’ was John Stuart Mill’s virtual assimilation of both these notions into a Humean account of causality in which the fundamental category was that of a regularity established by empirical observation. Perhaps this was polemically justified in so far as the main targets of my criticisms were writers who made a similar assimilation. I did, it is true, express reservations about Hume’s account (e.g. in Chapter V, Section 1). But this was not explored to any significant degree. The result was that I found myself at times denying that human behaviour can be understood in causal terms, when I should have been saying that our understanding of human behaviour is not elucidated by anything like the account given of ‘cause’ by Hume (and Mill). Now this account is of course also inadequate as an elucidation of our understanding of the phenomena of nature. So to state the distinction between the social and natural sciences in such terms as these would have required some investigation of the different reasons for the inadequacy of the Humean account as applied to the natural scientific use of the word ‘cause’ and for its inadequacy as applied to talk about ‘reasons’ and ‘motives’ for human actions.»

¹⁹³ Cf. Bhaskar, 1979: 28.

¹⁹⁴ Talvez convenha fazer um parêntesis sobre *pluralismo metodológico*. Julgo que, em Lawson, ele quer dizer duas coisas. A primeira, parece-nos, é a que deriva de uma constatação ontológica: a realidade social é composta por objectos de natureza diferente que, consequentemente, exigem métodos de estudo diferentes. Mas há outro canal por onde deriva o pluralismo: o canal da intrínseca incompletude e falibilidade na análise do objecto. Como a análise ontológica do objecto não é indiscutível e acolhe naturalmente interpretações rivais (<a *pluralistic forum*>), em que provavelmente todas elas contêm o seu quê de correcção, não faz sentido impedir, muito menos *a priori*, o estudo do objecto a uma qualquer metodologia. Aqui, como em todos os temas, Lawson guia-se pelo *a posteriori*: é pelos méritos e deméritos da aplicação de uma metodologia que conhecemos melhor os objectos e adequação ou não da mesma. É, voltamos a lembrar, pelo falhanço do *dedutivismo* que começa a investigação de Lawson.

exige, de forma a ser estudada devidamente, um pluralismo de métodos adequados ao domínio¹⁹⁵.

Limitações¹⁹⁶. No mesmo sentido, a intuição de que os objectos sociais são dependentes da agência humana inerentemente transformativa, e de que a realidade social está pejada de relações internas, cujo estudo dos elementos não é separável como na experiência laboratorial, ou seja, a intuição de que a realidade social é constituída essencialmente por *totalidades* e não por sistemas fechados <*closures*>, leva Lawson à conclusão de que é uma imposição ontológica que o estudo da realidade social, para ser frutuoso, tenha de ser essencialmente retrospectivo <*backward looking*>, e com isto Lawson não quer apenas reforçar a ideia de que a Economia, como qualquer ciência social, ou é intrinsecamente histórica ou é irrelevante, mas que o estudo da sociedade

¹⁹⁵ É neste sentido que Lawson (2003: 182-183) sugere que as diferentes escolas económicas que têm uma visão semelhante sobre a natureza da realidade social, sejam congregadas numa espécie de divisão do trabalho de investigação sobre o mesmo objecto (negritos acrescentados): «It is in a similar fashion that I am proposing that the various heterodox traditions might also be considered as divisions of labour, albeit as divisions now within economics. Thus (and I include the following characterization merely to give some illustrative suggestions), **post Keynesians**, given their previous emphases, might be identified according to their concern with the fact of fundamental uncertainty stemming from the openness of social reality. Such a focus could take in the implications of uncertainty or openness for the development of certain sorts of institutions including money, for processes of decision making, and so forth. At the level of policy the concern may well include the analysis of contingencies which recognise the fact of pervasive uncertainty, given the openness of the social reality in the present and to the future, etc. For those influenced by Keynes especially, a likely focus is how these matters give rise to collective or macro outcomes, and how the latter in turn impact back on individual acts and pressures for structural transformation, etc. By similar reasoning it may be best to distinguish **institutionalists** too, not according to claims about the main units of analysis but, given that project's traditional concern with evolutionary issues, in terms of its interest in examining how social items change and/or endure over time. From such a perspective, those aspects of social life that are most enduring, such as institutions and habits, are particularly significant. So too are the interactions of factors like institutions and technology in the process of reproduction and change. And a yet further likely related focus of interest is the manner in which the institutional shaping and reshaping of specific individual identities can be explanatorily consequential in given contexts. **Austrians** may perhaps be best identified according to their emphasis on studying the market process and entrepreneurship in particular, or perhaps in line with the attention given by this project to the production and role of intersubjective meaning in social life, and so on. It is not really for me to be too specific here. The above, I repeat, are suggestions made primarily for sake of illustration. (...) **Feminist economics** (...) concerns itself with women as subjects (which may include, for example, giving attention to differences amongst women, as well as between genders) and takes a particular orientation or focus, namely on the position of women (and other marginalised groups) within society and economy. The latter focus includes an attention to the social causes at work in the oppression of, or in discrimination against, women (and others), the opportunities for progressive transformation or emancipation, questions of power and strategy, and so forth. This orientation has inevitably meant a significant attention, within feminist economics, to issues which historically have been gender-related, such as caring, especially for children, and indeed the nature of family structures in specific locations. But in principle there is no area of social life that is excluded. (...) I might emphasise that in suggesting that heterodox economic traditions be identified and distinguished in the manner described, i.e. as divisions of labour within economics, **I do not suppose any separation of subject-matter.**» (Cf. também nota 20, cap. 5, E. R.)

¹⁹⁶ Lawson e Bhaskar divergem nas limitações que as ciências sociais enfrentam (cf. E. R., p. 200-204). Seguimos Lawson.

faz mais sentido (e tem melhores resultados) quando dirigido com o objectivo de tornar inteligível e compreender o que já ocorreu ou está a ocorrer, do que em tentar prever o que ocorrerá ou mesmo recolher um conjunto de intuições sobre como intervir em cada momento no futuro¹⁹⁷.

A sociedade é de tal forma heterogénea e processual que a nossa capacidade de manipular o seu curso e colocá-la no bom sentido (imaginando que sabemos *qual* o bom sentido), ou em prever a sua direcção, será sempre bastante limitada, e quantos mais recursos colocarmos ao serviço de modelos que buscam essa quimera em vez de nos concentrarmos no que é realmente possível, como o estudo realista de problemas espaço-temporalmente específicos¹⁹⁸, a investigação científica no campo social resultará numa compreensão errada e numa visão míope do seu objecto.

Talvez esta limitação, que Lawson aponta essencialmente ao conhecimento que resulta do estudo da sociedade, tenha sido a expressa por T. S. Eliot em relação a todo o conhecimento que provém da experiência.

(...) There is, it seems to us,
At best, only a limited value
In the knowledge derived from experience.
The knowledge imposes a pattern, and falsifies,
For the pattern is new in every moment
And every moment is a new and shocking
Valuation of all we have been. We are only undeceived
Of that which, deceiving, could no longer harm.

T. S. Eliot, *Four Quartets*, East Cocker, II.

¹⁹⁷ Cf. Lawson, 2003: 60. Nancy Cartwright (1999: 73) identifica precisamente o mesmo limite que Lawson: «one important feature of capacities that affects our doctrines about the limits of science [is that] there is no fact of the matter about what a system can do just by virtue of having a given capacity. What it does depends on its setting, and the kinds of settings necessary for it to produce systematic and predictable results are very exceptional. I have argued here that it takes a nomological machine to get a regularity. But nomological machines have very special structures. They require the conditions to be just right for a system to exercise its capacities in a repeatable way, and the empirical indications suggest that these kinds of conditions are rare. No matter how much knowledge we might come to have about particular situations, predictability in the world as it comes is not the norm but the exception. So we should expect regularities to be few and far between. If we want situations to be predictable, we had better engineer them carefully.»

¹⁹⁸ Apetece, a este propósito, citar o discurso de Hayek ('The Pretence of Knowledge') em Estocolmo, aquando da recepção do Nobel da Economia ("Lecture to the memory of Alfred Nobel, December 11, 1974"): «I confess that I prefer true but imperfect knowledge, even if it leaves much indetermined and unpredictable, to a pretence of exact knowledge that is likely to be false.».

PARTE III

Filosofia da Economia

Capítulo 1

Previsão. Idealização. Aproximação.

Neste capítulo, vai-se procurar rebater, à luz da parte I e II, as ambições proclamadas quer pelas leituras ou interpretações mais comuns quer pelas leituras mais sofisticadas do método que caracteriza a teoria económica *mainstream*.

*

|Previsão

A previsão é uma bandeira importante da corrente *mainstream*, e o seu principal bastião é o ramo da doutrina económica conhecido como *Econometria*. O objectivo dos econometristas é identificar relações estruturais estáveis entre parâmetros¹⁹⁹ – o tipo de regularidade 5. Sabemos, *a posteriori*, que sempre que uma regularidade estável parece ser identificada numa determinada região de espaço-tempo, e daí se procura inferir uma lei probabilística ou determinista de associação entre parâmetros²⁰⁰, em breve essa associação se quebra ou, quando testada num conjunto de dados empíricos diferentes, descobre-se que nestes ela não se verifica²⁰¹; mas, por outro lado, também não há nenhum argumento *a priori* que nos diga que os tipos de relações estáveis não se vão verificar. O que é correcto fazer, diz-nos Lawson, é investigar as condições necessárias

¹⁹⁹ Cf. Lawson, 1977: 77.

²⁰⁰ Procurando passar da correlação entre X e Y para a afirmação de que X *causa* Y.

²⁰¹ Cartwright (1999: 139-141) confirma esta perspectiva, afirmando que a generalidade das leis económicas, no sentido de regularidades, não permanecem estáveis o tempo suficiente para poderem ser usadas como uma base sólida para previsão e, mesmo quando isso acontece, têm um uso limitado, pois não se sustentam no tempo elas próprias e logo se quebram.

(como é que o mundo tem de ser) que garantem a existência de regularidades de tipo 5 – de novo o raciocínio abdutivo –, compará-las com a natureza da realidade social e averiguar da razoabilidade de supor essas condições. Lawson identifica duas.

- i. Uma condição necessária para que exista uma relação estável entre parâmetros X ($X_1, X_2, \dots, X_n$) e Y , é que outras influências ou factores (não incluídos em X) que potencialmente possam afectar essa relação, sejam constantes na sua operação ou ortogonais (não correlacionados) com a situação que a configuração pretende explicar ou captar. A este requisito Lawson chama de “fechamento extrínseco” <*extrinsic closure*>, e permite-nos compreender as suposições típicas da teoria económica contemporânea *mainstream*: explicações em termos de indivíduos (empresas ou pessoas) a actuarem em sistemas e economias *fechadas*. Esta é uma das condições para que se verifiquem regularidades estritas ou fortes²⁰² e seja assim sustentável apontar a previsão como um objectivo possível.
- ii. Mas este requisito apenas não chega. Um sistema fechado a influências não ortogonais não garante a existência de regularidades de tipo 5 se os indivíduos (empresas ou pessoas) forem caracterizados por serem *intrinsecamente* estruturados ou complexos – não reagirem sempre da mesma forma ao mesmo *estímulo*. Assim, é também exigida uma condição intrínseca para que uma regularidade de tipo 5 se verifique: é necessária uma *intrínseca constância* <*intrinsic constancy*> na reacção ao estímulo por parte dos indivíduos. Ela é conseguida, diz-nos Lawson, através de uma organização do modelo ou análise da situação em que, para cada dado (e constante) estado interno, apenas *um* resultado ou saída possa ser deduzido das, ou reduzido às, condições ou estados do sistema. A esta condição necessária Lawson nomeia como o requisito da *redutibilidade* <*reducibility*>²⁰³.

Estes requisitos extrínsecos e intrínsecos sustentam, para Lawson, os dois dogmas da ortodoxia económica contemporânea: a falácia *atomística* (os indivíduos deixam de facto de ser vistos como seres complexamente estruturados e capazes de um número elevado de respostas diferentes ao mesmo estímulo e passam a ser encarados

²⁰² Cf. Lawson, 1997: 77-78, 98-99.

²⁰³ Cf. Lawson, 1997: 78-79, 99-100.

como inanimados joguetes dos respectivos estímulos)²⁰⁴ e a falácia *isolacionista* (a tese de que é possível tratar analítica e separadamente os factores de uma *totalidade*, com base na tese de que esses factores terão os mesmos efeitos em qualquer contexto)²⁰⁵.

É com base nestas falácias que os econometristas procuram *prever* e os dedutivistas *deduzir* o comportamento dos parâmetros ou indivíduos ao longo do tempo ou em determinadas situações. Para Lawson estes requisitos são falácias pois vê os agentes como estruturados, o tecido empresarial como profundamente heterogéneo e a realidade social como fundamentalmente aberta e composta por relações internas.

Os indivíduos serem estruturados significa, por exemplo, que o seu consumo não é definível por um *função consumo*, em que as despesas de consumo são representadas como uma função fixa do rendimento disponível, onde uma mudança no rendimento disponível irá produzir automaticamente uma determinada (pela função) mudança no consumo, independentemente do contexto e do indivíduo que recebe o estímulo²⁰⁶. Os gastos de consumo, lembra, dependem de inúmeros factores intrínsecos e extrínsecos: se a pessoa está feliz ou infeliz, optimista ou pessimista, se é pobre ou rica, se sente o seu posto de trabalho em risco ou não, se há uma rede protecção social ou não, se tem filhos ou não, e mais um indeterminado número de factores que a criatividade do economista não consegue alcançar. Mesmo dentro de determinadas ‘categorias’, como por exemplo os ‘desempregados’, a constituição social dos desempregados – o grupo etário, a formação profissional, etc. – não é indiferente para a forma como reagirão a um estímulo, devendo portanto variar o modo como se enfrenta o problema. Da mesma forma, uma empresa reage a um aumento da procura do seu produto de forma variada. Não é indiferente que seja uma empresa de manufactura ou se oferece serviços; se instalou recentemente alta tecnologia ou se ainda o quer fazer; se tem uma relação puramente técnica ou social com os trabalhadores (a diminuição dos lucros pode não acarretar despedimentos); se tem muitos fundos/capital ou não para investir, etc.²⁰⁷. Faz pouco sentido supor, *a priori*, a homogeneidade dos particulares estudados pela

²⁰⁴ Cf. Lawson, 1997: 84. A falácia atomista sustenta ainda outra falácia, a da composição ou agregação homogénea (cf. Lawson, 1997: 80-81), que consiste, como o próprio nome indica, em tratar como homogéneos indivíduos (pessoas, empresas, etc.) claramente heterogéneos.

²⁰⁵ Como o próprio Lawson (1997: 304, nota 20) refere, esta análise é devedora de Keynes, que identificou os dois requisitos e concluiu que «every one of these conditions is far from being satisfied by the economic material under investigation...».

²⁰⁶ Cf. Lawson, 1997: 275-276.

²⁰⁷ Cf. Lawson, 1997: 78, 81.

Economia – quer ao nível do espaço, quer ao longo do tempo. Mais uma vez Lawson relembra que vai depender de cada caso.

Lawson, note-se, e isto é importante, não diz que, em determinado contexto, não seja possível identificar e modelizar uma relação de tipo 5; apenas afirma que as condições que vimos como necessárias, constatamos, *a posteriori*, que não se verificam em muitos contextos da realidade social. Fornece, inclusive, exemplos de modelizações de sucesso, onde se verificam essas relações estáveis²⁰⁸: a subida do consumo de electricidade para um determinado nível quando as temperaturas atingem determinados graus, nos países que proporcionam condições para esse aumento; ou a relação entre o aumento do rendimento disponível e o consumo entre a camada de população com rendimentos extremamente baixos (que, como é evidente, em regra não tem folga para dirigir esse aumento de rendimento para a poupança, independentemente do contexto), nos países ocidentais. Nestes exemplos, como vemos, estão reunidas condições materiais para a aplicação com sucesso da modelização formalística. E Lawson demonstra que, em geral, os casos em que ocorrem fechamentos <closures> (isto é, em que se verificam as condições necessárias para as regularidades de tipo 5), estão relacionados com necessidades biológicas dos indivíduos, e já tínhamos vislumbrado essa possibilidade quando afirmamos (ver *Regras Sociais*) que mecanismos físicos, em regra, têm naturalmente mais força (*dominam*, por assim dizer, mais facilmente o comportamento) do que mecanismos puramente normativos ou sociais. É, aliás, pelo reconhecimento de que há situações na realidade social que parecem cumprir os requisitos para a aplicação frutífera do método de modelização formalística que Lawson faz questão de os incluir na bateria de opções metodológicas disponíveis²⁰⁹. No entanto, dito isto, estes casos, em que é possível definir uma relação regular estrita entre um estímulo e uma reacção, não abundam no domínio social, mesmo restringindo-nos a determinadas categorias.

Lawson acrescenta ainda que as respostas aos falhanços das previsões econométricas vão precisamente no sentido de preencher o requisito extrínseco e

²⁰⁸ Cf. Lawson, 2003: 20-21.

²⁰⁹ Como se pode verificar: «I am not at all suggesting that formalistic modelling methods should not exist in the battery of options available. My aim with the discussion of this chapter is not to narrow down the range of methodological options by attempting to prohibit a particular method. Rather it is to widen the range of possibilities through criticising the fact that, and manner in which, in many quarters at least, the particular method in question is currently and often unthinkingly universalized. The goal, as I say is a pluralistic forum where explicitly prosecuted ontology and critical reflection can take their place amongst all the conceivable components of economics as social theorising.» (Lawson, 2003: 27).

intrínseco, quer, como afirma Lawson, procurando incorporar nos modelos cada vez mais informação extrínseca (a capacidade dos computadores, o nível de informação que conseguem suportar e a complexidade de relações que permitem ao modelo acomodar, estimulou o ramo e devolveu alguma esperança ao projecto²¹⁰), quer investigando cada vez mais a reacção *típica* do indivíduo (e assim as ‘expectativas racionais’, ‘otimizadores económicos’, etc.²¹¹):

A partir da perspectiva aberta, pode ser reconhecido que a quebra de relações econométricas estimadas encoraja uma ou ambas das repostas principais. Primeiro, o falhanço pode ser racionalizado como a omissão errónea de um factor relevante para a análise – e desse modo sugerir a necessidade de fortalecer a condição do fechamento extrínseco. A segunda resposta consiste em argumentar que o sistema em questão necessita de uma formulação ainda mais micro e/ou atomística – e desse modo reconhecendo a exigência, e tentando satisfazer a condição de agregação e/ou o fechamento intrínseco. São estas tentativas implícitas de fortalecer as condições de fechamento necessárias que caracterizam o padrão familiar de respostas ao falhanço econométrico: expandir cada vez mais, ou ‘escavar’ ainda mais ‘profundamente’. (Lawson, 1997: 91)

Por exemplo, a famosa crítica de Lucas²¹² à prática econométrica, acusando os econometristas de tratarem o comportamento humano como se ele não fosse afectado pela mudança da política do governo, teve como consequência uma tentativa de internalizar na formulação econométrica esta influência externa (incorporar atomisticamente, bem entendido: os indivíduos, agora com ‘expectativas racionais’, reagiriam todos sempre (ou quase sempre) de uma determinada forma, ‘actualizando’ a sua actuação às novas regras²¹³). Dito de outro modo: Lucas identificou um mecanismo que afectava um parâmetro mas que estava a ser indevidamente isolado pela condição do fechamento externo, para não ‘perturbar’ a regularidade que se pretendia construir.

²¹⁰ Cf. Lawson, 1997: 101-102.

²¹¹ Cf. Lawson, 1997: 100.

²¹² Cf. ‘Econometric Policy Evaluation: A Critique’ (1976).

²¹³ «The argument is originally cast as an implication of rational expectations. Among the constraints people face are the policy rules of the government. If people are rational, then, when these rules change, and if the change is correctly perceived, they take proper account of the change in adjusting their behavior.», ‘The Lucas Critique and the Nature of Econometric Inference’, Kevin D. Hoover, in *The Philosophy of Economics*.

Como refere Lawson²¹⁴, o verdadeiro problema é que Lucas apenas estava a tocar na ponta do iceberg, pois há um sem número de influências que afectam uma economia aberta: os erráticos deslocamentos de capital; as múltiplas guerras regionais; os frequentes colapsos institucionais; os rearranjos na política de trocas comerciais; a sobreprodução ou escassez agrícola devido a questões meteorológicas ou expectativas erradas; o desenvolvimento mais ou menos arbitrário e repentino da política externa; etc.; – e todos estes factores afectam as decisões de investimento, o consumo doméstico, a oferta, etc., e afectam-no de diferentes formas em diferentes pontos do globo, e por um tempo diverso. Procurar, através de milhares de regressões, identificar associações entre parâmetros num determinado espaço-tempo e inferi-lo para outro espaço-tempo, é não compreender a heterogeneidade e abertura da realidade social, e, consequentemente, condenar ao falhanço as inúmeras previsões de acontecimentos efectuadas, como de resto se tem verificado.

|Idealização

Porém, nem todos os economistas da corrente *mainstream* defendem que os modelos devem ser usados para prever, ou mesmo testados em dados estatísticos <data>. Tendo claro que as suposições que suportam as relações estabelecidas pelos modelos não passam de ficções – concorrência perfeita; informação perfeita; acções sempre ‘racionais’, no sentido de acções sempre economicamente optimizadoras; perfeito acesso ao mercado de capitais; etc.²¹⁵ — fazem mesmo notar que se por acaso uma previsão fosse correcta, nem sequer perceberiam qual a causa por detrás da correcção, pois, como por exemplo diz Hahn, «nós não compreenderíamos por que é que um mundo com sindicatos e monopólios actua como um mundo de concorrência perfeita.»²¹⁶ Mas então, como é que partindo de premissas reconhecidamente falsas – *idealizações* ou tipos-limite <limit-types> – se espera explicar os fenómenos do mundo

²¹⁴ Cf. Lawson, 1997: 83.

²¹⁵ Cf. Lawson, 1997: 109.

²¹⁶ Cf. Lawson, 1997: 309, nota 1. Daniel Hausman (‘Why look under the wood’) diz o mesmo: «Even if all one cares about is predictive success in some limited domain, one should still be concerned about the realism of the assumptions of an hypothesis and the truth of its irrelevant or unimportant predictions.» in *The Philosophy of Economics*, p. 186.

real? Esta é, para Lawson (1997: 109) «a questão mais importante que enfrentam os advogados da economia *mainstream*.»

Robert Sugden²¹⁷ defende que a construção a partir de idealizações permite, através do estudo de patologias encontradas pela comparação dos resultados do modelo com os dados empíricos, inferir novos mecanismos a operar. Assim, por exemplo, defende que Akerlof²¹⁸, partindo da constatação surpreendente de que os preços entre carros novos e usados são muito maiores do que seria expectável *num mundo de informação perfeita*, e não satisfeito com a justificação dada pelos teóricos convencionais – que diziam dever-se à satisfação, à alegria e vaidade suplementar de comprar um carro por estrear –, elaborou um modelo, em nada semelhante ao mercado de carros novos e usados tal como ele realmente existe, com muitas suposições fictícias, mas ainda assim retirou do modelo a intuição de que as enormes diferenças de preços entre carros novos e usados se deviam à *assimetria de informação* entre compradores e vendedores no mercado, o que gerava um volume de trocas *subóptimo* e a consequente descida dos preços; e, de resto, nota Lawson²¹⁹, Akerlof também inferia que a assimetria de informação é o mecanismo dominador em mercados onde há falta de confiança entre compradores e vendedores, o que justifica, também, por exemplo, a menor procura de bens provenientes dos países em desenvolvimento, uma vez que são tomados, *a priori*, como de qualidade menos fiável, o que diminui os preços.

No entanto, perante estes argumentos, Lawson²²⁰ responde lapidarmente: a *descoberta* de que o mundo não é governado por indivíduos com acesso a informação perfeita e que, portanto, a assimetria de informação influencia o preço de mercado, só é uma descoberta para os puristas da economia neoclássica. É claro que no mundo não há agentes oniscientes (X) e como tal a partir deste factor não se pode inferir que há informação perfeita (Y). A partir de uma suposição ou axioma que se sabe ser falso não se pode inferir *nada* que diga respeito à realidade social como ela é. Para se poder explicar e compreender um fenómeno real é *necessário* partir de causas reais – é através delas que se chega às intuições correctas. Akerlof não descobriu que a assimetria de

²¹⁷ ‘Credible Worlds: The Status of Theoretical Models in Economics’, in *The Philosophy of Economics*.

²¹⁸ ‘The Market For “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism’ (1970). A expressão “lemons” é calão americano para produtos com qualidade abaixo da média quando comparados com outros disponíveis pelo mesmo preço.

²¹⁹ Cf. ‘History, causal explanation and “basic economic reasoning”. Reply to Caldwell’, in *Ontology and Economics*, p.30-31.

²²⁰ Cf. *Idem*, p. 31-33.

informação era um factor preponderante no mercado de automóveis usados devido aos modelos base assumirem informação perfeita, mas exactamente o contrário: Akerlof estava insatisfeito com as intuições despertadas pelos modelos existentes. Nas palavras de Lawson²²¹: foi pela intuição de que modelos com entidades fictícias (informação perfeita) apenas nos permitem compreender as propriedades formais do próprio modelo (volume óptimo de troca) e não do mundo tal como ele é, e insatisfeito com as justificações *ad hoc* dos teóricos tradicionais quando os modelos não permitem interpretar um fenómeno social à luz das suas premissas, que Akerlof decidiu criar um modelo onde estava em preponderância um mecanismo real (assimetria de informação) para chegar a um efeito real (volume de mercado subóptimo) – *foi a intuição que o levou a construir o modelo, e não o modelo que o levou à intuição*. O que Akerlof fez foi demonstrá-lo na *linguagem do projecto*: os modelos formalísticos.

Este é um argumento fundamental de Lawson: não foi através de diagramas tradicionais (oferta/procura) ou modelos formalísticos que atingimos um certo conhecimento do mundo, intuições importantes do modo como ele funciona. O *movimento é exactamente o inverso*. Os diagramas e modelos são representações de intuições numa linguagem formal. Foi o nosso conhecimento que nos levou a eles, e não eles que nos levaram ao conhecimento. A necessidade de construir modelos para demonstrar as nossas intuições sobre o mundo, pelo contrário, é nefasta ao desenvolvimento científico, porque a ciência económica, como diz Backhouse (2002: 238), passa a incidir «não à volta de um conjunto de problemas reais, mas sobre um conjunto de técnicas » e, conseqüentemente, teve como «custo as teorias económicas se tornarem mais estreitas (mais limitadas), em que as questões que não encaixam no enquadramento matemático disponível, são ignoradas» (2002: 266). Aliás, o próprio artigo de Akerlof foi rejeitado três vezes antes de ser aceite²²², aparentemente por não partir dos axiomas base da teoria, como a *informação perfeita*. Portanto, se um economista tem uma intuição correcta sobre a causa primordial de um acontecimento e não a consegue formalizar ou esta não está de acordo com os princípios base da corrente *mainstream*, o que acontece não é ser ouvido (cf. comentário de McCloskey, nota 9) ou ter muita dificuldade em sê-lo – ganham os puristas, perde a ciência.

²²¹ Cf. *Idem*.

²²² Cf. nota 1 de ‘Credible Worlds: The Status of Theoretical Models in Economics’, Robert Sugden, in *The Philosophy of Economics*.

A identificação de um mecanismo real permite dar a ideia de que o modelo é credível, ou pelo menos permitiu a demonstração num modelo de uma relação que também parece ocorrer de facto. Mas a intuição do mecanismo e dos seus efeitos não só estava longe de constituir uma novidade fora da corrente *mainstream*, como, de resto, acrescenta Lawson²²³, transmite a ideia errada, porque o mecanismo é entendido de um modo associativo e não *transfactual*: a assimetria de informação deve ser entendida de forma *categorial* e *indicativa*, não de forma *associativa*, ou seja, a assimetria de informação actua sempre, quer os seus efeitos sejam manifestos ou não (devido a outro mecanismo se ter sobreposto); e, aliás, faz notar que nada na demonstração de Akerlof nos impede de excluir a pura satisfação e alegria de comprar um carro novo como um dos mecanismos que eleva o preço dos carros novos em relação aos usados.

Lawson demonstra que mesmo Menger²²⁴, alguém em cujo trabalho de resto encontra muitas afinidades com o seu, foi *empurrado* para o erro de estabelecer idealizações por assumir à partida a necessidade de estabelecer associações de regularidade.

Menger defendia que, tal como a Química, em termos teóricos, identifica os elementos mais ‘simples’ da realidade na sua forma pura – o oxigénio ou o cobre no seu estado puro, por exemplo – e estuda as relações, ou regularidades estritas, que se estabelecem entre esses elementos – por exemplo: o elemento A com o elemento B produz a reacção C –, também a Economia devia identificar os elementos mais simples do seu próprio domínio e procurar estabelecer as relações entre eles. Estas relações deviam ser entendidas como relações *tipo*, porque na realidade é difícil encontrar o cobre na sua forma mais pura, tal como um indivíduo que prossiga sempre os seus interesses económicos. E daqui já se observa de onde nascem as idealizações.

Como não é possível identificar elementos simples e puramente económicos no ser humano, quer por estes não existirem isoladamente (o ser humano é intrinsecamente estruturado) quer por a identificação desses elementos no domínio natural e as relações que entre eles se fixam estarem reduzidas às experiências laboratoriais e estas não serem possíveis no estudo da sociedade, Menger é forçado a criar ficções e a generalizá-las.

²²³ Cf. ‘On the nature and roles of formalism in economics. Reply to Hodgson.’, in *Ontology and Economics*, p. 208.

²²⁴ Toda a análise de Lawson à obra de Menger encontra-se em E. R., p. 113- 125.

Porém, nota Lawson, se é verdade que os objectos de investigação científica (como a estrutura atómica do cobre identificada no laboratório) são *ideais* em relação à situação geral dos objectos no mundo (pedaços individuais de cobre, que como não estão sujeitos à blindagem laboratorial, são afectados por outros elementos), é um erro supor que os primeiros não são *reais* também. A ciência identifica, por exemplo, a *estrutura* atómica do cobre, e daí extraí os seus *poderes*, *mecanismos* e *tendências* – e é essa *estrutura* que, quando identificada, dizemos que é “ideal”, não é o nosso pensamento dela. Ela de facto existe, isto é, o cobre possuiu realmente uma estrutura atómica, identificada em laboratório, que lhe concede o poder de conduzir electricidade. Esse é um aspecto que, não só é real como lhe é *essencial*, e o erro que Menger comete, diz-nos Lawson, é confundir o *simples* com o *essencial*.

Contudo, não só não é um aspecto da estrutura cognitiva do ser humano ter o poder de ser onisciente e infalível como, pelo contrário, «um aspecto essencial da natureza humana e da sua condição é que as pessoas são falíveis, incertas quanto à sua situação e ao futuro, com um leque restrito de opções e motivadas por uma variedade de preocupações relacionadas com as posições e relações sociais que ocupam» (Lawson, 1997: 126). É verdade, acrescenta, que quando «um mecanismo estável ou tendência é desencadeado num sistema aberto, um entendimento realista transcendental da situação pode autorizar uma condicional subjuntiva acerca do que teria acontecido se a tendência tivesse agido num (relativo) isolamento» (Lawson, 1997: 123); mas a condicional subjuntiva (ou contrafactual) só é válida, isto é, só contribui para o progresso científico, se o mecanismo for real.²²⁵ Não pode ser uma ficção.

|Aproximação

Uma outra forma, ainda, de olhar para o método do projecto *mainstream*, é vê-lo como o método de sucessiva aproximação (a um sistema completo de causas e efeitos). Não são admitidos, neste caso, factores ou causas fictícias na construção de modelos; mas depois da identificação e estudo de causas reais, acredita-se que é possível averiguar como diversos factores interagem uns com os outros através de um modelo

²²⁵ Cf. também nota 72 desta dissertação.

que os acomode. Num primeiro momento, admite-se que em concreto existem outros factores a operar na realidade, mas que é uma questão de tempo e investigação (portanto, é um problema epistemológico) até se conseguir sintetizar todos os elementos ou factores relevantes e assim alcançar um entendimento perfeito de como funciona a realidade social. O método foi exposto por Stuart Mill:

O método dos filósofos práticos consiste, então, em dois processos; um, analítico; o outro, sintético. Ele deve estudar o estado actual da sociedade em seus elementos, sem deixar cair ou perder algum deles pelo caminho. Após se referir à experiência do indivíduo para aprender a lei de cada um desses elementos, isto é, para aprender quais são os seus efeitos naturais, e quanto efeito decorre da causa quando não neutralizada por qualquer outra causa, ainda fica a faltar uma operação de síntese; pôr todos estes efeitos juntos, e, a partir do que eles são separadamente, inferir qual seria o efeito de todas estas causas actuando de uma só vez.²²⁶

Para que este método tivesse bons resultados, Lawson²²⁷ indica desde logo uma condição necessária: os efeitos que os factores (reais) produzem quando considerados isoladamente têm de combinar ou interagir mecanicamente; ou seja, cada ‘parte’ da realidade tem de operar isoladamente da mesma forma que opera em conjunto, numa espécie de inter-relação atomística entre elementos. Mas já vimos que o fenómeno social raramente se combina desta forma: a rede de instituições, relações e posições que é a sociedade, é composta essencialmente por relações internas e contém poderes (emergentes) que só são contemplados ao seu próprio nível. Que sentido faz estudar concepções e mecanismos parentais sem ter em conta a necessidade dos filhos e a relação mútua que se estabelece entre pais e filhos? Que sentido faz estudar um país, as suas condições sociais, económicas e políticas, como se ele existisse isoladamente do resto do mundo? Ou o comportamento dos agentes sem ter em conta a sua posição social? Ou estudar as possibilidades de sucesso de uma empresa sem ter em conta o local onde ela se vai instalar e a mão-de-obra necessária? Ou estudar as estruturas sociais como se não fosse uma propriedade essencial destas *evoluírem*?

²²⁶ Cf. ‘On the Definition and Method of Political Economy’, in *The Philosophy of Economics*, p. 54.

²²⁷ Cf. Lawson, 1997: 129.

Talvez esta combinação *emergentista* de factores seja mais fácil de reconhecer em novas melodias ou novas reacções químicas – em combinações de elementos nunca testadas –, mas Lawson²²⁸ considera que essa é uma boa comparação com a realidade social: devido ao seu carácter processual (à mudança endémica), aos poderes emergentes da rede institucional (que devem ser tidos em conta e estudados ao seu nível), e à enorme rede de relações internas que a constituem, os efeitos de cada acontecimento, tal como os efeitos de uma nova reacção química, não podem ser previstos – só os sabemos *a posteriori*²²⁹. É claro que, no caso social, é possível (e desejável) intervir continuamente no sentido de afectar o curso dos acontecimentos; mas procurar determinar, *a priori*, como é que será a combinação dos elementos depois de um *crash* financeiro em Wall Street, ou os efeitos de uma liberalização da regulação do comércio internacional, ou da expansão da ‘world wide web’, ou quais serão as mudanças sociais depois da *Primavera Árabe*, tem pouca ou nenhuma relevância. Vê-se sempre, como é evidente, a realidade sob determinados aspectos, mas quando a combinação é orgânica, quando há uma transformação na estrutura social, quando há uma novidade ou emergência envolvida, o método correcto é precisamente o oposto da tentativa mecanicista de interligar os elementos: devemos colocar-nos do lado em que desagua a criatividade humana e não concentrar a nossa atenção na fonte, como se fosse possível adivinhar o que dela irá jorrar.

Lawson termina este raciocínio com um exemplo curioso: a confecção de um bolo. Quando fazemos uma nova experiência, por exemplo, um bolo que nunca tínhamos feito, colocámos os ingredientes num recipiente e levamos ao forno. No fim, provamos e analisamos a qualidade do bolo à luz da sua textura, cor, sabor, ou verificando se está quebrado no meio, por exemplo (à luz de certos *aspectos*). O que não faz sentido numa nova experiência é supor que os mesmos ingredientes terão o mesmo efeito quando combinados numa quantidade diferente, ou quando combinados com outros ingredientes, ou quando combinados num novo recipiente, e são exactamente estes os casos que ocorrem na realidade social: o *recipiente* é sempre diferente, e a combinação dos mesmos *ingredientes* na mesma quantidade raramente se repete.

Como vimos, talvez haja alguns casos no domínio social em que a combinação é mecânica ou quase (já demos o exemplo de que quando aumentamos o rendimento

²²⁸ Cf. Lawson, 1997: 130.

²²⁹ Cf. Lawson, 1997: 131.

disponível de alguém que ganha o salário mínimo, é muito provável que essa pessoa aumente o seu consumo, qualquer que seja o contexto), mas são, verificamos *a posteriori*, claramente raros, e portanto a generalização do método analítico não tem sustentação empírica²³⁰.

Por fim, exige-se uma pequena nota sobre o uso da abstracção²³¹, que Lawson²³² aflora aquando da sua distinção entre *abstracção* e *isolamento*. Um movimento, legítimo e necessário para fazer ciência, é a *abstracção da actualidade*, isto é, do actual curso dos acontecimentos procurar inferir o real e o essencial. No entanto, quando ligamos uma abstracção a outra, e depois a outra, e ainda a outra, e procuramos daí tirar uma conclusão, dá-mos início a outro movimento totalmente diferente, que Whitehead classifica como *abstracção de possibilidades*²³³. Esta última, como nota Searle (2010: 149), é uma forma de poder: «O poder pode ser exercido restringindo a aparente variedade de escolhas possíveis ao agente sobre quem o poder está a ser exercido.»

Então, quando se utilizam ficções como premissas e se adopta um discurso que tem como base idealizações que outra coisa não são do que elevadas abstracções de possibilidades, está-se, conscientemente ou não, a restringir indevidamente o número de opções apresentadas como possíveis e portanto a exercer uma forma de poder partindo de bases aparentemente científicas. E isto é algo que, julgamos, deve ser tido em conta

²³⁰ E aqui surge uma diferença importante entre Lawson e Cartwright. Esta (1999: 149-150) admite que o método analítico, como lhe chama, pressupõe que as relações sociais são essencialmente mecânicas (a racionalidade limitada é vista como a ilimitada mas com modificações; é assumido que os empreendedores querem sempre maximizar os lucros e os planificadores maximizar o bem-estar; as trocas internacionais, no melhor dos casos, fazem com que os preços tendam para o mesmo nível mas são modelizados sempre como iguais com algumas restrições; etc.) e, mais, pressupõe que as máquinas nomológicas não *evoluem*, como acontece com as estruturas e instituições sociais. Mas, ao mesmo tempo que diz que não há nenhuma garantia que, portanto, este seja o método indicado para estudar todos os problemas económicos, defende que é, ainda assim, para já, o melhor que temos.

²³¹ Estes parágrafos finais pretendem desenvolver um pouco, e reforçar, o que já foi dito sucintamente na nota 80.

²³² Cf. E.R., capítulo 16.

²³³ Whitehead (1948: 167-171) é claro a distinguir o duplo sentido da abstracção: «A complex eternal object is an abstract situation. There is a double sense of 'abstraction' in regard to the abstraction of definite eternal objects, i.e., non-mathematical abstraction. There is abstraction from actuality, and abstraction from possibility. For example, A and R(A, B, C) are both abstractions from the realm of possibility. Note that A must mean A in all its possible relationships, and among them R(A, B, C). Also R(A, B, C) means R(A, B, C) in all its relationships into which A can enter. Hence A as in R(A, B, C) is more abstract than A simpliciter. Thus we pass from the grade of simple eternal objects to higher and higher grades of complexity, we are indulging in higher grades of abstraction from the realm of possibility. (...) It will, I think, be found that, when a high degree of abstraction is spoken of, abstraction from the realm of possibility is what is usually meant – in other words, an elaborate logical construction.»

na interpretação das conclusões políticas que se retiram de teorias económicas que se erguem sobre idealizações.

Capítulo 2

Proposta Metodológica de Lawson

Neste último capítulo procuraremos expor a metodologia que Lawson propõe para a investigação científica nas ciências sociais. Não nos parecia justo terminar esta dissertação sem descrever, mesmo que em traços bastante largos e de modo muito sucinto, os alicerces primordiais das conclusões metodológicas que Lawson retira da sua investigação ontológica.

É importante sublinhar a palavra *propõe*. Lawson, perante a ontologia social que defende, não julga ser possível derivar o modo como se *deve* proceder em termos metodológicos²³⁴. Isso é deixado à criatividade do cientista social e, em último caso, como dissemos na introdução, a capacidade de qualquer método de gerar os resultados apropriados é uma questão para aferir *a posteriori*. Certamente o estudo da natureza da realidade tem um valor indicativo e pode fornecer intuições importantes sobre a forma como se pretende estudar um problema; mas, como vimos, a realidade social abriga os mais variados contextos e defender o pluralismo metodológico significa que, *a priori*, nenhum método de investigação deve ser proscrito como não científico ou desadequado. O que Lawson faz, portanto, é indicar um caminho (ou vários) que está, naturalmente, em coerência com a ontologia que defende.

As perguntas base a que é necessário responder, diz-nos, são²³⁵:

- i. Como iniciar a investigação científica na ausência de regularidades do tipo das que são produzidas em experiências laboratoriais?
- ii. Como direccionar o raciocínio para a identificação das causas primordiais sabendo que cada acontecimento é despoletado por uma multiplicidade de causas, sendo estas geralmente transitórias e instáveis?

²³⁴ Cf. Lawson, 2003: 79.

²³⁵ Cf. Lawson, 2003: 82.

- iii. E como avaliar, de entre diferentes hipóteses de explicação, qual a correcta?

No fundo, estas perguntas resumem-se a uma: como fazer ciência num domínio onde não é possível fazer experiências laboratoriais e as regularidades universais e estritas (ou governadas por probabilidades ‘bem comportadas’ <*well behaved*>) são raras?

Com vista a responder esta pergunta, Lawson começa por chamar a atenção para o facto de, apesar de todo o seu dinamismo, abertura e complexidade, a grande maioria dos agentes interagir diariamente com o mundo de forma bastante satisfatória²³⁶. E esta conduta competente não se resume à mera prossecução de regras: através da nossa socialização, tornámo-nos altamente conhecedores das estruturas, dos processos, dos hábitos, dos sistemas, com os quais regularmente interagimos e usamos. É claro que, ao mesmo tempo, todos os dias cometemos erros; mas o próprio facto de os reconhecermos como erros pressupõe um alto grau de sucesso nas restantes operações. A questão, diz-nos, não é, então, *se* podemos ter conhecimento das estruturas causais que governam uma realidade social fundamentalmente aberta, mas *como*.

A sua resposta é tão extraordinariamente simples como eficaz. Dado o nosso conhecimento em grande medida tácito mas também acertado sobre o mundo em que vivemos, a questão, perante algo que perturba ou surpreende as nossas expectativas, não deve ser perguntar, ‘porquê X?’, mas sim ‘porquê X em vez de Y?’. Ou seja, porquê o *contraste*? Por que é que a minha bicicleta funcionava ontem e hoje não? Por que é que os resultados dos exames foram este ano muito piores do que em anos anteriores? Por que é que o crescimento da produtividade no Reino Unido, nos últimos 100 anos, foi consistentemente menor do que os restantes países industrializados?²³⁷

A razão subjacente à surpresa na constatação de certos factos sociais é vermos os objectos a um alto nível de abstracção (assim comparamos, por exemplo, os países da OCDE), onde parece existir um conjunto mais ou menos semelhante de influências

²³⁶ «We may aim to get from A to B successfully; draw money from the bank, perhaps of an amount suficiente to cover activities for a fixed period of time (say a week); organise a meal for friends, neighbours or in-laws; deal with minor accidents or emergencies; choose a school (or holiday play scheme) for a child; organize a sabbatical period abroad; join a public demonstration (critical, say, of the way certain groups are oppressed by others or of how the world’s resources are being used); prepare for, or attend, a wedding, an anniversary event, or a funeral; raise some finance for a project; show a continuous sensitivity to the projects and expectations of others, whether strangers, family or friends; and so on. Each such activity involves our (simultaneous) participation in a large number of complex social processes.» (Lawson, 2003: 84-85).

²³⁷ Cf. Lawson, 2003: 85-86. No capítulo 18 de E. R., Lawson dá a sua resposta a esta última pergunta.

causais, e onde concomitantemente se espera que surja um resultado mais ou menos semelhante²³⁸.

Como frequentemente não é o caso, e sem dúvida que os *contrastes* na realidade social estão por todo o lado – é o próprio significado de ser *heterogénea* –, surgem abundantes oportunidades para iniciar a investigação científica e descobrir ou conhecer devidamente os mecanismos a actuar em cada contexto. É assim que nos interessamos por problemas da mais variada índole: quando nos surpreendem ou, ainda mais, quando nos incomodam. Como disse Proust²³⁹, a propósito da insónia: «Ah, meu caro senhor, é que só o mal faz notar, e conhecer, e permite decompor os mecanismos que sem ele não conheceríamos.»

Para identificar um mecanismo necessitamos, portanto, do que Lawson chama um *espaço de contraste*²⁴⁰, isto é, um espaço-tempo que nos parece sujeito mais ou menos aos mesmos factores causais, mas onde encontramos significativos e interessantes contrastes a ocorrerem.

Um exemplo paradigmático, no qual a investigação social encontra uma *analogia*, é a produção de plantas²⁴¹, onde os investigadores, adicionando um único composto químico a uma certa área de produção, aferem o seu efeito enquanto, por exemplo, fertilizador, comparando o nível e a qualidade de produção no domínio onde actuou o factor com os domínios vizinhos, onde este não estava presente. Outro exemplo que Lawson considera poder ser pertinente o cientista social recorrer é o da teoria evolucionista²⁴², pois esta «foi desenvolvida para explicar uma ordem intrinsecamente dinâmica, para explicar processos onde a mudança é relativamente contínua. É portanto uma teoria explicativa com potencial valor para a análise de sistemas reconhecidos por o futuro neles ser fundamentalmente aberto.»²⁴³

²³⁸ Cf. Lawson, 2003: 89.

²³⁹ Cf. *Sodoma e Gomorra*, p. 61, trad. Pedro Tamen.

²⁴⁰ Cf. Lawson, 2003: 89.

²⁴¹ Cf. Lawson, 2003: 88.

²⁴² Tanto assim é que, a partir de modelos evolucionistas, o próprio Lawson (cf. R. E., capítulo 5) desenvolveu o modelo PVRS (*Population-Variety-Reproduction-Selection*), que procura explicar a prevalência de mecanismos no tempo sem, por um lado, cair no «functionalist-deterministic mistake of modern mainstream economics», e sem, por outro, «conforming to a polar feed-forward or forwards determining model (the voluntarist or perhaps environmentas-putty model)». Numa palavra, procurou dar um exemplo de um modelo coerente com o Modelo Transformacional da Sociedade apresentado na Parte II deste trabalho, e que considera ser uma boa concepção do modo como funciona a realidade social.

²⁴³ Cf. Lawson, 2003: 118.

Por aqui começamos a perceber qual o critério que deve governar a procura de intuições que, pela *analogia* ou *metáfora*, nos possam ser úteis na elaboração de métodos apropriados à investigação social: o critério é procurar métodos e teorias que tiveram sucesso no estudo de domínios que têm *naturezas semelhantes* ao domínio que pretendemos estudar.

Esta é uma forma de evitar o que Lawson nomeia de falácia *abducionista*, que consiste em julgar que noções, métodos ou teorias, só porque alcançaram resultados meritórios num qualquer domínio da ciência natural, podem ser, *a priori*, considerados válidos ou interessantes para a aplicação noutro domínio, qualquer que seja a natureza deste²⁴⁴.

Caso Prático. Para descer de novo ao concreto e dar um exemplo que vem de fora do Realismo Crítico, um caso que, muito recentemente, se assemelha à aplicação de uma das intuições que Lawson entreviu, que se podia mesmo transplantar a partir do exemplo da criação de plantas, são os *Randomized Controlled Trials* (RCTs), através dos quais Esther Duflo²⁴⁵ investiga qual a melhor forma de enfrentar problemas sociais nos países em desenvolvimento.

A ideia de partida (de forma bastante resumida), que a própria Duflo diz ter sido inspirada nas práticas médicas (lá está de novo a *analogia* na descoberta científica), é aplicar, com vista a, por exemplo, diminuir a alta taxa de absentismo escolar, *diferentes* políticas em aldeias indianas *semelhantes*, e *a posteriori* avaliar qual o melhor resultado.

Como se esperava, os resultados, mesmo quando positivos, são desvalorizados pelos ortodoxos da ‘*pure theory*’²⁴⁶, porque não são *exportáveis* para *sistemas*

²⁴⁴ Cf. «This attitude reflects an error I shall term the abductionist fallacy. This is the notion that insights, methods, or theories of one domain of science or human reasoning, let me call the latter the source domain, can be abducted into another, the target domain, without prior consideration of the nature of the latter. The basic fact of the matter is that a particular theory of physics or biology or whatever, even if cutting-edge stuff, has no clear relevance for the social domain if it presupposes a type of material or configuration that is entirely absent from the social realm. If, for example, certain regions of the social realm are not in any way atomistic then no matter how hardnosed may be recent developments in atomic physics, they have no obvious automatic bearing on the regions of the social domain in question.» (Lawson, 2003: 114).

²⁴⁵ Cf. *Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty*, by Abhijit Banerjee and Esther Duflo, chapter 10. Ou ver o vídeo (em [Ted.com](https://www.ted.com)), *Esther Duflo: Social experiments to fight poverty*. Agradeço a indicação de que o trabalho da Esther Duflo podia ser relevante, ao meu amigo Belmiro Oliveira.

²⁴⁶ Para uma longa discussão sobre o tema, cf. larspsyll.wordpress.com/?s=RCT.

diferentes. Por outras palavras: como os resultados são espacial e temporalmente específicos, sensíveis ao contexto e não generalizáveis excepto a contextos semelhantes – exactamente a forma que, em geral, o conhecimento científico tem numa esfera essencialmente heterogénea e processual –, ou seja, como os mecanismos descobertos não são úteis para a construção do grande sistema mecanicista, estável, e que busca a previsão, então conclui-se não ser esta a via indicada para adquirir conhecimento científico²⁴⁷.

O problema, para todos os que querem fazer ciência social, é que explicações conjunturais, contexto-específicas, transitórias, parciais, contingentes, cuja extensão a outro contexto, para ser fundamentada, pode exigir um trabalho árduo, é usualmente a forma de fazer boa ciência. Como nota Lawson:

A análise económica tal como aqui é concebida, então, será usualmente uma tarefa confusa e complicada. Ao contrário da simplista concepção positivista da ciência como elaboração de regularidades, o processo de desvelar e explicar significativos mecanismos e estruturas causais, incluindo totalidades dinâmicas e com raízes geo-históricas, será normalmente uma actividade meticulosa, laboriosa, consumidora de muito tempo, transformativa, e uma actividade que gera resultados que serão sempre parciais e contingentes (e frequentemente contestados). (1997: 271).

Porém, como é evidente, nem sempre é possível testar empiricamente as várias hipóteses explicativas que concorrem à boa explicação de um acontecimento. Como, então, avaliar qual a melhor explicação?

²⁴⁷ Naturalmente que o erro pode estar do lado de quem pensa poder exportar os resultados da sua investigação via RCTs para situações não sujeitas a factores causais essencialmente semelhantes, julgando, erradamente, que os mecanismos teriam o mesmo efeito. Por muitos bons resultados que determinada política tenha em certas aldeias indianas, não podemos assumir, *a priori*, que os resultados serão idênticos, por exemplo, para projectos de teor semelhante em aldeias africanas. O facto de funcionarem em pobres aldeias indianas pode ser um indício, até um indício relevante; mas a eventual aplicação em pobres aldeias africanas irá sempre requerer o estudo da natureza desta realidade e, dada a heterogeneidade da realidade social, devemos ser cépticos em relação ao género de raciocínio que automaticamente prescreve uma receita a Y porque esta funcionou em X, que não é mais do que uma petição de princípio. É óbvio que políticas que em X geram bons resultados podem servir de base para enfrentar problemas semelhantes em Y; mas se Y detém uma estrutura social essencialmente diferente, é muito provável que mais trabalho e sofisticação sejam necessários do que a mera transferência de política. De novo, para uma discussão do tema: <http://larspsyll.wordpress.com/?s=rct>.

Claramente, refere Lawson²⁴⁸, como o nosso foco é na explicação causal e não na análise de correlações *per si*, o critério para seleccionar uma teoria explicativa em detrimento de outra não pode ser o rigor da *previsão* mas sim o poder *explicativo*: escolhemos a hipótese que explica (e que é consistente com) a maior quantidade de fenómenos no domínio estudado. A melhor forma de compreendê-lo talvez seja através de um exemplo fornecido pelo próprio Lawson²⁴⁹.

Quando detectamos que as mulheres ocupam predominantemente posições secundárias no tecido económico, e identificamos um mecanismo, a operar *transfactualmente*, que discrimina as mulheres no mercado de trabalho, podemos muito bem encontrar uma determinada fábrica em que as posições consideradas secundárias, pior pagas, são ocupadas por homens. Eis de novo o *contraste* que exige uma explicação. Uma investigação poderá demonstrar que esse facto se deve, por exemplo, a os trabalhos serem efectuados por imigrantes ilegais (e por isso pior pagos), a maioria dos quais seriam sexo masculino.

O processo de conhecimento, conclui então, apesar de ter o seu momento analítico, empírico e hermenêutico – a identificação e utilização de padrões não espúrios através de uma componente significativa de trabalho empírico: medição, recolha, colecção e trabalho de dados; a realização de entrevistas; a leitura de biografias; o estudo histórico de regras, hábitos, maneiras enraizadas de pensar e agir; etc.²⁵⁰ –, é fundamentalmente dialéctico²⁵¹, e, nesse sentido, diz-nos Lawson (1997: 211): «A ciência é como a filosofia, as duas são estimuladas por quebra-cabeças, contradições e inconsistências.»

O método (ou métodos) que Lawson sugere não exige menos rigor – e exige mais criatividade – do que o método actualmente usado pelos economistas *mainstream*. Na semana em que escrevo assistimos a um recente e curioso debate sobre qual a metáfora correcta para analisar o abrandamento económico chinês²⁵², se como um comboio que desliza de forma mais lenta mas ainda possível de manobrar ou como um avião cuja redução não intencional de velocidade, quando não levada a sério, pode ser o prenúncio da catástrofe. O que pretendemos dizer é que não é de todo indiferente a

²⁴⁸ Cf. Lawson, 2003: 82.

²⁴⁹ Cf. Lawson, 1997: 216.

²⁵⁰ Cf. Lawson, 1997: 221; Lawson, 2003: 100-101.

²⁵¹ Cf. Lawson, 2003: p. 101.

²⁵² Cf. 'Risks of a hard landing for China', Martin Wolf, in Financial Times. Para conferir o debate: <http://scienceofpolitics.wordpress.com/2013/07/03/metaphorical-economy/>.

metáfora que usamos quando pensamos um problema – neste caso um problema económico. O modo como vamos interferir no fenómeno depende da análise. A diferença entre compreendê-lo correctamente ou não, pode ser a diferença de estarmos a usar a metáfora correcta ou errada. E é salutar que a discussão ocorra antes de serem os efeitos do problema a denunciarem qual a boa metáfora; ou até a revelarem que usar uma metáfora não era o melhor modo de pensar o problema. É que saber que a boa metáfora é o avião quando se ouve o estrondo do embate, tem um efeito nulo para quem nele viaja; e se o *avião* for a China, os estilhaços podem bem estender-se ao mundo todo.

Queremos ainda salientar dois aspectos do pensamento de Lawson.

Um deles é a sua insistência, quanto a nós muito acertada, em querer ver os resultados da investigação científica terem efeitos emancipatórios ou, como preferimos chamar-lhe, terapêuticos²⁵³. A irritação está bem expressa na interrogação de Lawson a Caldwell²⁵⁴: «*Mas se as empíricas análises econométricas do tipo em questão falham em fornecer quer intuições explicativas causais quer boas previsões, e nem sequer permitem a derivação de implicações políticas, qual é o ponto de serem feitas?*». Parece-nos de facto surpreendente que os cientistas sociais não se surpreendam com a inconsequência das suas análises. Quando um cientista natural investiga um problema, por exemplo, o cancro do pulmão, e chega a uma conclusão sobre as causas essenciais do problema, o seu trabalho, naturalmente depois de ser sujeito ao crivo dos seus colegas com competências semelhantes, tem um efeito na medicação, no tratamento, etc., numa palavra, no modo como em concreto (seguindo o exemplo) os médicos irão combater o cancro do pulmão. No entanto, nas ciências sociais, devido à insistência na construção de modelos com pressupostos fictícios, ou na produção de relações gerais e frequentemente forçadas (deixando ‘casos peculiares’ de fora) entre parâmetros que logo se quebram, ou em análises superficiais de modo a serem ‘tratáveis matematicamente’, isto é, devido ao método inapropriadamente monolítico com que se estudam problemas complexos, as conclusões dos economistas são altamente

²⁵³ Cf. E. R., Cap. 19.

²⁵⁴ Cf. ‘History, causal explanation and “basic economic reasoning”. Reply to Caldwell’, in *Ontology and Economics*, p. 25.

problemáticas mesmo à luz das suas regras, e não permitem derivar (caso prevaleça o bom senso) qualquer prescrição ou política sólida. No entanto, isso não parece ser algo que incomode muito o meio. O objectivo parece ser continuar a tentar sofisticar os mesmos *nunca-suficientemente-sofisticados* modelos, até um dia produzirem resultados aceitáveis²⁵⁵.

Por último, e esta posição é apenas defendida claramente em *R.E.* (2003), mas no fundo é a constatação de algo que tinha ficado por reconhecer mas estava implícito em *E.R.* (1997), Lawson²⁵⁶ toma por fim a Economia como não mais do que um ramo da Ciência Social, como a “física das baixas-temperaturas” <*low-temperature physics*> constituiu um ramo da Física: não como um domínio autónomo, com fenómenos próprios e propriedades distintas, como a viu, em certa medida, Stuart Mill, e a vê Daniel Hausman²⁵⁷, mas como apenas mais um *aspecto* no estudo da vida social, isto é, como mais um domínio, com a História, a Geografia, a Biologia, a Sociologia ou a Filosofia, a ter em conta no estudo dos fenómenos sociais, seja qual for a sua índole.

²⁵⁵ É desolador constatar que o diagnóstico de Lawson em nada se modifica em relação ao actual estado da arte. Cf. *What can you do with a DSGE model?*, in <http://noahpinionblog.blogspot.com.au/2013/05/what-can-you-do-with-dsge-model.html>.

²⁵⁶ Cf. Lawson, 2003: 162.

²⁵⁷ Cf. *The Inexact and Separate Science of Economics* (1992a).

|CONCLUSÃO

A conclusão é o local certo para relembrar os pontos da dissertação que nos parece importante vincar, pois os vemos como os principais méritos do trabalho desenvolvido por Lawson.

A justeza da aplicação de um método ao estudo de um objecto, por mais óbvia que nos pareça a desadequação, só é possível, a um certo nível de sofisticação metodológica (excessos retóricos à parte, não estamos propriamente a discutir se um martelo é o objecto adequado para lavar os dentes), averiguar *a posteriori*: a concorrência ao nível das descrições ontológicas da realidade pressupõe também ela a figura da argumentação, e não a da prova; mas, esta mesma constatação, ao mesmo tempo que torna ilícita toda a objecção *a priori* de um método (vale a pena recordar que esta é uma das fontes do pluralismo metodológico de Lawson), também nos diz que é possível fazer a respectiva avaliação dos resultados e, a partir daí, começar a tactear o método que o objecto solicita, de forma a cinzelar a nossa metodologia à sua forma.

Com isto em mente, o que parece verificar-se na ciência económica, é que uma corrente substancial e hegemónica de cientistas desenvolveram uma pouco saudável surdez aos ecos que vinham do seu objecto (pelos resultados falhados) e, no mesmo sentido, revelaram bastante negligência no seu estudo. A investigação ao nível da realidade social, como já dizia Weber²⁵⁸, raramente é frutuosa pela simples estabelecimento de correlações ou movendo-se nos terrenos da alta abstracção (pois, como notou Lawson, *quanto mais abstracto mais irrelevante* para o estudo de problemas histórico-geograficamente específicos), porque a principal característica da ontologia social é a sua contingência, a vitória do caso particular: o estabelecimento de

²⁵⁸ «This proposition is not in the least affected by the fact that even in the case of all so-called “economic laws” without exception, we are concerned here not with “laws” in the narrower exact natural science sense, but with adequate causal relationships expressed in rules and with the application of the category of “objective possibility.” The establishment of such regularities is not the end but rather the means of knowledge. It is entirely a question of expediency, to be settled separately for each individual case, whether a regularly recurrent causal relationship of everyday experience should be formulated into a “law.” Laws are important and valuable in the exact natural sciences, in the measure that those sciences are universally valid. For the knowledge of historical phenomena in their concreteness, the most general laws, because they are most devoid of content, are also the least valuable. The more comprehensive the validity, – or scope – of a term, the more it leads us away from the richness of reality since, in order to include the common elements of the largest possible number of phenomena, it must necessarily be as abstract as possible and hence devoid of content. In the cultural sciences, the knowledge of the universal or general is never valuable in itself.» (‘Objectivity and Understanding in Economics’, in *The Philosophy of Economics*, pp. 62-63)

correlações entre parâmetros é, se tanto, um primeiro passo, um meio, um princípio de investigação que, depois, apela ao contexto. O estudo deste exige muitas vezes, como a certa altura sugere Lawson, uma dedicação meticulosa e aborrecida ao caso concreto e, para além disso, é por definição parcial, extremamente falível, irritantemente discutível: o objecto, quando é capturado, logo se transforma.

Porém, o grande mérito do trabalho de Lawson foi não ter ficado por este alerta. A sua obra tem uma extraordinária frescura porque, a nosso ver, ultrapassou a velha configuração da questão: de um lado os objectos naturais e a ciência natural e, do outro, os objectos sociais e a respectiva ciência. O que Lawson demonstrou é que se há diferenças nos objectos naturais e sociais, também há afinidades, e que o problema não está tanto na convocação metodológica das ciências naturais pela sua congénere social mas nos termos em que é feita. É verdade, como notou Cartwright²⁵⁹, que a Física tem uma vocação de predadora no campo natural; mas, faz notar Lawson, não há uma só ciência natural e muito menos um só método. A ciência natural não estuda um só objecto nem estuda os seus objectos de uma só maneira: se há diferenças inultrapassáveis entre alguns objectos naturais e alguns contextos sociais, também há por vezes afinidades, e é nestes casos que devemos estar atentos à investigação dos colegas para ver se a ponte (cooperação) pode ser construída.

Este o ponto com que gostaríamos de terminar. Mais do que envolver-se no debate sobre o papel da ciência na sociedade; mais do que digladiar em velhas querelas que opõem a ciência e as humanidades²⁶⁰, Lawson, e as suas propostas metodológicas demonstram-no, nunca se coloca ao lado dos que procuram construir um dique ao avanço da ciência; contribui, antes, para que se construa um filtro ontológico. Muito para lá de mais ou menos ciência, Lawson quer que se faça *melhor* ciência.

²⁵⁹ Cf. *The Dappled World* (1999).

²⁶⁰ Interessantíssimas querelas, bem entendido, e que sem dúvida são afins desta discussão (belo debate entre Steven Pinker ('Science Is Not Your Enemy') e Leon Wieseltier ('Crimes Against Humanities') nas páginas da *New Republic*; note-se como Wieseltier, com o qual estamos grosso modo de acordo, dá de barato a Pinker que a ciência é uma só coisa, um método, uma só forma de ver as coisas; esse é, segundo Lawson, o erro típico da hermenêutica: dar de barato a ciência natural ao positivismo, nas suas variadas formas); mas, parece-nos, o ponto de Lawson é outro.

| BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, HENRY (1863), *The Education of Henry Adams*, in Project Gutenberg.Org.
- AKERLOF, GEORGE (1970), 'The Market for Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanism', in *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 84, No. 3 (Aug., 1970), pp. 488-500.
- BACKHOUSE, E. ROGER (2002), *The Penguin History of Economics*, London: *Penguin Books*.
- BHASKAR, ROY (1975), *A Realist Theory of Science*, reprinted: 2008, London and New York: *Routledge*.
- (1979), *The Possibility of Naturalism*, reprinted: 1998, London and New York: *Routledge*.
- CARTWRIGHT, NANCY (1993), *How the Laws of Physics Lie*, New York: *Oxford University Press*.
- (1999), *The Dappled World. A Study of the Boundaries of Science*, Cambridge: *Cambridge University Press*.
- (2007) *Hunting Causes and Using Them: Approaches in Philosophy and Economics*, New York: *Cambridge University Press*.
- DUFFLO, ESTHER and ABHIJIT BANERJEE (2012), *Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty*, New York: *PublicAffairs*.
- ELIOT, S. T. (1963), *Four Quartets*, London: *faber and faber*.
- FRIEDMAN, MILTON (1953), 'The Methodology of Positive Economics', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: *Cambridge University Press*.
- GIL, FERNANDO (2005), 'Ciências Sociais, Filosofia. Duas notas e uma avaliação', in *Acantos*, Lisboa: *INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda*
- HAUSMAN, DANIEL (1992a), *The Inexact and Separate Science of Economics*, New York: *Cambridge University Press*.
- (1992b) 'Why Look Under the Hood', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: *Cambridge University Press*.
- (1996) 'The Philosophical Foundations of Mainstream Normative Economics', with Michael S. McPherson, in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: *Cambridge University Press*.
- (2008) 'Introduction', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: *Cambridge University Press*.
- HARRÉ, ROM (1988), *As Filosofias da Ciência*, trad. Lígia Guterres, Lisboa: Edições 70.

HAYEK (1942), 'Scientism and the Study of Society', in *Economica New Series*, Vol. 9, No. 35 (Aug.), pp. 267-291.

___ (1974) 'The Pretence of Knowledge', Lecture to the memory of Alfred Nobel, December 11, in nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1974/hayek-lecture.html.

HOOVER, D. KEVIN (1994), 'Econometrics as Observation: The Lucas Critique and the Nature of Econometric Inference', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

HUME, DAVID (1985), *Investigação sobre o Entendimento Humano*, trad. Artur Mourão, Lisboa: Edições 70.

KIM, JAE GWON (1999), 'Making Sense of Emergence', in *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, Vol. 95, No. 1/2, Reduction and Emergence "The Thirty-Third Oberlin Colloquium in Philosophy" (Aug., 1999), pp. 3-36.

LAWSON, TONY (1996), 'Keynes and Hayek: A Commonality', in *History of Economics Review*, No 25, Winter-Summer, pp. 96-114.

___ (1997a), *Economics and Reality*, London: Routledge.

___ (1997b), 'Situated Rationality', in *Journal of Economic Methodology*, Volume 4, Number 1, pp. 101-25.

___ (1998) *Critical Realism: Essential Readings*, edited by Tony Lawson (with Margaret Archer, Roy Bhaskar and Andrew Collier and Alan Norrie), London and New York: Routledge.

___ (1999) 'What has Realism got to do with it?', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

___ (2003), *Reorienting Economics*, London: Routledge.

___ (2004), 'A conception of ontology', Mimeo, University of Cambridge:
http://www.csog.group.cam.ac.uk/A_Conception_of_Ontology.pdf

___ (2009), 'History, Causal Explanation, and "Basic Economic Reasoning"', (reply to Bruce Caldwell) in Edward Fullbrook (ed.) *Ontology and Economics: Tony Lawson and His Critics*, London and New York: Routledge.

___ (2009) 'Underlabouring for Substantive Theorising ', (reply to Bjorn-Invar Davidsen), in Edward Fullbrook (ed.) *Ontology and Economics: Tony Lawson and His Critics*, London and New York: Routledge.

___ (2009) 'Heterodox Economics and Pluralism', (reply to John B. Davis), in Edward Fullbrook (ed.) *Ontology and Economics: Tony Lawson and His Critics*, London and New York: Routledge.

___ (2009) 'The Mainstream Orientation and Ideology', (reply to Bernard Gurrien), in Edward Fullbrook (ed.) *Ontology and Economics: Tony Lawson and His Critics*, London and New York: Routledge.

___ (2009) 'On the Nature and Roles of Formalism in Economics', (reply to Geoffrey Hodgson), in Edward Fullbrook (ed.) *Ontology and Economics: Tony Lawson and His Critics*, London and New York: Routledge.

___ (2009) 'Ontology or Epistemology?', (reply to Bruce R. McFarling), in Edward Fullbrook (ed.) *Ontology and Economics: Tony Lawson and His Critics*, London and New York: Routledge.

___ (2009) 'Ontology and Postmodernism' (reply to David Ruccio), in Edward Fullbrook (ed.) *Ontology and Economics: Tony Lawson and His Critics*, London and New York: Routledge.

___ (2009) 'Provisionally Grounded Critical Ontology ' (reply to Jack Vromen), in Edward Fullbrook (ed.) *Ontology and Economics: Tony Lawson and His Critics*, London and New York: Routledge.

___ (2009) 'Underlabouring for Substantive Theorising ', (reply to Bjorn-Invar Davidsen), in Edward Fullbrook (ed.) *Ontology and Economics: Tony Lawson and His Critics*, London and New York: Routledge.

LOPEZ, JORGE e STUART, JOHN (2002), *Social Structure*, Buckingham and Philadelphia: Open University Press.

LUCAS, ROBERT (1976), 'Econometric Policy Evaluation: A Critique', from Brunner K. and Meltzer A.H. (eds.) *The Phillips Curve and Labour Markets* (reprinted in Lucas R. E. Studies in Business-Cycle Theory (1981) Oxford: Basil Blackwell), in Tony Lawson, *Economics and Reality* (1997).

MÄKI, USKALI (1998), 'Realism', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

MCCLOSKEY, N. DEIRDRE (1994), 'The Rhetoric of This Economics', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

MIGUENS, SOFIA (2004), *Racionalidade*, Porto: Campo das Letras.

MURCHO, DESIDÉRIO (2002), *Essencialismo Naturalizado. Aspectos da Metafísica da Modalidade*, Coimbra: Angelus Novus.

NEWTON-SMITH, B. W. (2001), 'Explanation', in Newton-Smith (ed.) 2001, *A Companion to the Philosophy of Science*, UK: Blackwell Publishers, pp. 127-133.

OAKESHOTT, MICHAEL (1995), *Moralidade e Política na Europa Moderna*, trad. António Machuco, pref. José A. Bragança de Miranda, Lisboa: Século XXI.

PINKER, STEVEN (2013), 'Science Is Not Your Enemy', in *New Republic*, August 6.

PINTO, A. JOÃO (2007), *Superveniência, Materialismo e Experiência. Uma perspectiva sobre o problema da consciência em filosofia da mente.*, Porto: Campo das Letras.

PROUST, MARCEL (2004), *Sodoma e Gomorra*, trad. Pedro Tamen, Lisboa: Relógio d'Água.

PUTNAM, HILARY (2002), *A Tripla Corda. Mente Corpo e Mundo*, Lisboa: Instituto Piaget.

REINHART, M. CARMEN and ROGOFF, S. KENNETH (2010), 'Growth in a Time of Debt', in <http://www.nber.org/papers/w15639>.

ROBBINS, LIONEL (1935), 'The Nature and Significance of Economic Science', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

SCHUMPETER, JOSEPH (1949), 'Science and Ideology', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

SEARLE, JOHN (1992) *The Rediscovery of the Mind*, Cambridge, Mass: MIT Press, A Bradford Book.

___ (1995) *The Construction of Social Reality*, Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.

___ (1999) *Intencionalidade*, (versão portuguesa de *Intentionality* (1983)), trad. Madalena Costa, Lisboa: Relógio de Água.

___ (2010) *Making the Social World, The Structure of Human Civilization*, New York: Oxford University Press.

SEN, AMARTYA (1993), 'Capability and Well-Being', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

___ (2003), 'Sraffa, Wittgenstein, and Gramsci', in *Jornal of Economic Literature*, Vol. XLI (December), pp. 1240-1255.

SIMON, HERBERT (1963), 'Testability and Approximation', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

SMITH, NOAH (2013), 'What can you do with a DSGE model?', in <http://noahpinionblog.blogspot.com>, May 27.

STUART, MILL (1836) 'On the Definition of Political Economy and the Method of Investigation', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

SUGDEN, ROBERT (2000), 'Credible Worlds. The Status of Theoretical Models in Economics', in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

THOMASSON, AMIE (2009), 'Social entities', in Robin Le Poidevin, Peter Simons, Andrew McGonigal and Ross P. Cameron (ed.) 2009, *The Routledge Companion to Metaphysics*, London and New York: Routledge.

TUNHAS, PAULO (2003) 'Akribeia, Maneiras de Pensar e Objectos de Pensamento. O Exemplo da Descoberta', in Adelino Cardoso e José M. Miranda Justo (org.), *Sujeito e Passividade*, Lisboa: Colibri, pp. 21-60.

____ (2009) 'Belief Relations: Internal, External Relationships', in *Antropológicas*, nº 11, pp. 205-223.

____ (2012) *O Pensamento e os seus Objectos: Maneiras de Pensar e Sistemas Filosóficos*, Universidade do Porto: MLAG Discussion Papers.

____ (forthcoming) *Experiência, prática, sistema. Uma breve nota sobre Experiences and Its Modes*, de Michael Oakeshott.

WEBER, MAX (1949) 'Objectivity and Understanding in Economics', Excerpted from *The Methodology of the Social Sciences*, Translated and Edited by Edward A. Shils and Henry A. Finch, in Daniel M. Hausman (ed.) 2008, *The Philosophy of Economics: An Anthology* (Third Edition), Cambridge: Cambridge University Press.

WIESELTIER, LEON (2013), 'Crimes Against Humanities', in *New Republic*, September 3.

WIITGENSTEIN, LUDWIG (2008), *Tratado Lógico-Filosófico; Investigações Filosóficas*, 4ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

WINCH, PETER (1990), *The Idea of a Social Science and its Relation to Philosophy*, Second Edition, London: Routledge.

WHITEHEAD, NORTH ALFRETH (1948), *Science and the Modern World*, Lowell Lectures 1925, New York: Pelican Mentor Books.

WOLFE, MARTIN (2013), 'Risks of a hard landing for China', in *Financial Times*, July 2.